



APDL - ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DO DOURO, LEIXÕES E VIANA DO CASTELO, S.A.

RELATÓRIO E CONTAS

EXERCÍCIO DE 2025

Índice

RELATÓRIO DE GESTÃO	3
Mensagem do Conselho de Administração	4
1. A APDL no ano de 2025	7
2. Recursos Humanos.....	32
3. Sustentabilidade Ambiental	42
4. Investimento	45
5. Análise económica e financeira	51
6. Perspetivas futuras	68
7. Informações adicionais	71
8. Proposta de aplicação do resultado.....	72
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	75
CUMPRIMENTO DAS ORIENTAÇÕES DO ACIONISTA E DISPOSIÇÕES LEGAIS	148
ANEXOS.....	167

RELATÓRIO DE GESTÃO

Mensagem do Conselho de Administração

No ano de 2025 foi concluído o Plano Estratégico do Porto de Leixões 2025-2035, em alinhamento com a *Estratégia para os Portos Comerciais do Continente 2025 - 2035 - Portos 5+*, constante da Resolução do Conselho de Ministros nº. 119/2025, publicada no Diário da República a 12 de agosto de 2025.

Esse Plano representa uma opção estratégica para reforçar a competitividade, a sustentabilidade e a integração de Leixões nas grandes cadeias logísticas e comerciais internacionais e traduz a nossa proposta de valor para os nossos clientes, os nossos parceiros de negócio e a nossa comunidade envolvente.

Considerando a configuração vigente das fronteiras físicas, promove-se o crescimento da capacidade portuária, tanto do lado mar, com fundos de 15,5 metros, como do lado terra, com mais área de terrapleno, mais área de armazenagem de segunda linha e mais conectividade a terminais ferroviários de mercadorias, permitindo o ajustamento infraestrutural do Porto de Leixões às novas características da procura.

Tal é particularmente relevante, atendendo a que o Porto de Leixões, enquanto porto principal das Redes Transeuropeias de Transporte e do Corredor Atlântico, assume uma importância estratégica nacional, regional e local no comércio internacional, no Produto Interno Bruto, no emprego e na transição energética e digital da nossa economia, gerando um valor fundamental para a comunidade.

Em 2025 foi também identificada a oportunidade de alavancar mais investimento privado no Porto de Leixões a curto prazo, através da negociação da prorrogação da atual concessão do TCL – Terminal de Contentores de Leixões e da negociação da prorrogação da atual concessão do TCGL – Terminal de Carga Geral e de Granéis de Leixões.

Perspetiva-se assim, a curto prazo, melhorar de forma significativa os serviços prestados pelo porto, com novos equipamentos de movimentação, maior produtividade e segurança, melhor desempenho ambiental, maior integração com o sistema logístico de mercadorias e melhor integração do porto com a cidade.

A APDL tem também em curso um conjunto de investimentos relevantes no âmbito do atual Quadro Financeiro Plurianual (QFP) da União Europeia, entre os quais se destacam a Reabilitação e Reforço da Doca 1 Norte, no âmbito da utilização dual civil-militar, a Modernização e Reordenamento das Vias Portuárias, o novo Centro Inspetivo, a Modernização da Ponte Móvel, a Implementação de OPS (*Onshore Power Supply*), incluindo os investimentos na Subestação de Alta Tensão e na Modernização da Rede de Média Tensão, a criação do Porto Seco da Guarda e o investimento na Modernização do Terminal Ferroviário de Mercadorias de Leixões.

Após a fase de arranque, os novos sistemas aplicacionais de apoio ao negócio tenderão a estabilizar e a gerar as vantagens relativas expectáveis.

Os investimentos em curso na descarbonização e transição energética tenderão a permitir diminuir significativamente as emissões.

No Porto de Viana do Castelo existe um plano para a respetiva expansão, contemplando o incremento de áreas portuárias e de apoio a atividades industriais e logísticas, potenciando a dinamização da vocação do Porto de Viana do Castelo como porto industrial.

Para além da posição de relevo no setor das energias renováveis, o Porto de Viana do Castelo desempenha um papel determinante no setor da construção naval, sendo de destacar o investimento privado em curso na nova Doca Seca nº3, o qual permitirá a construção e reparação de embarcações de maior dimensão.

A Via Navegável do Douro, incluída em toda a sua extensão de 208 km, desde o estuário, na cidade do Porto, até Barca d'Alva, na fronteira com Espanha, na Rede Principal das Redes Transeuropeias de Transporte e no Corredor Atlântico, tem uma procura crescente no âmbito da atividade marítimo-turística, gerando uma forte indução de desenvolvimento no interior das Regiões Norte e Centro de Portugal.

Para melhor definir e regular o acesso e desenvolvimento dessa atividade, que se pretende de qualidade e ambientalmente sustentável, encontra-se em curso o respetivo Plano de Gestão e de Exploração.

Depois de um forte impulso inicial, existe a necessidade de promover mais investimento na reabilitação e construção de novas infraestruturas e nas condições ambientais e na preservação do património ambiental, nomeadamente através da receção e gestão de resíduos e do fornecimento de energia a navios (OPS – *Onshore Power Supply*).

A APDL encontra-se alinhada, na sua estratégia, com os compromissos climáticos internacionais, como o Acordo de Paris e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e mantém-se confiante com a sua visão, os seus valores e a missão de promover um sistema logístico multimodal (portuário, ferroviário e fluvial) integrado, sustentável, eficiente e resiliente, alinhado com a transição energética e digital, gerador de valor para a nossa comunidade.

Principais Indicadores

	Unidade	2025	2024	2023	2022
Tráfego Portuário					
Porto de Leixões					
Escalas de Navios	n.º	2 226	2 343	2 391	2 434
Total de Carga Movimentada	1000 ton	14 027	14 382	14 673	14 891
Movimento de Contentores	TEU	708 656	715 067	701 718	713 394
Porto de Viana do Castelo					
Escalas de Navios	n.º	248	195	225	244
Total de Carga Movimentada	1000 ton	353	322	307	409
Via Navegável do Douro					
Escalas de Navios	n.º	7	9	10	9
Total de Carga Movimentada	1000 ton	6	7	9	13
Passageiros					
Porto de Leixões	n.º	226 176	195 830	148 893	108 626
Via Navegável do Douro	n.º	1 388 646	1 377 858	1 245 314	1 126 738
Negócios					
Volume de Negócios	€ 1 000	74 454	70 210	65 369	57 570
Porto de Leixões	€ 1 000	62 750	60 636	57 568	51 757
Porto de Viana do Castelo	€ 1 000	4 717	4 094	3 550	3 460
Via Navegável do Douro	€ 1 000	4 544	3 352	2 704	2 353
Terminal Ferroviário Leixões	€ 1 000	2 443	2 127	1 547	-
Investimento					
Capital Investido	€ 1 000	27 136	29 563	44 329	120 040
Fundos Próprios	€ 1 000	14 165	10 387	15 934	34 924
Outros Fundos	€ 1 000	12 971	19 176	28 395	85 116
Resultados					
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	€ 1 000	43 355	40 652	37 445	34 616
Resultado Operacional	€ 1 000	19 511	16 491	10 800	10 894
Resultado Líquido do Período	€ 1 000	13 682	11 032	6 104	9 047
Margem Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos (1)	%	58,2	57,9	57,3	60,1
Estrutura Financeira					
Autonomia Financeira (2)	-	0,72	0,71	0,69	0,69
Rentabilidade dos Capitais Próprios (3)	%	3,1	2,5	1,4	2,2

(1) Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos / Volume de Negócios

(2) Capital Próprio / Ativo

(3) Resultado Líquido/ Capital Próprio

1. A APDL no ano de 2025

Em 2025, o volume de mercadorias movimentadas no sistema portuário sob gestão da APDL atingiu cerca de 14,38 milhões de toneladas, sendo o Porto de Leixões a unidade de negócios que concentra a grande maioria da movimentação, com cerca de 14,03 milhões de toneladas. Este valor reflete um decréscimo de cerca de 323 mil toneladas (-2,2%) face ao ano anterior, redução que é primordialmente atribuível ao desempenho dos segmentos de granéis líquidos e carga fracionada. Em Leixões, as variações mais expressivas registaram-se na Carga Fracionada (-24,45%) e nos Granéis Líquidos (-10,71%). Pela positiva, destacou-se o crescimento de 24,55% na Carga Ro-Ro e a dinâmica do Porto de Viana do Castelo, que registou um aumento de 9,7% na sua movimentação anual.

No segmento de passageiros, o Porto de Leixões recebeu 147 navios de cruzeiro que fizeram chegar à região 225 692 passageiros, tornando-se o melhor ano de sempre em passageiros, representando um crescimento de 15,6% face ao ano anterior. No âmbito do turismo fluvial ao longo da Via Navegável do Douro, assistiu-se a uma consolidação da atividade com um crescimento de 0,8%, totalizando cerca de 1,39 milhões de passageiros ao longo do ano.

A distribuição do investimento pelas diversas unidades de negócio em 2025 foi de 84% no Porto de Leixões, 5% na Intermodalidade Ferroviária, 7% na Via Navegável do Douro e 4% no Porto de Viana do Castelo.

Relativamente ao investimento no Porto de Leixões, destaca-se a execução da componente de Prolongamento do Quebra-mar Exterior em 300 metros, que é fundamental para dotar o porto de melhores condições de segurança e competitividade, permitindo a entrada de navios de maior dimensão no âmbito do projeto do Novo Terminal de Contentores. É igualmente relevante o início da execução física da Modernização da Ponte Móvel e o da Reabilitação das Vias Portuárias (VCP).

No Porto de Viana do Castelo, o foco de investimento incidiu na melhoria das infraestruturas portuárias e, em particular, na reabilitação da rampa Ro-Ro.

Na Via Navegável do Douro, as intervenções priorizaram o reforço da operacionalidade e segurança através da consolidação do novo assinalamento georreferenciado (balizas, boias e lanternas), permitindo a navegação noturna. Adicionalmente, prosseguem os investimentos na reabilitação de infraestruturas fluviais e melhoria do canal de navegação.

Os investimentos na intermodalidade ferroviária focaram-se na modernização das infraestruturas sob gestão direta da APDL, com especial destaque para a implementação do Porto Seco da Guarda. O Terminal Ferroviário de Mercadorias de Leixões (TFML) foi alvo de intervenções de requalificação destinadas a melhorar a eficiência operacional e a segurança, visando dotar o terminal de capacidade para operar comboios de 750 metros e integrar as acessibilidades rodoviárias a partir da portaria principal do porto.

Do ponto de vista estratégico, a APDL encontra-se alinhada com a visão integrada da "Estratégia para os Portos Comerciais do Continente 2025-2035 – PORTOS 5+", priorizando a economia azul, a logística e a transição energética para reforçar a competitividade. De facto, um dos pilares fundamentais é a Descarbonização e Transição Energética, que contempla investimentos prioritários em sistemas OPS, energias renováveis e eletrificação das atividades portuárias.

Paralelamente, a empresa evoluiu de gestora de infraestruturas para gestora de redes e cadeias multimodais, assumindo os terminais ferroviários de Leixões e da Guarda e o desenvolvimento do Porto Seco da Guarda para potenciar a intermodalidade ferro-marítima e expandir o seu hinterland no mercado ibérico. Esta visão estratégica é sustentada por uma forte aposta na digitalização (Smart Port), através de projetos como o Porto 5G e a gestão por APIs, e na modernização de infraestruturas críticas para garantir a resiliência, segurança e eficiência operacional do sistema logístico.

Apesar dos desafios colocados pela conjuntura global, os indicadores económicos da APDL para 2025 mantêm uma trajetória de solidez, sublinhada por um EBITDA de 43,4 milhões de euros. O Volume de Negócios fixou-se nos 74,5 milhões de euros, o que representa um crescimento de 6% face ao ano anterior, assegurando a sustentabilidade e a robustez financeira indispensáveis para a execução do ambicioso plano de investimentos e modernização da empresa.

1.1. Enquadramento Macroeconómico

Durante o ano de 2025, o Produto Interno Bruto (PIB) português terá registado um crescimento de 2% de acordo com a projeção do Banco de Portugal, publicada no seu Boletim Económico de dezembro de 2025, apoiado fundamentalmente pela evolução da procura interna que terá tido um incremento de 4% no período.

Neste contexto, revela-se decisivo o contributo do Consumo Privado que deverá apresentar um crescimento de 3,6%, beneficiando do aumento do rendimento disponível associado a medidas governamentais como a redução do IRS refletida nas tabelas de retenção na fonte de agosto e setembro e o pagamento do suplemento extraordinário para as pensões mais baixas.

Também a Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF) deverá manter um desempenho robusto, crescendo 4%, apesar do contexto de incerteza que terá levado ao adiamento de algumas decisões de investimento.

O Consumo Público terá aumentado 1,6%, sendo o agregado da procura interna que deverá apresentar um crescimento menos expressivo.

Já as Exportações deverão registar uma significativa desaceleração face ao ano anterior, esperando-se que este agregado cresça apenas 1,1%. As exportações nacionais não acompanharam o dinamismo do comércio mundial no período, verificando-se uma perda de quota de mercado dos bens portugueses quer nos mercados da UE, quer nos mercados extra-UE. Já as exportações de serviços denotaram um comportamento mais positivo, tendo, contudo, o Turismo registado

perda de quota de mercado na União Europeia, prosseguindo uma tendência que já se tinha verificado nos anos anteriores.

Em 2025, a Taxa de Desemprego deverá ser de 6,2%, evidenciando uma ligeira diminuição face ao ano transato, motivada pelo aumento da taxa de atividade e pelas crescentes restrições ao nível da oferta de trabalho originadas pela progressiva redução dos fluxos de migratórios.

A inflação terá registado uma redução de 0,5 p.p. face a 2024, atingindo os 2,2%, em resultado de variações negativas dos preços dos bens energéticos, nomeadamente o petróleo, e de abrandamento dos preços dos serviços, em particular dos relacionados com o turismo.

Neste contexto macroeconómico, o Porto de Leixões movimentou, em 2025, cerca de 14 milhões de toneladas, menos 2,5% do que o valor registado no ano anterior.

Os segmentos que mais contribuíram para esta diminuição do tráfego de mercadorias foram a Carga Geral Fracionada (-24,4%) e os Granéis Líquidos (-10,7%). No sentido inverso destaca-se a Carga Ro-Ro, cujo movimento cresceu 24,5% face a 2024.

O movimento de contentores atingiu os 709 mil TEU em 2025, diminuindo 0,9% em comparação com o ano anterior.

O Porto de Viana do Castelo, movimentou 353 mil toneladas em 2025, o que representa um crescimento de 9,7% face ao ano transato. O maior contributo para este resultado veio dos Granéis Sólidos, que movimentaram mais 20 mil toneladas que em 2024, o que significa um acréscimo de 16,4%.

O movimento de mercadorias na Via Navegável do Douro foi de 5,7 mil toneladas em 2025, representando um decréscimo de 22% em relação ao ano anterior.

Já a atividade marítimo-turística naquela via fluvial registou um crescimento de cerca de 11 mil passageiros face a 2024 (+0,8%). Por segmento, destacaram os cruzeiros em navio-hotel e os cruzeiros na mesma albufeira, com incrementos face ao ano anterior de 4,1% e 1,2% respetivamente.

1.2. Tráfego Marítimo

1.2.1. Movimento de Navios

Em 2025, escalaram o Porto de Leixões 2 226 navios, número que representa um decréscimo de 5,0% em relação ao ano anterior. A arqueação bruta registou um decréscimo de 2,0%, totalizando 34,4 milhões de GT.

O Porto de Viana do Castelo foi escalado por 248 navios que totalizaram quase 1,3 milhões de GT. A evolução face ao ano transato foi de 27,2% em número de navios e 33,5% em GT.

O movimento consolidado dos portos de Leixões e de Viana do Castelo foi de 2 474 navios e aproximadamente 35,7 milhões de GT, correspondendo a evoluções de -2,5% e -1,0%, respetivamente, por comparação a 2024.

NAVIOS ENTRADOS E ARQUEAÇÃO BRUTA

	2025		2024		Variação	
	N.º	1000 GT	N.º	1000 GT	N.º	1000 GT
LEIXÕES	2 226	34 423	2 343	35 114	-5,0%	-2,0%
VIANA DO CASTELO	248	1 278	195	958	27,2%	33,5%
TOTAL	2 474	35 701	2 538	36 071	-2,5%	-1,0%

1.2.2. Movimento Geral de Mercadorias e Mercado Portuário

O movimento consolidado dos portos de Leixões e Viana do Castelo totalizou um valor próximo das 14,4 milhões de toneladas, menos 323 mil toneladas que no ano anterior (-2,2%).

MOVIMENTO TOTAL

Un: 1000 Ton

	2025	2024	Variação	
			Valor	%
LEIXÕES	14 027	14 382	-355	-2,5%
VIANA DO CASTELO	353	322	31	9,7%
TOTAL	14 381	14 704	-323	-2,2%

Movimento geral de Mercadorias no Porto de Leixões

O movimento no Porto de Leixões totalizou 14 milhões de toneladas, que significa uma quebra de 355 mil toneladas face ao total de 2024.

O comércio externo no Porto de Leixões atingiu 11,1 milhões de toneladas em 2025, o que significa um decréscimo de 0,7% por comparação com o ano anterior. O movimento nacional registou um decréscimo de 8,8%, face a 2024. O peso percentual do comércio externo subiu para 79,3%, mais 1,4 p.p. que no ano anterior.

PORTO DE LEIXÕES: MOVIMENTO GERAL DE MERCADORIAS

Un: 1000 Ton

	2025		2024		Variação	
	Valor	Peso %	Valor	Peso %	Valor	%
Importação	6 974	49,7%	6 790	47,2%	184	2,7%
Exportação	4 151	29,6%	4 411	30,7%	-260	-5,9%
Comércio Externo	11 125	79,3%	11 200	77,9%	-76	-0,7%
Movimento Nacional	2 903	20,7%	3 182	22,1%	-279	-8,8%
Total	14 027	100,0%	14 382	100,0%	-355	-2,5%

Relativamente aos principais países de origem ou destino da carga movimentada em Leixões, os Países Baixos permaneceram no topo da tabela, seguidos por Espanha, Marrocos e Reino Unido, que ocupam as posições seguintes, tendo ocorrido a troca de posições entre eles. A França subiu uma posição, colocando-se na quinta posição do ranking de países, à frente da Bélgica e do Brasil.

PORTO DE LEIXÕES: ORIGEM E DESTINO DA CARGA

Un: 1000 Ton

	2025		2024		Variação	
	VALOR	PESO %	VALOR	PESO %	VALOR	%
Países Baixos	3 002	21,4%	2 904	20,2%	98	3,4%
Espanha	1 365	9,7%	1 703	11,8%	-338	-19,9%
Marrocos	1 023	7,3%	642	4,5%	381	59,4%
Reino Unido	766	5,5%	760	5,3%	6	0,8%
França	624	4,5%	559	3,9%	65	11,6%
Bélgica	490	3,5%	570	4,0%	-80	-14,1%
Brasil	297	2,1%	423	2,9%	-126	-29,7%
Irlanda	268	1,9%	269	1,9%	-1	-0,2%
Uruguai	256	1,8%	276	1,9%	-19	-7,1%
China	237	1,7%	188	1,3%	49	26,0%
Estados Unidos	236	1,7%	75	0,5%	161	215,0%
Cabo Verde	202	1,4%	196	1,4%	6	3,0%
Alemanha	136	1,0%	43	0,3%	93	217,4%
Canadá	135	1,0%	79	0,5%	56	71,7%
Turquia	135	1,0%	157	1,1%	-22	-14,1%
Outros	1 953	13,9%	2 357	16,4%	-404	-17,2%
Comércio Externo	11 125	79,3%	11 200	77,9%	-76	-0,7%
Continente e Regiões Autónomas	2 903	20,7%	3 182	22,1%	-279	-8,8%
Total	14 027	100,0%	14 382	100,0%	-355	-2,5%

O movimento de mercadorias com origem ou destino nos Países Baixos totalizou 3 milhões de toneladas, crescendo 3,4% face ao ano anterior, repartindo-se em 1,4 milhões de toneladas de carga contentorizada, aproximadamente 1,5 milhões de toneladas de carga ro-ro e 121 mil toneladas de carga geral fracionada e graneis. As evoluções da carga contentorizada e ro-ro foram de -13,1% e +23,7%, respetivamente, face a 2024.

O movimento com Espanha registou um decréscimo de 19,9%, maioritariamente devido ao decréscimo da carga contentorizada. Em contrapartida foi o acréscimo de 478 mil toneladas de carga contentorizada que sustentou o crescimento de 59,4% do movimento com Marrocos.

Em relação restantes países, destacam-se as evoluções de movimento com França (+11,6%), Bélgica (-14,1%), Brasil (-29,7%), Estados Unidos (+215,0%) e Alemanha (+217,4%). O tráfego portuário entre Leixões e os restantes portos nacionais registou em 2025 um decréscimo de 8,8% face ao ano anterior, totalizando 2,9 milhões de toneladas, dividindo-se em 679 mil toneladas no movimento de carga, praticamente igual ao do ano anterior (-0,3%) e 2,2 milhões de toneladas no movimento de descarga, menos 277 mil toneladas que no ano precedente (-11,1%). A descarga de produtos refinados provenientes de Sines representa atualmente aproximadamente metade de todo o tráfego com portos nacionais, tendo registado um decréscimo superior a 16%, face ao ano anterior. A quebra de movimento com os portos nacionais foi totalmente devida ao movimento dos graneis líquidos. A carga contentorizada movimentou quase 1,1 milhão de toneladas, crescendo 0,6%. O movimento de graneis sólidos totalizou 232 mil toneladas crescendo 5,6%, face a 2024.

Movimento geral de mercadorias no Porto de Viana do Castelo

No Porto de Viana do Castelo, a carga movimentada totalizou 353 mil toneladas, mais 31 mil toneladas do que em 2024.

O Porto de Viana do Castelo mantém-se como um porto de perfil exportador e em que o movimento de comércio internacional é particularmente relevante. A carga exportada, no entanto, diminuiu a sua quota para 53,3%, -6,2 p.p., face à do ano anterior, enquanto as importações atingiram 34,7% de quota, aumentando 7,9 p.p., face à do ano anterior. Do total do movimento registado, 87,9% correspondeu a tráfego internacional, sendo que a carga exportada para os países da União Europeia representou a parcela mais significativa do total do comércio internacional. O movimento com portos nacionais foi de 43 mil toneladas, decrescendo 3,4%, face ao ano anterior, e perdendo 1,6 p.p. de importância relativa.

PORTO DE VIANA DO CASTELO: MOVIMENTO GERAL DE MERCADORIAS

	2025		2024		Variação	
	VALOR	PESO %	VALOR	PESO %	VALOR	%
Importação	122	34,7%	86	26,8%	36	42,1%
Exportação	188	53,3%	192	59,5%	-4	-1,9%
Comércio Externo	311	87,9%	278	86,3%	33	11,8%
Movimento Nacional	43	12,1%	44	13,7%	-1	-3,4%
Total	353	100,0%	322	100,0%	31	9,7%

No Porto de Viana do Castelo, os principais países de origem ou destino das mercadorias movimentadas foram os Países Baixos, Brasil, Espanha, Itália e Reino Unido.

PORTO DE VIANA DO CASTELO: ORIGEM E DESTINO DA CARGA

Un: 1000 Ton

	2025		2024		Variação	
	VALOR	%	VALOR	PESO %	VALOR	%
Países Baixos	86	24,4%	89	27,7%	-3	-3,1%
Brasil	47	13,4%		0,0%	47	-
Espanha	46	12,9%	47	14,5%	-1	-2,7%
Itália	41	11,6%	37	11,5%	4	11,0%
Reino Unido	31	8,6%	30	9,3%	0	1,4%
Outros países	60	16,9%	75	23,3%	-15	-20,5%
Comércio externo	311	87,9%	278	86,3%	33	11,8%
Continente e regiões autónomas	43	12,1%	44	13,7%	-1	-3,4%
Total	353	100,0%	322	100,0%	31	9,7%

1.2.3. Análise do Movimento de Mercadorias

O movimento consolidado por tipo de carga no Porto de Leixões e no Porto de Viana do Castelo foi o seguinte:

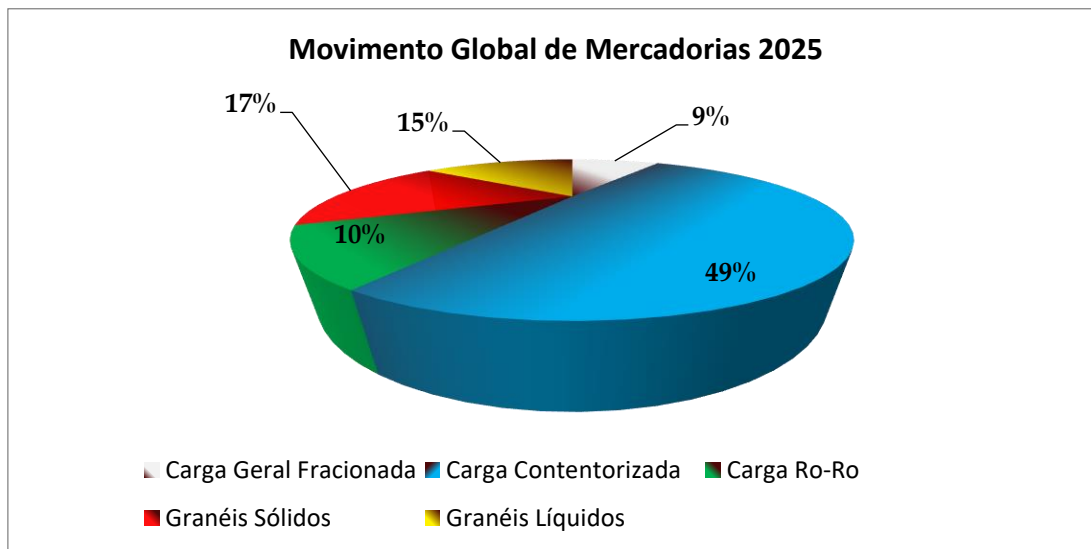
MOVIMENTO POR TIPO DE CARGA

Un: 1000 Ton

	2025	2024	Variação	
			Valor	%
Carga Geral Fracionada	1 268	1 617	-349	-21,6%
Carga Contentorizada	7 103	7 165	-62	-0,9%
Ro-Ro	1 490	1 196	294	24,5%
Granéis Sólidos	2 391	2 353	38	1,6%
Granéis Líquidos	2 129	2 373	-244	-10,3%
Total	14 381	14 704	-323	-2,2%

No ano de 2025 os segmentos de carga ro-ro e granéis sólidos registaram um desempenho positivo, aumentando o movimento em 294 mil toneladas e em 38 mil toneladas, crescendo 24,5% e 1,6%, respetivamente, face a 2024. Os restantes segmentos tiveram uma evolução negativa, mais expressiva na carga geral fracionada e nos granéis líquidos.

O gráfico seguinte apresenta a repartição por tipos de carga do movimento de mercadorias consolidado dos portos de Leixões e de Viana do Castelo.



Porto de Leixões

O Porto de Leixões registou em 2025 uma evolução negativa no total de carga movimentada, condicionada principalmente pela diminuição nos segmentos da carga geral fracionada e dos granéis líquidos. O crescimento bastante significativo da movimentação da carga ro-ro apenas compensou parcialmente o decréscimo dos primeiros.

Relatório e Contas – Exercício de 2025

A carga ro-ro registou um crescimento de 24,5%, face a 2024, totalizando um movimento próximo de 1,5 milhões de toneladas, que traduz uma recuperação para um patamar mais elevado, ficando muito próximo do máximo atingido em 2021.

Em relação ao movimento por setores operacionais, verificou-se um decréscimo de 0,8% no tráfego nos Cais Comerciais e de 11,5% no Terminal Petroleiro.

Nos Cais Comerciais registou-se um decréscimo de movimento de 91 mil toneladas, face a 2024. Há a realçar, no entanto, as variações significativas da carga geral fracionada e da carga ro-ro, com quebra de 352 mil toneladas, no primeiro caso, e aumento de 294 mil, no segundo.

No Terminal Petroleiro registou-se nova quebra de movimento, em linha com a tendência desde o fim da atividade da refinaria de Leça da Palmeira.

PORTO DE LEIXÕES: MOVIMENTO DE MERCADORIAS POR SETORES OPERACIONAIS

Un: 1000 Ton

	2025		2024		Variação	
	VALOR	PESO %	VALOR	PESO %	VALOR	%
Cais Comerciais	12 009	85,6%	12 101	84,1%	-91	-0,8%
Carga Geral Fracionada	1 088	7,8%	1 440	10,0%	-352	-24,4%
Carga Contentorizada	7 103	50,6%	7 165	49,8%	-62	-0,9%
Carga Ro-Ro	1 490	10,6%	1 196	8,3%	294	24,5%
Granéis Sólidos	2 248	16,0%	2 230	15,5%	18	0,8%
Granéis Líquidos	81	0,6%	70	0,5%	11	16,1%
Terminal Petroleiro	2 018	14,4%	2 281	15,9%	-263	-11,5%
Total	14 027	100,0%	14 382	100,0%	-355	-2,5%

Na análise da importância relativa dos setores operacionais e de cada tipo de carga no movimento total de mercadorias regista-se o aumento dos cais comerciais e o recuo do Terminal Petroleiro em 1,5 p.p.. Neste contexto evidenciam-se a carga geral fracionada que diminui o seu peso no total para 7,8% (-2,2 p.p.) e da carga ro-ro que aumenta para 10,6% (+2,3 p.p.). A carga contentorizada e os granéis sólidos aumentaram os seus pesos relativos para 50,6% e 16,0%, conquistando 0,8 p.p. e 0,5 p.p., respetivamente.

Tipo de Movimento Carga/Descarga

O movimento de carga representou 34,4% do total de mercadorias movimentadas em 2025, aumentando em 1,0 p.p., relativamente ao ano anterior.

PORTO DE LEIXÕES: TIPOS DE MOVIMENTO

Un: 1000 Ton

MOVIMENTO	2025		2024		Variação	
	VALOR	PESO %	VALOR	PESO %	VALOR	%
Carga	4 830	34,4%	5 092	35,4%	-262	-5,1%
Descarga	9 197	65,6%	9 290	64,6%	-93	-1,0%
Total	14 027	100,0%	14 382	100,0%	-355	-2,5%

Os movimentos de carga e de descarga registaram variações de -5,1% e -1,0%, respetivamente, em comparação com 2024.

Movimento de contentores

Em 2025 movimentaram-se no Porto de Leixões quase 709 mil TEU, aproximadamente menos 6,4 mil TEU que no ano anterior (-0,9%). Em número de contentores o movimento ultrapassou 422 mil, ficando 4,9 mil unidades abaixo do total de 2024 (-1,2%).

PORTO DE LEIXÕES: MOVIMENTO DE CONTENTORES

CONTENTORES	2025			2024			Variação %	
	N.º	TEU	Peso % N.º	N.º	TEU	Peso % N.º	N.º	TEU
Cheios	327 942	554 292	77,6%	327 086	552 386	76,5%	0,3%	0,3%
Vazios	94 462	154 365	22,4%	100 263	162 681	23,5%	-5,8%	-5,1%
Total	422 404	708 657	100,0%	427 349	715 067	100,0%	-1,2%	-0,9%

O rácio de contentores cheios/vazios foi de 3,5 em número de contentores e de 3,6 em TEU, aumentando em duas décimas, tanto em número de contentores como em TEU, face ao ano anterior.

Movimento de contentores por dimensão

Na análise do movimento dos contentores por dimensão constata-se um crescimento de 1,0% nos contentores de 40 pés e decréscimos de 3,9% e de 3,2% nos contentores de 20 pés e de contentores de outras dimensões, respetivamente. Em termos de peso relativo, registou-se o aumento de 1,2 p.p. nos contentores de 40 pés, enquanto os contentores de 20 pés e contentores de outras dimensões recuaram 0,9 p.p. e 0,2 p.p., respetivamente.

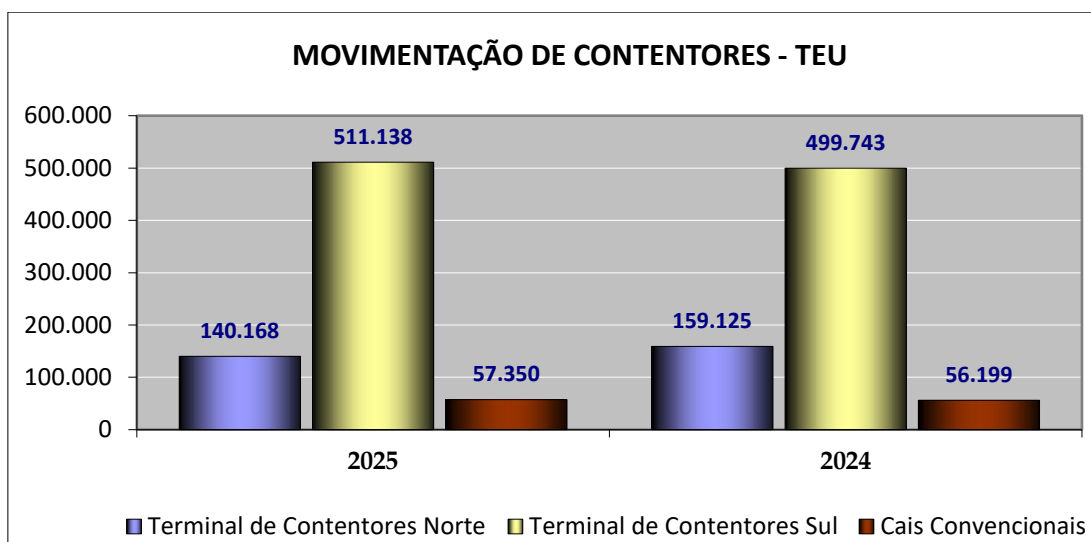
PORTO DE LEIXÕES: MOVIMENTO DE CONTENTORES POR DIMENSÃO

DIMENSÃO DOS CONTENTORES	2025		2024		Variação %
	N.º	Peso %	N.º	Peso %	
Contentores de 20'	138 086	32,7%	143 723	33,6%	-3,9%
Contentores de 40'	233 939	55,4%	231 595	54,2%	1,0%
Contentores com outras dimensões	50 379	11,9%	52 031	12,2%	-3,2%
Total	422 404	100,0%	427 349	100,0%	-1,2%

Movimento de contentores por cais ou terminal

O gráfico seguinte permite observar a repartição do movimento de contentores em TEU pelos diferentes terminais.

MOVIMENTO DE CONTENTORES POR CAIS/TERMINAL



O Terminal de Contentores Norte e o Terminal de Contentores Sul movimentaram em 2025, 651 307 TEU, aproximadamente menos 7,5 mil TEU do que no ano anterior, ou seja, -1,1%. A soma do movimento do TCS e TCN representou 91,9% do tráfego total de contentores, diminuindo a sua quota em 0,2 p.p. face ao ano anterior.

No conjunto dos cais convencionais movimentaram-se 57 350 TEU, dos quais 57 337 corresponderam ao movimento de contentores ro-ro no Terminal Multiusos e apenas 13 foram movimentados nos restantes cais. O movimento no Terminal Multiusos registou um crescimento de 2,0%, por comparação com o ano anterior, progredindo para para uma quota de 8,1%, mais 0,2 p.p..

Porto de Viana do Castelo

O movimento no Porto de Viana do Castelo totalizou 353 mil toneladas, crescendo 9,7%, face a 2024, aumentando 31 mil toneladas.

Na análise por segmentos de carga, a carga geral fracionada e os granéis sólidos continuam a ser os segmentos de maior importância. Em conjunto representaram 91,3% do movimento total, menos 1,6 p.p. que em 2024.

PORTO DE VIANA DO CASTELO: MOVIMENTO DE MERCADORIAS

Un.: 1000 Ton

	2025		2024		Variação	
	VALOR	PESO %	VALOR	PESO %	VALOR	%
Carga Geral Fracionada	180	50,9%	177	54,9%	3	1,8%
Carga Contentorizada	0	0,0%	0	0,1%	0	-82,2%
Carga Ro-Ro	0,35	0,1%	0,33	0,1%	0	6,0%
Granéis Sólidos	143	40,4%	123	38,1%	20	16,4%
Granéis Líquidos	30	8,5%	22	6,9%	8	36,4%
Total	353	100,0%	322	100,0%	31	9,7%

No Porto de Viana do Castelo todos os segmentos de carga relevantes tiveram evolução positiva. A carga geral fracionada, os granéis sólidos e os granéis líquidos registaram crescimentos de 1,8%, 16,4% e 36,4%, respetivamente, face a 2024.

A carga roll-on/roll-off, totalizando ainda um movimento residual, teve um crescimento de 6,0%.

Movimento de Passageiros

Em 2025, Porto de Leixões recebeu 147 escalas de navios de cruzeiro e 226.176 passageiros. Estes números representam um crescimento de 15,5% no número de passageiros e uma diminuição de 3,3% no número de escalas comparativamente com o ano anterior de 2024.

Desta forma, o ano de 2024 foi o melhor de sempre para a atividade de cruzeiros em número de passageiros, ultrapassando pela primeira vez os 200 mil.

MOVIMENTO DE PASSAGEIROS NO PORTO DE LEIXÕES

Un: Número de passageiros

	2025	2024	Variação	
			VALOR	%
Desembarque	11 756	1 331	10 425	783,2%
Embarque	12 079	1 160	10 919	941,3%
Trânsito	202 341	193 339	9 002	4,7%
Total	226 176	195 830	30 346	15,5%
Número de navios	147	152	-5	-3,3%

No Porto de Viana do Castelo registou-se um movimento de 309 passageiros em 2025.

Movimento de Pescado

Em 2025, a descarga de pescado no porto de pesca de Leixões totalizou 23 264 toneladas, mais 4 184 toneladas do que no ano anterior (+21,9%). Nos portos de pesca da Afurada e de Viana do Castelo a variação do movimento de pescado relativamente a 2024 foi de +37,8% e +17,5%, respetivamente.

MOVIMENTO DE PESCADO

Un: ton

PORTOS DE PESCA	2025	2024	Variação	
			VALOR	%
Leixões	23 264	19 080	4 184	21,9%
Afurada	7	5	2	37,8%
Viana do Castelo	2 100	1 787	313	17,5%
Total	25 372	20 872	4 499	21,6%

1.3. Tráfego Fluvial - Via Navegável do Douro

1.3.1. Movimento de Mercadorias e Navios Comerciais

Em 2025, escalaram os portos do Douro 7 navios comerciais, menos 2 navios do que no ano anterior.

NAVIOS COMERCIAIS

	2025		2024		Variação %	
	N.º	1000 GT	N.º	1000 GT	N.º	1000 GT
Portos do Douro	7	10	9	12	-22,2%	-17,7%

O movimento de mercadorias no porto da Várzea totalizou 5 734 toneladas, menos 1 604 toneladas do que no ano anterior (-21,9%).

MOVIMENTO DE MERCADORIAS NOS PORTOS DO DOURO

Un: Ton

PORTOS	2025	2024	Variação	
			VALOR	%
Várzea do Douro	5 734	7 338	-1 604	-21,9%
Total	5 734	7 338	-1 604	-21,9%

1.3.2. Movimento de Passageiros

Em 2025 o movimento de passageiros na Via Navegável do Douro totalizou um valor próximo de 1,4 milhões de passageiros, crescendo quase 11 mil passageiros (+0,8%), face ao ano anterior.

MOVIMENTO DE PASSAGEIROS NO TRÁFEGO FLUVIAL

Un: Número de passageiros

TIPO DE NAVEGAÇÃO	2025	2024	Variação	
			VALOR	%
Cruzeiros na mesma albufeira	1 112 338	1 099 063	13 275	1,2%
Cruzeiros de 1 dia	142 730	149 467	-6 737	-4,5%
Cruzeiros em Navio-Hotel	125 086	120 150	4 936	4,1%
Embarcações de Recreio	8 492	9 178	-686	-7,5%
Total	1 388 646	1 377 858	10 788	0,8%

1.4. Terminais Ferroviários

Em 2025 o movimento do TFML registou uma evolução positiva da carga movimentada, apesar de um pequeno decréscimo do número de comboios operados.

Foram operados 1 822 comboios no TFML para operações de carga ou descarga, significando um decréscimo de 2,3%, face a 2024.

MOVIMENTO DE COMBOIOS NO TFML

Un: Número de comboios

	2025	2024	Variação	
			VALOR	%
Carga	980	984	-4	-0,4%
Descarga	842	880	-38	-4,3%
Total	1 822	1 864	-42	-2,3%

Em 2025 foram movimentadas no TFML 737 mil toneladas de mercadorias, mais 10 mil toneladas (+1,4%) que em 2024. As mercadorias carregadas e descarregadas registaram evoluções de -5,7% e de +9,8%, respetivamente, face ao ano anterior.

CARGA MOVIMENTADA NO TFML

Un: Toneladas

	2025	2024	Variação	
			VALOR	%
Carga	368 206	390 649	-22 443	-5,7%
Descarga	369 061	336 179	32 882	9,8%
Total	737 267	726 828	10 439	1,4%

Durante 2025 movimentaram-se no TFML um pouco mais de 58 mil contentores, correspondentes a 99 mil TEU, que representam crescimentos 4,2% e 4,0%, respetivamente, face a 2024.

MOVIMENTO DE CONTENTORES NO TERMINAL FERROVIÁRIO DE MERCADORIAS DE LEIXÕES

	2025		2024		Variação %	
	N.º	TEU	N.º	TEU	N.º	TEU
Carga	33 781	56 640	32 159	53 900	5,0%	5,1%
Descarga	24 705	42 374	23 952	41 310	3,1%	2,6%
Total	58 486	99 014	56 111	95 210	4,2%	4,0%

1.5. Terminal de Cruzeiros

Graças à sua localização estratégica, infraestrutura moderna e riqueza cultural, o Terminal de Cruzeiros do Porto de Leixões, juntamente com o destino Porto e Norte de Portugal, continua a atrair um número crescente de navios de cruzeiro e turistas, contribuindo significativamente para o desenvolvimento económico e turístico da região.

Em 2025, o Porto de Leixões registou 147 escalas de navios de cruzeiro e 226.176 passageiros, o que representa um crescimento de 16% face a 2024 e constitui o melhor resultado de sempre da atividade de cruzeiros. Este desempenho foi alcançado apesar de se terem registado menos cinco escalas face ao ano anterior, refletindo uma evolução positiva na dimensão e capacidade dos navios.

Durante o ano realizaram-se 13 escalas inaugurais, assinaladas com a tradicional cerimónia de Troca de Placas; 12 operações de turnaround, com destaque para cinco operações realizadas em junho e julho, envolvendo cerca de 25.000 passageiros.

O Terminal de Cruzeiros do Porto de Leixões consolidou-se em 2025 como infraestrutura de referência para eventos empresariais e institucionais, acolhendo 120 eventos, correspondentes a 178 dias de ocupação.

A programação integrou conferências, congressos, reuniões corporativas, eventos institucionais, iniciativas sociais e produções comerciais, envolvendo organizações nacionais e internacionais.

Entre os eventos realizados destacaram-se iniciativas nas áreas do turismo, inovação e sustentabilidade, como encontros promovidos pela ICCA, MSC Cruises, OSCE e o Pacto da Bioeconomia Azul, bem como eventos de responsabilidade social, designadamente Migratalks, Cruz Vermelha Portuguesa e a iniciativa “Põe-te a Dançar”.

O espaço acolheu igualmente eventos corporativos de marcas internacionais, como IBM, Bayer, L’Oréal, EY e PwC, bem como iniciativas promovidas pela APDL, entre as quais Portugal Export +60’30, Business2Sea e o Dia do Porto de Leixões.

1.6. Plataforma Logística

A Plataforma Logística do Porto de Leixões (PLPL) tal como em anos anteriores, em 2025, é um dos investimentos estratégicos mais relevantes para o desenvolvimento do Porto de Leixões enquanto ecossistema portuário integrado. Com o desenvolvimento das suas ações continuou a contribuir de forma significativa para a criação de valor, através da melhoria das condições de atratividade e de fixação de agentes logísticos, reforçando o posicionamento do porto nas cadeias logísticas nacionais e internacionais.

A consolidação da PLPL permitiu fortalecer a ligação entre o Porto de Leixões e o território envolvente, potenciando a ancoragem de novos fluxos de mercadorias e promovendo maior eficiência na articulação das cadeias logísticas associadas à atividade portuária.

Paralelamente, a Plataforma Logística continuou a desempenhar um papel relevante na mitigação das limitações decorrentes da reduzida disponibilidade de espaços de apoio às atividades operacionais do porto, contribuindo para a melhoria da performance global do serviço prestado pelo Porto de Leixões ao longo da cadeia logística.

No final de 2025, a PLPL registou um índice de ocupação de 79%, correspondendo a um acréscimo de 2 pontos percentuais face a 2024, evidenciando capacidade de resposta à procura por soluções de imobiliário logístico associadas ao porto, pese embora a redução do espaço disponível na PLPL.

O nível de ocupação alcançado, conjugado com os desafios estruturais do mercado do imobiliário logístico, reforça a necessidade de, em 2026, conservar a dinâmica nas ações de desenvolvimento, promoção e valorização da PLPL, assegurando a continuidade da estratégia seguida em exercícios anteriores e criando condições para responder às necessidades futuras do ecossistema portuário.

1.7. Atividade Promocional, Comercial e Comunicação

Em 2025, a APDL prosseguiu a execução da sua linha estratégica de reforço da atividade comercial e de promoção integrada das Unidades de Negócio, assegurando a continuidade dos instrumentos operacionais implementados em anos anteriores e reforçando o posicionamento competitivo do sistema portuário sob sua gestão. A atuação manteve-se orientada para a captação de novas oportunidades de negócio, fidelização e desenvolvimento de clientes e consolidação do ecossistema portuário da APDL.

No âmbito da estratégia comercial e de internacionalização, a APDL participou em diversas feiras e conferências do setor marítimo-portuário, logístico e turístico, entre as quais: Intermodal South America (São Paulo), Transport Logistic (Munique), Breakbulk Europe (Roterdão), COASTLINK Conference (Bilbao), Cargo Freight Portugal Summit, Porto Maritime Week, BTL – Bolsa de Turismo de Lisboa, Millennium Portugal Exportador, Seatrade Cruise Global e Seatrade Cruise Europe.

Numa vertente de reforço de parcerias estratégicas e de cooperação internacional, com impacto direto na dinâmica comercial das Unidades de Negócio, durante 2025 foram recebidas delegações provenientes da Europa, América do Norte e do Sul, África, Médio Oriente e Ásia, consolidando o padrão de relacionamento internacional observado no período anterior.

A receção de delegações de operadores do transporte marítimo, incluindo armadores e representantes de alianças logísticas globais, demonstram ainda a importância e o interesse no ecossistema portuário gerido pela APDL.

Estas interações permitiram apresentar os projetos estratégicos em curso, os investimentos previstos e as condições operacionais das infraestruturas, contribuindo para o reforço da atratividade junto principais cadeias logísticas internacionais. Estas ações reforçaram a visibilidade institucional e ampliaram o potencial para o desenvolvimento de novas parcerias e oportunidades comerciais.

O Grupo de Promoção do Porto de Leixões, coordenado pela APDL com a participação dos concessionários, manteve a sua atividade regular, assegurando a monitorização sistemática do contexto logístico, a identificação de constrangimentos operacionais e comerciais e a revisão contínua das estratégias conjuntas de

promoção externa. Este mecanismo continuou a constituir uma ferramenta relevante de alinhamento interinstitucional.

As iniciativas desenvolvidas ao longo do ano confirmam o papel da APDL como agente dinamizador do cluster portuário e logístico, contribuindo para a consolidação da estratégia de internacionalização, para a valorização das suas Unidades de Negócio e para o reforço da competitividade e sustentabilidade do sistema portuário sob sua jurisdição.

O Porto Aberto à Comunidade

A APDL manteve em 2025 uma estratégia ativa de aproximação do porto à comunidade, promovendo e apoiando iniciativas culturais, desportivas e institucionais que reforçaram a sua abertura ao território e a sua projeção nacional e internacional. Neste contexto, o Terminal de Cruzeiros do Porto de Leixões afirmou-se como o principal polo de concretização desta estratégia, funcionando como plataforma privilegiada de ligação entre o porto e a comunidade, sem prejuízo de outras iniciativas desenvolvidas noutras infraestruturas portuárias.

O Dia do Porto de Leixões, na sua 17.^a edição, reuniu mais de 15.000 visitantes, com visitas à área portuária, atividades culturais e concertos. A programação integrou ainda a 10.^a Corrida do Porto de Leixões, com cerca de 3.100 participantes.

Entre os principais momentos destacam-se o Concerto de Reis, realizado no Terminal de Cruzeiros, que reuniu cerca de 400 participantes; a participação na exposição “Verde Perto”, promovida pela Câmara Municipal de Matosinhos, dedicada à transição energética e sustentabilidade e a parceria no Norte Surf Fest e na Porto & Matosinhos Wave Series, promovendo a cultura marítima e os desportos de ondas.

O Terminal de Cruzeiros do Porto de Leixões consolidou-se em 2025 como infraestrutura de referência para eventos empresariais e institucionais, acolhendo 120 eventos, correspondentes a 178 dias de ocupação.

A programação integrou conferências, congressos, reuniões corporativas, eventos institucionais, iniciativas sociais e produções comerciais, envolvendo organizações nacionais e internacionais.

Entre os eventos realizados destacaram-se iniciativas nas áreas do turismo, inovação e sustentabilidade, como encontros promovidos pela ICCA, MSC Cruises, OSCE e o Pacto da Bioeconomia Azul, bem como eventos de responsabilidade social, designadamente Migrataalks, Cruz Vermelha Portuguesa e a iniciativa do município com a população.

O espaço recebeu diversos eventos corporativos de âmbito internacional, refletindo a sua capacidade para acolher encontros de grande relevância, bem como iniciativas promovidas pela APDL, entre as quais Portugal Export +60'30, Business2Sea e o Dia do Porto de Leixões

A realização da etapa portuguesa da The Ocean Race Europe, trouxe também ao Terminal de Cruzeiros cerca de 20.000 visitantes.

A estratégia de abertura do porto à comunidade manteve-se como uma prioridade em 2025. O Terminal de Cruzeiros recebeu cerca de 33.000 visitantes, através de visitas livres ao domingo, visitas programadas e iniciativas de portas abertas.

O guindaste histórico TITAN, um dos elementos patrimoniais mais emblemáticos do Porto de Leixões, registou cerca de 3.700 visitantes, com abertura regular aos fins de semana e visitas organizadas.

A remodelação recente do Auditório Infante D. Henrique permitiu reforçar a sua multifuncionalidade e competitividade, traduzindo-se num aumento da procura e da taxa de utilização. No decorrer de 2025 realizaram-se 32 eventos corporativos, maioritariamente ligados à comunidade local, incluindo conferências, workshops e ações de formação.

Em Viana do Castelo, o Dia do Porto de Viana voltou a afirmar-se como um dos principais eventos da agenda local, integrando a 4.^a Corrida do Porto de Viana, que reuniu 1.450 atletas de 21 países.

No âmbito da sua política de responsabilidade social, a APDL distinguiu os melhores alunos do ensino secundário e profissional dos municípios de Matosinhos, Viana do Castelo e Peso da Régua, promovendo o mérito académico e incentivando o talento jovem.

Para além das iniciativas já detalhadas, a APDL continuou a apoiar eventos desportivos, culturais e sociais, bem como instituições e associações de carácter educativo e comunitário, reforçando o seu compromisso com as populações que vivem em estreita relação com as Unidades de Negócio de Leixões, Viana e Douro. Estes apoios contribuem diretamente para a dinamização da região, promovendo atividades que beneficiam a comunidade local e fortalecendo a ligação destas com o território e as comunidades que nele vivem.

Comunicação

Em 2025, a APDL reforçou os seus instrumentos de comunicação institucional interna e externa.

O Portal Interno publicou 355 notícias, consolidando-se como plataforma central de informação para os colaboradores. Foram igualmente divulgadas 43 newsletters internas e 245 comunicados internos e externos.

No relacionamento com os órgãos de comunicação social foram emitidos 42 comunicados ou notas de imprensa e prestados 25 esclarecimentos sobre diferentes temas de agenda.

Nos websites institucionais e das unidades de negócio foram publicadas 195 notícias, enquanto a APP Ponte Móvel disponibilizou 80 notícias e informações de serviço, reforçando o acesso digital à informação relevante para a comunidade.

No âmbito da relação com os *stakeholders* foram ainda recebidas e tratadas 46 reclamações, bem como publicados 30 anúncios publicitários nacionais nas áreas da carga, cruzeiros, eventos, formação e serviços.

A presença digital da APDL continuou a registar crescimento significativo em 2025, reforçando a proximidade com *stakeholders*, visitantes e comunidade.

Em 2025, a comunicação digital da APDL consolidou a sua presença ativa nas redes sociais, nomeadamente no Facebook, Instagram, YouTube e LinkedIn, reforçando a proximidade com os *stakeholders* e destacando a Responsabilidade Social Corporativa.

Na página de Facebook do Porto de Leixões, destacam-se 4,6 milhões de visualizações, 73 mil interações e 8,8 mil novos seguidores. No Instagram do Porto de Leixões, foram alcançadas cerca de 30 mil contas, com 260 mil visualizações e um crescimento de 839 novos seguidores. Já o Facebook do Porto de Viana do Castelo contabilizou 168 mil visualizações, 2,2 mil interações e 441 novos seguidores.

No que diz respeito à Via Navegável do Douro, foram alcançadas 73 mil pessoas e registadas 1,1 mil interações. Por sua vez, o LinkedIn da APDL atingiu 242 mil impressões e ultrapassou os 11 mil seguidores, verificando-se ainda um crescimento de cerca de 2 mil novos seguidores em 2025.

1.8. Sistemas de Informação

No exercício de 2025, ao nível dos sistemas de informação da APDL, destacam-se as seguintes atividades:

Projeto Implementação da Janela Única Logística (JUL):

Entrada em funcionamento do novo sistema aduaneiro (SIMTEM) para cumprimento do disposto na Decisão EU 2019/2151, no âmbito do novo Código Aduaneiro da União (CAU);

Informação de Gestão

- Desenvolvimento de novo Data Lake com informação JUL.
- Criação de cubos para disponibilização de informação para suporte gestão.
- Migração de dados JUP 2 para Metabase.
- Restruturação do modelo de dados e infocubos para inclusão dos modelos de dados do SIMTEM.
- Inclusão do modelo da ferrovia.

TFML – Terminal Ferroviário de Mercadorias de Leixões

- Desenvolvimento da aplicação de TOS (tablet em uso nos reach staker);
- Desenvolvimento e instalação dos quiosques de atendimento na portaria do terminal ferroviário;

Implementação da Faturação Eletrónica

Implementação da componente de Contas a Pagar integrada com sistema SAP.

Desenvolvimento de aplicações 4ports

- **4Alerts:** Desenvolvimento de solução de registo e gestão de ocorrências, integrada com SIG e planos de segurança para a Via Navegável do Douro.
- **4Pilots:** Desenvolvimento de plataforma de suporte à navegação e coordenação de manobras portuárias, garantindo maior precisão na movimentação das embarcações e reforçando a segurança operacional.
- **4Shorex:** Desenvolvimento de sistema de gestão e controlo das operações de Shorex em zonas portuárias, assegurando processos eficientes e seguros no embarque e desembarque de passageiros.
- **Livemap:** Atualização da plataforma de acompanhamento em tempo real do tráfego marítimo, integração com JUL e disponibilização a agentes de navegação em contexto de porto e escala.
- **Atualização Centro de Coordenação de Navegação Leixões:**
 - **Liveweather:** Atualização da plataforma operacional de meteorologia e hidrologia, integração com estações próprias e informação do IPMA. Apresentação de previsões valores medidos em tempo real, úteis para planeamento e segurança das operações.
 - **Livedata:** Atualização da plataforma e implementação de novas funcionalidades para melhor comunicação e interação com a comunidade portuária;

Automatização de processos

- Utilização de RPA para automatização dos seguintes processos:
 - Energia: Automatizar a extração de dados da EREDES e do comercializador;
 - JUL:
 - Despacho do processo Declaração de Resíduos;
 - Despacho do processo de ISPS;
 - JUP:
 - Processo Faturação das Pasta Fluviais;

Rede conectividade da APDL:

- Estabelecimento de novas ligações de comunicação às eclusas

Foram estabelecidas ligações de fibra ótica entre o site principal da Régua e as cinco eclusas da VND, eliminando a dependência do site de Valdigem, garantindo maior autonomia e estabilidade das comunicações.

- Migração para novos Core Switches

Implementação de novos Core Switches nos sites principais de Leixões (SS2 e SS3), Viana do Castelo, Régua e Terminal de Cruzeiros, garantindo maior resiliência, suporte, novas funcionalidades e licenciamento atualizado. Migração integral das configurações existentes.

Infraestrutura de computação e armazenamento:

- Nova infraestrutura de Storage e upgrade dos servidores de virtualização

Foi realizado um upgrade de storage para a mais recente geração, com a aquisição de duas novas storages, uma em cada Datacenter principal. As novas soluções oferecem maior performance, discos NVMe mais rápidos e maior capacidade de armazenamento. Todos os dados foram migrados das storages antigas para as novas infraestruturas.

- **Migração Plataforma Virtualização**

Migração de hosts de virtualização para versões mais atualizadas, com aplicação dos últimos updates, em todos os sites da APDL: Leixões, Régua, Viana e VTS.

Segurança de rede e acessos:

- **Upgrade das plataformas DDI, DNS**

Aquisição de novos equipamentos (DDI, DNS Traffic Control, DNS Firewall, Cloud Platform e Grid), com uma instância dedicada a cada site principal: Leixões, Régua e Viana do Castelo.

- **Aquisição de novas firewalls de perímetro**

Renovação das firewalls de perímetro, com a implementação de duas firewalls em redundância em cada um dos Datacenters. Migração integral de todas as regras e ligações externas para as novas firewalls.

- **Configuração de EDR e SIEM**

Instalação e configuração do novo EDR em ambiente Cloud, com instalação de agentes em todos os postos de trabalho e servidores Windows e desinstalação do agente anterior. Implementação do SIEM on-premises e integração com vários sistemas internos.

- **Configuração de WAF**

Implementação de um Web Application Firewall (WAF) nas plataformas de balanceamento, reforçando a proteção dos sites e aplicações publicados para o exterior.

- **Reestruturação das regras da firewall de Datacenter**

Reorganização e criação de novas regras de firewall e NAT na firewall interna, com remoção de regras obsoletas ou sem utilização, normalização da nomenclatura e melhoria geral da organização e segurança.

- Ativação do MFA da Microsoft para todos os colaboradores

Todos os colaboradores da APDL passaram a utilizar autenticação multifator (MFA) para acesso aos serviços da suite Microsoft 365.

- Realização de Pentest interno

Foi efetuado um pentest interno em modo BlackBox e GreyBox, com produção de relatórios detalhados, para validação de serviços e identificação de vulnerabilidades em sistemas e servidores.

Equipamentos:

- **Portaria 3PL - Substituição integral das cinco Canópias**

As cinco Canópias (3 de entrada e 2 de saída) foram totalmente renovadas, com a instalação de novas câmaras LPR, OCR e sistemas laser. Toda a iluminação foi substituída por tecnologia LED e a estrutura metálica foi reforçada.

- **CCN Régua - Substituição de VideoWall**

Foi efetuada a substituição integral do VideoWall do Centro de Coordenação de Navegação da Régua por uma solução totalmente nova, composta por 18 monitores. Esta nova infraestrutura permite maior flexibilidade na apresentação de imagens e vídeos, bem como uma maior dinâmica operacional.

- **Aquisição de equipamentos móveis para colaboradores da APDL**

Aquisição de novos telemóveis para colaboradores da APDL, permitindo a correta implementação do MFA através de notificações push e SMS.

- **Licenciamento Microsoft 365**

Renovação e aquisição de novas licenças Microsoft 365 E1, E3 e E5 com todas as funcionalidades de Compliance. Aquisição adicional de licenças Copilot.

1.9. Certificações, Sistemas de Gestão (Qualidade, Segurança da Cadeia de Abastecimento e Segurança dos Terminais Ferroviários de Mercadoria de Leixões), Gestão Ambiental e Gestão de Riscos

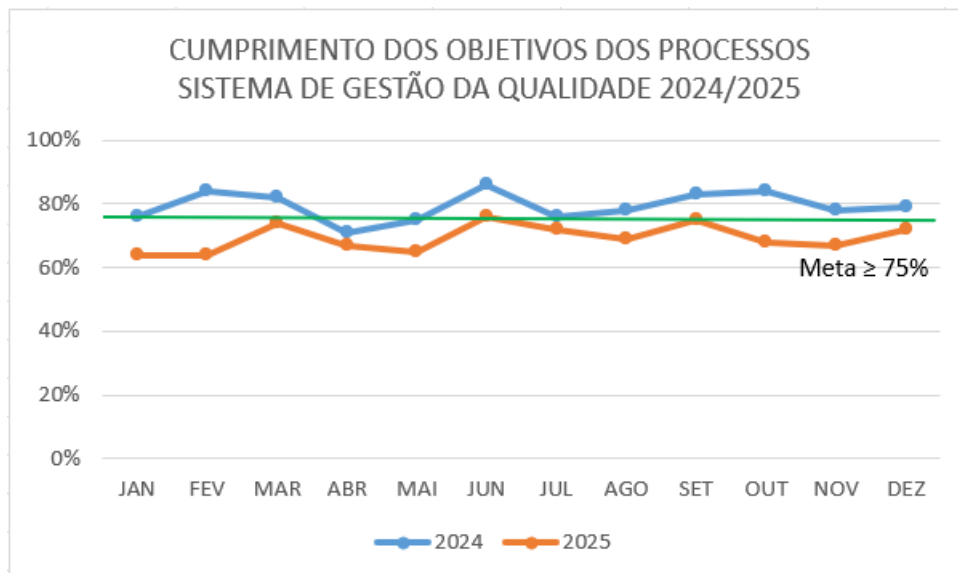
1.9.1. Certificação da Qualidade

Em 2025, a empresa renovou a certificação do seu Sistema de Gestão da Qualidade, de acordo com a norma ISO 9001:2015, abrangendo todas as suas unidades de negócio: Porto de Leixões, Porto de Viana do Castelo e Via Navegável do Douro.

A obtenção deste propósito estratégico, prosseguido desde 2010, resulta de um trabalho contínuo de auditoria, revisão e monitorização, reafirmando o compromisso da APDL com a excelência, a melhoria contínua, a satisfação de clientes e parceiros. A certificação aplica-se a todos os processos e áreas de atividade, assegurando elevados padrões de qualidade e reforçando a confiança na gestão e nos serviços prestados.

Com esta renovação, a APDL consolida a sua posição de referência no setor marítimo-portuário e da navegação fluvial, aplicando as melhores práticas internacionais no seu sistema de gestão, transversal a todos os serviços das suas unidades de negócio.

Relativamente à performance/análise comparativa ao Macro Indicador do Processo “Planeamento de Gestão - Cumprimento dos objetivos dos processos”, registada no biénio 2024/2025, pode-se aferir que o ano de 2024 foi em termos gerais melhor do que o ano 2025 pois a meta dos 75% só não foi atingida apenas no mês de abril.



1.9.2. Certificação da Segurança da Cadeia de Abastecimento no Porto de Leixões

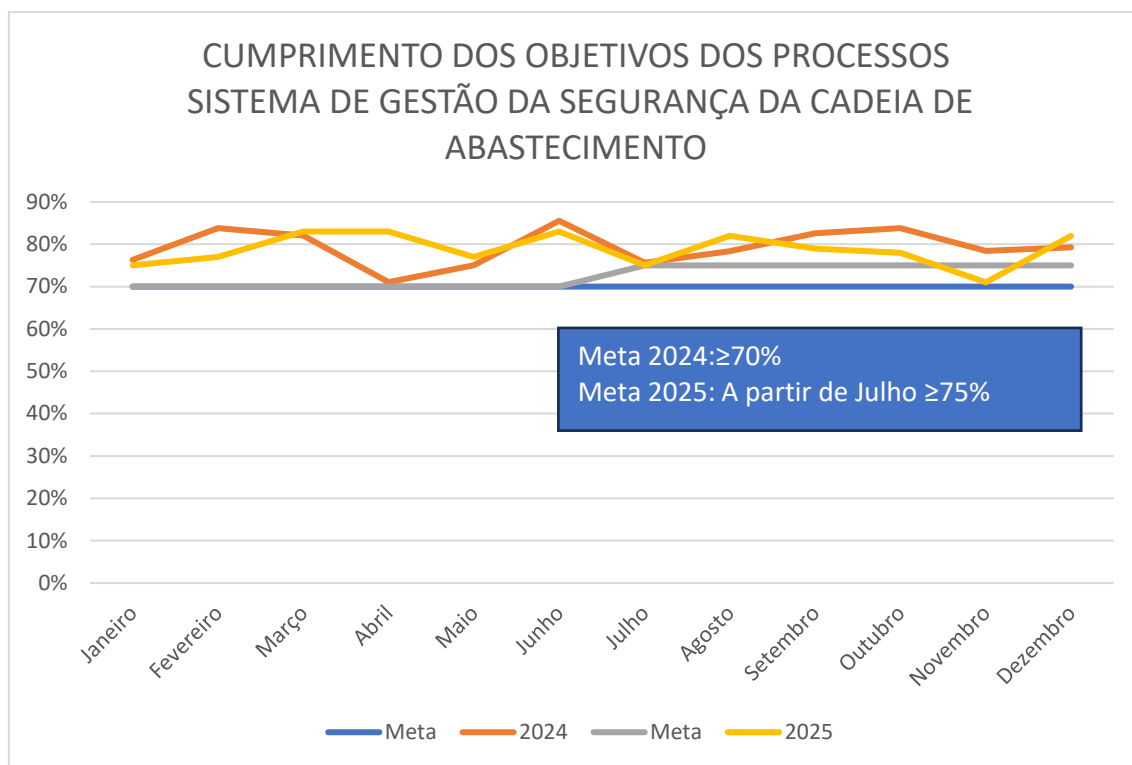
Em 2025, a empresa renovou a certificação do seu Sistema de Gestão da Segurança da Cadeia de Abastecimento, de acordo com a norma ISO 28000:2022, na unidade de negócio de Leixões.

No biénio 2024/2025, relativamente ao Macro Indicador do processo “Planeamento de Gestão – Cumprimento dos Objetivos dos Processos”, importa referir que, ao longo do ano de 2024, o cumprimento dos objetivos se manteve consistentemente acima da meta definida ($\geq 70\%$), tendo sido superado em todos os meses do ano. Os resultados evidenciaram um desempenho robusto e estável, com particular destaque para o primeiro semestre e para o pico registado em junho, confirmando a eficácia do sistema e o controlo operacional dos processos.

Em 2025, mantendo-se a meta em $\geq 70\%$ durante o primeiro semestre e verificando-se o seu reforço para $\geq 75\%$ a partir de julho, os resultados demonstraram, de forma geral, capacidade de resposta e adaptação ao novo patamar de exigência. A organização manteve níveis de desempenho alinhados ou superiores à meta na quase totalidade dos meses, registando-se apenas um desvio pontual em novembro. Ainda assim, o ano encerrou com resultados acima do objetivo definido, confirmando a consolidação das práticas implementadas e a sustentabilidade do desempenho alcançado.

De forma global, os resultados do biénio evidenciam a maturidade do Sistema de Gestão da Segurança da Cadeia de Abastecimento, bem como o compromisso

contínuo da organização com a melhoria contínua, a eficácia dos processos e o cumprimento consistente dos objetivos estabelecidos.

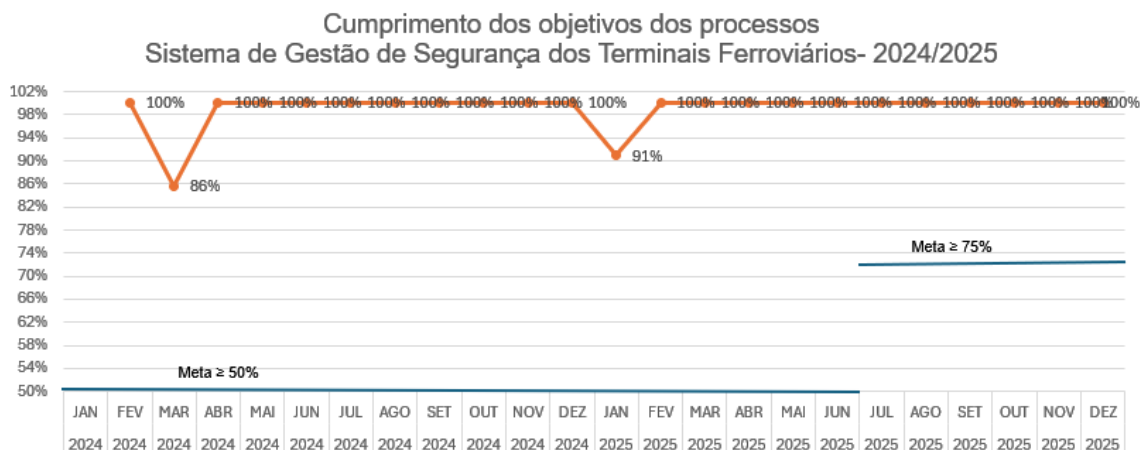


1.9.3. Autorização de Segurança dos Terminal Ferroviários de Mercadorias de Leixões e da Guarda

No início de 2023 foi implementado o SGSTFM (Sistema de Gestão da Segurança dos Terminais Ferroviários de Mercadorias) e realizadas as avaliações de conformidade pelo IMT.

A APDL obteve em 14/01/2025 a renovação da sua Autorização de Segurança nº PT 21 2025 0001 emitida pelo IMT com a extensão ao Porto Seco /Terminal Ferroviário de Mercadorias da Guarda.

Relativamente à análise de desempenho face ao Macro indicador do Processo “Planeamento de Gestão – Cumprimento dos objetivos dos processos”, no biénio 2024/2025, verifica-se que, embora em 2024 todos os meses tenham registado valores superiores à meta mínima de 50%, foi em 2025 que se observou uma melhoria expressiva. Neste segundo ano, o indicador atingiu 100% em todos os meses, demonstrando uma evolução contínua e um elevado nível de consolidação do processo. Atendendo a estes resultados claramente positivos, decidiu-se elevar a meta para um valor superior a 75%, com aplicação a partir de julho.



1.9.4. Certificação do Sistema de Gestão Ambiental

Em 2025, A APDL obteve a certificação ambiental, segundo a norma internacional [ISO 14001:2015](#), abrangendo todas as suas unidades de negócio.

Este resultado confirma o empenho da APDL em assegurar os mais elevados padrões de sustentabilidade e gestão ambiental, alinhados com as melhores práticas internacionais do setor portuário. A certificação ISO 14001:2015 reforça não só o nosso compromisso em reduzir impactos ambientais, mas também em criar valor económico e social para os nossos clientes, parceiros e comunidade envolvente.

Esta certificação confirmou que o Sistema de Gestão Ambiental implementado está alinhado com as boas práticas internacionais e reforça a credibilidade da APDL, projetando uma imagem de maior confiança junto da comunidade e demais stakeholders.

Na prática foi possível melhorar as boas práticas ambientais já existentes e incrementar atividades fundamentais que não existiam, nas quais é possível destacar:

- Auditorias e Avaliação da Conformidade legal
- Melhoria do levantamento das necessidades de formação
- Acompanhamento Ambiental das Obras
- Compras sustentáveis
- Melhoria da gestão operacional (oficinas/armazéns)
- Melhor definição de funções

Relativamente à performance do Macro Indicador do Processo “Gestão Ambiental - Cumprimento dos objetivos do processo”, registada no ano de 2025, a meta dos 80% foi atingida em ambos os semestres do ano.

1.9.5. Plano de Gestão de Riscos - projeto MAR

A Gestão do Risco empresarial, incluindo os Riscos de Corrupção e Infrações Conexas (conhecido na APDL por projeto MAR – Modelo de Avaliação de Riscos) segue as melhores práticas, modelos e frameworks de gestão de risco internacionalmente aceites, entre os quais se encontram as metodologias da norma ISO 31000:2018, o “COSO II - Integrated framework for Enterprise Risk Management”. O plano de prevenção do risco está disponível em <https://www.apdl.pt/empresa/gestao-de-riscos-sistemas-de-gestao-e-certificacoes/>

O ano de 2025 foi marcado pela consolidação da exploração da nova área de negócio — o Terminal Ferroviário de Mercadorias de Leixões — e pelo processo de certificação Ambiental da APDL. No decurso deste ano, o Comité de Gestão do Risco realizou quatro reuniões, assegurando o acompanhamento sistemático dos principais temas de risco corporativo e operacional.

Procedeu-se igualmente à reavaliação dos riscos associados à implementação dos diversos Sistemas de Gestão da APDL, nomeadamente os de Qualidade, Segurança da Cadeia de Abastecimento, Segurança dos Terminais Ferroviários de Mercadorias, Gestão Ambiental e Segurança Ferroviária. Este último foi analisado de acordo com o Método Comum de Segurança para a Avaliação e Validação do Risco, conforme previsto no Regulamento de Execução (UE) n.º 402/2013, garantindo o cumprimento dos requisitos aplicáveis e a robustez metodológica dos processos de gestão de risco.

No domínio da Ética e Prevenção da Corrupção, a APDL cumpre as recomendações do Conselho de Prevenção da Corrupção através dos seus normativos internos, que incluem os Códigos de Ética e de Conduta (Geral e de Dados Pessoais) e os respetivos Regulamentos da Comissão de Ética e de Comunicação de Irregularidades, disponíveis em <https://www.apdl.pt/empresa/etica-empresarial/>.

Em 2025, foi concluído o Relatório de Avaliação Anual de 2025 – Prevenção da Corrupção, reforçando a transparência e a melhoria contínua, estando este documento e o Canal de Denúncias permanentemente acessíveis ao público, respetivamente em:

<https://www.apdl.pt/empresa/gestao-de-riscos-sistemas-de-gestao-e-certificacoes/> e <https://www.apdl.pt/empresa/comunicacao-de-irregularidades/>

2. Recursos Humanos

A recente Estratégia Portos 5+ e a sua visão a dez anos (2025-2035) salienta a necessidade de investir no capital humano como fator essencial para concretizar um roteiro focado na sustentabilidade, inovação, digitalização, competitividade e ligação ao território.

Neste cenário, a gestão de pessoas é mais do que um suporte operacional e administrativo, é o fator diferenciador para alcançar uma cultura de alto desempenho, inovação e qualidade, através da aposta em políticas de recursos humanos que validem a aquisição de novas competências (especialmente digitais e tecnológicas), que promovam uma cultura de segurança e bem-estar social e um ambiente de trabalho positivo e motivador, garantindo assim que as equipas estão alinhadas para os novos desafios de eficiência operacional e competitividade do setor.

Em 2025 a Direção de Recursos Humanos promoveu uma atuação orientada para eficiência de processos, bem-estar social, colaboração e melhoria contínua, destacando-se as seguintes iniciativas de alinhamento estratégico:

- Definição e implementação do Plano de Carreira dos trabalhadores, que promove a aquisição de novas competências e uma postura proativa do trabalhador no desenvolvimento da sua carreira, essencial num contexto de inovação digital e tecnológica.
- Implementação de programas de valorização profissional e pessoal, e investindo em iniciativas de motivação e melhoria do clima social, fundamentais para a retenção de talentos.
- Implementação de sistemas de melhoria contínua, através da aplicação do método Kaizen na Direção de Recursos Humanos, focado na melhoria dos processos de gestão de pessoal, permitindo maior eficiência dos fluxos e mais agilidade na decisão para se alcançar maior satisfação do cliente.

O presente capítulo evidencia, assim, o contributo das áreas da Direção de Recursos Humanos para os resultados globais da empresa, demonstrando que o investimento nas pessoas constitui um pilar fundamental para a criação de valor sustentável e para a prossecução dos objetivos estratégicos da empresa e do sector.

2.1. Quadro de Pessoal

De acordo o Plano de Atividades e Orçamento, circunscrito ao ano de 2025, aprovado por referência o exposto no Relatório de Análise n.º 12/2025, de 29 de janeiro, da UTAM e objeto de concordância através do Despacho n.º 133/2025, de 4 de fevereiro, do Senhor Secretário de Estado do Tesouro e das Finanças, em 2025 o quadro de pessoal da APDL regista uma diminuição de quatro trabalhadores face ao fecho do ano anterior.

A redução do quadro de pessoal deve-se ao facto das saídas, resultantes de processos de reforma, aposentação, pré-reforma e cessação de contratos de trabalho, superarem as admissões realizadas em 2025. Contudo, prevê-se que estas

vagas sejam preenchidas oportunamente, ajustando-se às necessidades da organização.

SAÍDAS DE COLABORADORES	2025
Cessação do contrato	3
Aposentação/reforma/pré-reforma	7
Colocação em Organismo Externo	1
Total	11
ENTRADAS DE COLABORADORES	
Contratação sem termo	7
Total	7

Em resultado do movimento de saídas e de entradas de colaboradores, o quadro de pessoal apresenta variação de -1,4% relativamente ao ano anterior, totalizando 287 colaboradores.

Não são considerados neste número os trabalhadores que se encontram em licença sem vencimento.

QUADRO DE PESSOAL (por unidade de negócio)	2024	2025	Δ %
N.º de ativos	291	287	-1,4%
Leixões	245	242	-1,2%
Viana do Castelo	25	25	0%
Via Navegável do Douro	15	15	0%
Terminal Ferroviário Leixões	6	5	-16,7%

Ativos – Totalidade dos recursos humanos disponíveis, não incluindo ROC (1 elemento), Conselho Fiscal (3 elementos) e Assembleia-geral (2 elementos)

QUADRO DE PESSOAL (em 31 de dezembro)	2024	2025	Δ %
Total	291	287	-1,4%
H	196	193	-1,5%
M	95	94	-1,1%
Tipo de vínculo	291	287	-1,4%
Permanente	244	242	-0,8%
Comissão de serviço	40	41	2,5%
Cedência de interesse público	7	4	-42,9%

Relativamente ao nível habilitacional do quadro de pessoal da empresa, mais de metade dos colaboradores possuem formação de nível superior, como resultado do investimento em quadros cada vez mais qualificados e dos incentivos à autoformação dos colaboradores.

NÍVEIS DE HABILITAÇÕES	2024	2025	Δ %
Ensino básico	52	50	-3,85%
H	47	45	-4,26%
M	5	5	0,00%
Ensino secundário	71	73	2,82%
H	47	48	2,13%
M	24	25	4,17%
Ensino superior politécnico	9	8	-11,11%
H	6	5	-16,67%
M	3	3	0,00%
Ensino superior universitário	159	156	-1,89%
H	97	95	-2,06%
M	62	61	-1,61%

Nas três unidades de negócio da empresa, em especial nos portos de Leixões e Viana do Castelo, há uma forte presença do trabalho operacional relacionado à movimentação de navios, com profissões como Piloto, Mestre de Tráfego Local, Motorista Marítimo e Marinheiro. Devido à falta de profissionais do género feminino com cédula marítima, esta área apresenta uma grande predominância do género masculino no quadro de pessoal da empresa. Já na área de gestão e serviços de apoio inverte-se essa tendência, com uma predominância do género feminino, como apresentado no quadro seguinte.

ATIVOS POR ÁREAS OPERACIONAIS	2024	2025	Δ %
Operações portuárias, segurança e ambiente	132	125	-5,3%
H	116	110	-5,2%
M	16	15	-6,3%
Obras e infraestruturas	36	35	-2,8%
H	27	27	0,0%
M	9	8	-11,1%
Logística e informática	29	29	0,0%
H	19	20	5,3%
M	10	9	-10,0%
Comercial e gestão domínio público	21	21	0,0%
H	9	8	-11,1%
M	12	13	8,3%
Gestão e serviços de apoio	73	77	5,5%
H	25	28	12,0%
M	48	39	-18,8%
Total	291	287	-1,4%
H	196	193	-1,5%
M	95	94	-1,1%

Para garantir a plena operacionalidade dos serviços, é necessário que todos os colaboradores dos serviços marítimos (Operações Marítimo-Portuárias e de Segurança da Navegação, incluindo os serviços de Pilotagem e Vessel Traffic

Services) trabalhem em regimes de turno e/ou IHT. Além disso, os serviços de direção, apoio técnico e sistemas de informação das unidades de negócio do Porto de Viana do Castelo e VND estão centralizados em Leixões, o que garante maior disponibilidade para dar suporte às três unidades de negócio. Como resultado, muitos colaboradores dessas áreas estão integrados no regime de isenção de horário de trabalho, o que explica o elevado número de colaboradores nesse regime.

REGIME DE TRABALHO	2024	2025	Δ %
Horário normal fixo	55	55	0,0%
Horário de turno	25	24	-4,0%
Isenção de horário de trabalho	211	208	-1,4%

A taxa de absentismo, sofreu um aumento acentuado de 0,87 pontos percentuais devido, sobretudo, à adesão à greve nos meses de outubro, novembro e dezembro, aliada às ausências por doença, parentalidade e acidentes de trabalho.

TAXA DE ABSENTISMO	2024	2025	Δ (p.p.)
Taxa de absentismo	4,26%	5,13%	0,87

ABSENTISMO	Género	2024	2025	Δ %
		(dias)	(dias)	
Ausências	Masculino	1 641	1 854	13%
	Feminino	822	1 189	45%
Total		2 463	3043	24%

AUSÊNCIAS (em dias de trabalho)	2024	2025	Δ %
Acidente de Trabalho	289	191	-33,9%
Por doença não profissional	1 681	1 685	0,2%
Por assistência inadiável a filho, neto ou agregado familiar	57	161	182,5%
Maternidade/Paternidade	217	429	97,7%
Outras ausências justificadas	219	577	163,5%
Ausências injustificadas	0	0	0
Total	2 463	3 043	23,5%

2.2. Estrutura dos Gastos com o pessoal

O aumento de gastos com o pessoal resulta, essencialmente, do aumento da tabela salarial, de acordo com o definido para a Função Pública (2,15% ou 56,58€) e das normais valorizações remuneratórias resultantes das progressões nas carreiras profissionais de acordo com os Instrumentos de Regulamentação Coletiva do

Trabalho, designadamente, o previsto no Anexo IV à Portaria n.º 1098/99, de 21 de dezembro.

	2025 Exec	2025 Orç.	2024 Exec	2025/2024	
				Δ Absol.	Var. %
N.º Órgãos Sociais (OS)	9	9	9	0	0,00%
N.º Cargos de Direção (CD)	11	11	11	0	0,00%
N.º Trabalhadores (sem OS e sem CD)	273	278	277	-4	-1,44%
Número Total de RH (OS+CD+Trabalhadores)	293	298	297	-4	-1,35%
Número de Trabalhadores/N.º CD	26	26	26	0	-
Gastos com Pessoal /Total (OS+CD+T)	73 316	72 184	66 638	6 678	10,02%

GASTOS COM O PESSOAL (euros)	2024	2025	Δ %
APDL	19 791 530	21 481 488	8,54%
Porto de Leixões	16 937 434	18 682 226	10,30%
Porto de Viana do Castelo	1 813 617	1 720 471	-5,14%
Via Navegável do Douro	682 633	732 121	7,25%
Terminal Ferroviário Leixões	357 846	346 670	-3,12%

MASSA SALARIAL GLOBAL (euros)	2025 Exec	2025 Orç.	2024 Exec	2025/2024	
				Δ Absol.	Var. %
Massa Salarial Global	15 728 495	16 396 994	15 207 837	520 658	3,42%
Massa Salarial sem efeitos de volume (caso se tenha verificado um aumento ou diminuição líquida do nº de trabalhadores)	15 722 927	16 391 426	14 840 539	882 388	5,95%

A massa salarial agrega a totalidade das rubricas remuneratórias dos trabalhadores e dos membros dos órgãos sociais.

2.3. Responsabilidade Social Corporativa (RSC)

A APDL tem uma [Política de Responsabilidade Social Corporativa](#) formalizada e aprovada pelo Conselho de Administração, que estabelece princípios e compromissos de atuação da empresa na sociedade, tendo em conta o interesse público inerente à sua atividade, os impactos das suas decisões e atividades na comunidade e os interesses e necessidades dos seus principais stakeholders em matérias de responsabilidade social

Esta política está em consonância com a Estratégia Nacional: Portos 5+ (2025-2035), que adota uma ação integrada de ESG (Ambiente, Social e Governança), em que se

pretende que o Eixo Social seja trabalhado de forma estrutural, salientando-se os seguintes princípios e valores estratégicos expressos relativamente a este âmbito:

- “Princípio da Responsabilidade Social: os portos devem atuar com responsabilidade social, promovendo o desenvolvimento das comunidades locais e da equidade social. Devem investir em iniciativas que gerem desenvolvimento local, emprego, educação e saúde, garantindo a minimização e compensação dos impactos das operações portuárias e promovendo programas de envolvimento comunitário e ações de mitigação de impactos sociais e ambientais;”
- “Princípio do bem-estar humano e animal: os portos devem proteger o bem-estar dos trabalhadores, dos tripulantes/passageiros, das comunidades locais, “

Paralelamente a esta política, a APDL tem um Plano de Responsabilidade Social Corporativa, que é um instrumento de gestão de Recursos Humanos, de periodicidade anual, que reúne um conjunto de iniciativas destinadas a estimular o crescimento pessoal e profissional dos colaboradores, promovendo ainda a segurança, saúde e qualidade de vida das partes interessadas da empresa e promovendo o envolvimento com a comunidade em ações de carácter social.

As iniciativas de RSC são dinamizadas por um Grupo de Trabalho de RSC, que reúne elementos de todas as Direções, e que tem como função colaborar na elaboração, execução e divulgação das iniciativas de RSC na empresa, envolvendo todos os serviços nestas matérias, com o objetivo de disseminar na cultura da empresa os princípios da RSC.

Destacam-se as principais iniciativas realizadas em 2025:

- Atividades ligadas à promoção do bem-estar e qualidade de vida dos colaboradores/as (Padel, yoga, pilates, massagens) com benefícios que impactam diretamente a rentabilidade e na cultura de bem-estar organizacional.
- Team Building, uma ação que envolve todos os colaboradores da empresa destinada a reforçar o espírito de equipa e o relacionamento interpessoal.
- Ações de motivação e valorização pessoal com impacto ao nível do clima social, como o prémio carreira – reconhecimento público dos percursos profissionais mais longos na empresa; comemoração do Dia da Mulher, dia do livro e dia mundial do animal, com o objetivo de incentivar a tomada de consciência sobre a relevância e o simbolismo destes dias na cultura da nossa sociedade.
- Iniciativas de Natal para colaboradores/as e famílias, que incluem distribuição de lembranças e espetáculos natalícios estendidos à família.

Ao nível do bem-estar e saúde, são proporcionados aos colaboradores/as, um conjunto de benefícios que se destinam a promover uma melhor qualidade de vida e saúde, para os próprios e para as suas famílias, de que se destacam:

- Seguro de doença de grupo como um sistema complementar de proteção na doença para os trabalhadores não beneficiários da ADSE;
- APDL Saúde – disponibiliza a todos os colaboradores e aposentados, e respetivos familiares diretos, um serviço de consultas clínicas e enfermagem, sendo o custo dos serviços prestados pago pelos interessados, a preços ajustados.
- Ao nível da medicina no trabalho, realizam-se exames médicos anuais, a todos os colaboradores da empresa, onde se incluem marcadores clínicos abrangentes de despiste de doenças como o cancro do colon, da próstata, da mama e dos pulmões e, ainda, um plano anual de vacinação contra a gripe.
- Sessões de prevenção da doença nomeadamente seminários online, palestras e diretos nas redes sociais, com médicos e profissionais de saúde de várias especialidades, que pretendem centrar-se no equilíbrio físico e mental.
- Ações de promoção de cuidados de saúde, assinalando-se vários dias nacionais de doenças crónicas, com a divulgação de informações úteis sobre essas doenças e, ainda, pela realização de vários rastreios gratuitos, estendidos à comunidade, de sono e visão.

Ao nível da conciliação da vida profissional, familiar e pessoal, implementam-se alternativas à organização do trabalho mais tradicional, com modalidades diferenciadas como o trabalho híbrido, regime de alternância entre presencial e não presencial, permitindo que os colaboradores fiquem em teletrabalho até 4 dias por mês. Assim como a possibilidade de implementação de horário flexível, efetuada de acordo com pedido específico e devidamente fundamentado, dos colaboradores/as que necessitem de ajustar o horário de trabalho com necessidades específicas da vida pessoal ou do agregado familiar.

No âmbito do envolvimento com a comunidade, a empresa desenvolve várias iniciativas com e para a comunidade, podendo ser consultadas no site da empresa: [Envolvimento com a Comunidade \(apdl.pt\)](http://apdl.pt).

2.4. Saúde Ocupacional

A APDL possui serviços internos organizados de segurança e saúde no trabalho, tendo em 2025 promovido diversas ações, visitas técnicas e operacionalizado os vários planos de medições, com vista a uma melhoria das condições de trabalho e eventual tomada de medidas preventivas.

	2025	2024	Variação
ÍNDICE DE FREQUÊNCIA	10,43	18,39	-43,3 %

Nota: Quantifica o número de acidentes com baixa por cada milhão de horas de trabalho de exposição ao risco

	2025	2024	Variação
ÍNDICE DE GRAVIDADE	0,72	0,63	14,3 %

Nota: Quantifica o número de dias perdidos por cada mil horas de trabalho de exposição ao risco

	2025	2024	Variação
ÍNDICE DE SINISTRALIDADE	0,021	0,041	-48,8 %

No que diz respeito ao índice de gravidade, apenas foram contabilizados os dias perdidos por incapacidade dos acidentes ocorridos no ano. Acrescem 42 dias de incapacidade resultantes de acidentes ocorridos em anos anteriores.

A sinistralidade da APDL manteve-se baixa no ano de 2025, não obstante as atividades de maior risco profissional executadas na empresa, designadamente no setor das operações marítimas e pilotagem. Todos os indicadores de sinistralidade apenas incluem os acidentes com trabalhadores da APDL, ou seja, não incluem trabalhadores externos.

O número de acidentes ocorridos é baixo e as ocorrências significativas são reportadas, tendo sido igualmente registados dois acontecimentos perigosos.

No índice de sinistralidade foi contabilizado o número total de acidentes de trabalho, com e sem incapacidade, de acordo com a informação constante da tabela seguinte. Todos os acidentes ocorreram no decurso do trabalho executado, sem ocorrências de percurso.

SINISTRALIDADE	2025	2024	Variação
Com baixa	5	9	-44,4 %
Sem baixa	1	3	-66,7 %
Total	6	12	-50,0 %

A promoção da saúde ocupacional e bem-estar dos trabalhadores da APDL são asseguradas através do cumprimento dos requisitos de vigilância da saúde ocupacional, de acordo com a legislação aplicável e com as boas práticas.

EXAMES MÉDICOS	2025	2024	Variação
Exames periódicos obrigatórios	250	257	-2,7 %
Exames de admissão e ocasionais	24	49	-51,0 %

No ano de 2025 foram efetuados 6 exames de admissão, 18 exames ocasionais e outros, e 250 exames de rotina. A variação anual deve-se ao facto de alguns colaboradores efetuarem os exames complementares no ano, mas apenas efetuarem o exame médico, ou seja, terem a rotina totalmente concluída no ano seguinte.

2.5. Formação

A atividade formativa desenvolvida pela empresa através do seu Centro de Formação assume três áreas de atuação distintas:

- Continuidade na aposta na formação e valorização profissional dos colaboradores da empresa através de ações de formação desenhadas e desenvolvidas com o objetivo de contribuir para uma permanente atualização das suas competências técnicas e motivação profissional, essenciais à melhoria da eficiência de todos os serviços.
- Soluções “à medida” no âmbito da conceção, planeamento e execução de serviços de formação dirigidos a empresas clientes, concessionários, empresas, portos e demais stakeholders das três unidades de negócio – Leixões, Viana do Castelo e Via Navegável do Douro, tanto no que respeita à Formação em sala como na dinamização da atividade no Núcleo de Simulação.
- Promoção e rentabilização de espaços disponíveis.

2.5.1. Formação de colaboradores

No que se refere à formação de colaboradores é de destacar:

	Ações externas			Ações internas			Total		
	2024	2025	Δ	2024	2025	Δ	2024	2025	Δ
Formandos (nº)	139	158	13,67%	461	859	86,3%	600	1017	69,5%
Horas de formação*	3 959	1999	-49,5%	251	214	-14,7%	4 209	2 213	-47%
Volume de formação**	4 579	4 071.5	-11,08%	2253	2613	15,9%	6 832	6 684	-2,1%

*Inclui situações de autoformação

**Volume de Formação: N.º de horas de formação assistidas X Número de formandos

Em 2025, verificou-se um significativo aumento no número de participações (nº de formandos), especialmente nas ações internas.

Mobilizaram-se mais formandos para a formação. O volume de formação não acompanhou este crescimento, o que significa que, houve mais participações, mas, de um modo geral, as ações apresentaram menor carga horária.

Relativamente às ações externas, (colaboradores que fazem formação no exterior) verificou-se uma diminuição significativa nas horas de formação, justificada pelo término de alguns projetos de autoformação cujo impacto se torna visível tanto no volume de formação como na taxa de formação.

Trata-se de ações que ocupavam centenas de horas durante um ano letivo completo.

TAXA DE FORMAÇÃO

	2024	2025	Δ (p.p.)
Taxa de Formação *	0,84%	0,45%	- 0,39 p.p.

* Taxa de Formação = Acumulado Número de Horas de Formação/Acumulado Número de Horas Trabalháveis

2.5.2. Formação a terceiros

Embora estes indicadores não se refiram a colaboradores da APDL, importa destacar que, muitas das ações de formação tiveram a participação de formandos externos e outras (aqui não incluídas) foram desenvolvidas, em exclusivo, para empresas do exterior.

A atividade relacionada com participantes externos, foi diversificada e concretizou-se tanto em inscrições avulsas nos cursos promovidos por iniciativa do Centro de Formação, como nos cursos preparados “à medida” do cliente.

Esta atividade de preparação de soluções para o exterior representa já uma fatia considerável da atividade do Centro de Formação, que tendo nascido para garantir as necessidades de formação para os colaboradores, tem estendido o seu âmbito de atuação para o mercado.

2.5.3. Alugueres e disponibilização de instalações

Para além do apoio e disponibilização de instalações às várias unidades orgânicas da APDL, o Centro de Formação promove os seus espaços, com vista ao aluguer e sua rentabilização.

2025 foi um ano em que, para além dos clientes “ocasionais” se captaram e mantiveram clientes habituais (alguns com uma periodicidade de ocupação semanal), facto que se tem refletido na ocupação e na faturação.

Cada vez mais se verifica uma maior preocupação da equipa para garantir as melhores condições para uma disponibilização comercial das instalações procurando dar resposta a necessidades dos clientes que favoreçam a sua fixação.

3. Sustentabilidade Ambiental

Em continuidade com a Política de Sustentabilidade da APDL (disponível para consulta em <https://www.apdl.pt/sustentabilidade/>), e com o Roteiro da Transição Energética rumo à neutralidade carbónica em 2035, no ano de 2025 foram aprofundadas diversas iniciativas que reforçam o compromisso da APDL com a redução de emissões, a eficiência energética e a promoção de soluções inovadoras e sustentáveis nas áreas portuárias de Leixões, Viana do Castelo e na Via Navegável do Douro.

As medidas implementadas contribuem diretamente para vários Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU, com destaque para:

ODS 7 – Energias Renováveis e Acessíveis: reforço da produção e utilização de energia limpa nas infraestruturas portuárias;

ODS 9 – Indústria, Inovação e Infraestruturas: desenvolvimento de soluções tecnológicas e infraestruturais que promovem a transição energética;

ODS 11 – Cidades e Comunidades Sustentáveis: mitigação de impactos ambientais e melhoria da qualidade de vida das comunidades envolventes;

ODS 13 – Ação Climática: implementação de medidas de redução de emissões e adaptação às alterações climáticas;

ODS 17 – Parcerias para a Implementação dos Objetivos: colaboração com entidades públicas, privadas e académicas para acelerar a descarbonização do setor portuário.

3.1. Redução das emissões do tráfego rodoviário nas áreas portuárias

Em 2025, a APDL deu continuidade às medidas de controlo e modernização da frota que acede às áreas portuárias, consolidando a retirada de veículos mais poluentes do interior do porto de Leixões.

Prosseguiu igualmente o plano de renovação da frota automóvel própria por veículos elétricos e híbridos, reforçando as soluções de mobilidade sustentável ao serviço das operações portuárias e dos serviços internos.

Mantiveram-se e/ou alargaram-se as iniciativas de apoio à eletrificação do transporte de mercadorias dos clientes do porto, através da disponibilização de pontos de carregamento e de condições facilitadoras ao uso de veículos pesados elétricos.

Estas medidas traduzem-se numa redução continuada das emissões atmosféricas e dos níveis de ruído associados ao tráfego rodoviário portuário, contribuindo para um ambiente mais saudável e seguro.

3.2. Produção de energia elétrica através de fontes renováveis

Depois de, em 2024, se ter instalado uma UPAC no edifício da APDL do Peso da Régua, no ano de 2025 foi instalada uma nova UPAC agora no edifício do porto Comercial de Viana do Castelo que produz energia de fonte renovável solar desde março de 2025.

Durante este período, foi dada continuidade aos estudos e projetos preparatórios, nomeadamente no que respeita à avaliação do potencial eólico na área portuária e ao desenvolvimento de soluções de produção fotovoltaica em edifícios e infraestruturas da APDL.

Estas iniciativas visam aumentar progressivamente a parcela de energia de origem renovável no consumo da APDL, reduzindo a pegada de carbono e aproximando a organização do objetivo de autossuficiência energética.

3.3. Fornecimento de energia elétrica a navios

Em 2025, a APDL deu passos significativos na preparação da infraestrutura de Onshore Power Supply (OPS) no porto de Leixões. Foi concluído o projeto de engenharia da nova Subestação de Alta Tensão, etapa essencial para o futuro fornecimento de energia elétrica a navios de carga e de cruzeiro durante a sua permanência em cais.

Na Via Navegável do Douro, o sistema de fornecimento elétrico a embarcações marítimo turísticas foi ampliado a novos cais, reforçando a redução das emissões atmosféricas e de ruído durante as escalas.

3.4. Combustíveis alternativos

A APDL manteve o seu envolvimento no projeto H2Driven, que visa o desenvolvimento de uma cadeia de valor nacional para a produção e utilização de electrocombustíveis verdes. Em 2025 avançaram os estudos técnicos e ambientais necessários à instalação do tanque de armazenamento de e/bio metanol em Leixões, com capacidade prevista de cerca de 5.000 toneladas.

3.5. Pegada de Carbono da Carga

Em 2025 foi concluído o desenvolvimento da plataforma informática destinada ao cálculo da pegada de carbono da carga movimentada no porto de Leixões. A plataforma entrou em fase de testes com operadores logísticos, permitindo recolher dados reais e preparar o seu lançamento operacional previsto para 2026.

A APDL continuou a monitorizar mensalmente as emissões de CO2 provenientes dos navios enquanto estão atracados assim como enquanto se encontram em espera para entrar em porto.

3.6. Requalificação de Infraestruturas e Redução de Ruído

Em 2025, continuaram as obras de requalificação da Via de Cintura Portuária de Leixões, com o objetivo de reforçar as condições de segurança e fluidez do tráfego rodoviário no interior do porto.

A intervenção integra soluções de pavimentação e ordenamento do tráfego que contribuem para a redução dos níveis de ruído e para a melhoria da qualidade de vida das populações envolventes.

Esta requalificação, em articulação com as restantes medidas ambientais em curso, reforça a integração do porto no tecido urbano envolvente, promovendo uma convivência mais harmoniosa entre atividade portuária e comunidade.

3.7. Diagnóstico à rede de monitorização da QA, Água e Ruído da APDL

Iniciou-se um diagnóstico à rede de monitorização da Qualidade do Ar, Água e Ruído em toda a área da APDL (Leixões, Viana do Castelo e Via Navegável do Douro) com vista ao planeamento da futura sistema de monitorização.

4. Investimento

Em 2025, o investimento global realizado nas unidades de negócio geridas pela APDL ascendeu a 27,1 milhões de euros, dos quais 84% foi realizado no Porto de Leixões, 4% no Porto de Viana do Castelo, 7% na Via Navegável do Douro e 5% na Intermodalidade, concretamente nos Terminais Ferroviários de Mercadorias de Leixões e da Guarda.

INVESTIMENTO GLOBAL

Unidade: 1000 euros

	2025	2024	2023
Porto de Leixões	22 741	26 723	41 372
Porto de Viana do Castelo	1 064	966	1 343
Via Navegável do Douro	1 893	1 303	1 534
Intermodalidade	1 438	572	80
Total do Investimento	27 136	29 563	44 329

Em seguida, efetua-se uma breve descrição do desenvolvimento dos investimentos mais relevantes no exercício de 2025, por Unidade de Negócio e por Ação.

4.1. Principais Investimentos

4.1.1. Porto de Leixões

Unidade: 1000 euros

	Ação de investimento	2025
00	Aumento da capacidade de navegabilidade do porto	757 176
02	Terminal de Cruzeiros	123 255
03	Melhoria das Condições Operacionais do Terminal Petroleiro	12 250
04	Projecto da Portaria Principal	419 957
05	Reconversão de área para carga contentorizada	25 649
06	Estruturação da Plataforma Logística	191 549
07	Reabilitação de Espaços e Edifícios	2 150 894
15	Segurança Marítima e Portuária	12 046 998
17	Gestão Ambiental	225 525
18	Sistema de Informação Geográfica	125 179
19	Portal do Porto de Leixões	198 573
20	Gestão Documental	122 205
21	Portal Interno	9 125
22	Sistema de Informação e Gestão	48 989
23	Gestão Dominial	271 912
25	Infra-estruturas TIC	1 069 371
28	Novo Terminal	4 811 637
29	Continuidade de Negócio	81 318
30	Formalização da Infoestrutura	21 560
99	Investimento Residual e Recorrente	28 015
	Total Porto de Leixões	22 741 137

Destacam-se as seguintes intervenções realizadas no Porto de Leixões no decurso de 2025:

- **Aumento da capacidade de navegabilidade do Porto (Ação 00)**

O projeto de Modernização da Ponte Móvel, enquadrado no objetivo estratégico “Melhorar as Condições de Operação, de Segurança e Ambientais”, destaca-se nesta Ação, com 757 mil euros realizados.

A consignação da empreitada principal de intervenção nesta estrutura ocorreu em setembro de 2025, estando em curso os trabalhos, com duração prevista de 14 meses.

- **Portaria Principal (Ação 04)**

A Reconversão tecnológica da 3PL recebeu, em 2025, um investimento de 394 mil euros, na aquisição de diversos equipamentos (quiosques, canópias) e atualização de hardware e software.

- **Estruturação da Plataforma Logística (Ação 06)**

Em 2025, o investimento associado à Plataforma Logística ascendeu a cerca de 192 mil euros, relativos sobretudo a infraestruturação do Polo 2.

- **Reabilitação de espaços e edifícios (Ação 07)**

Do valor realizado sob esta Ação, totalizando cerca de 2,15 milhões de euros, destaca-se a 1ª fase do projeto de Reabilitação de pavimentos de áreas portuárias – VCP – (Via de Cintura Portuária), que pretende implementar uma nova solução de pavimentação e a melhoria das infraestruturas existentes, com investimento realizado no ano de 1,9 milhões de euros.

- **Segurança Marítima e Portuária (Ação 15)**

A APDL investiu 12 milhões de euros em intervenções relativas à Segurança Marítima e Portuária, com destaque para as seguintes intervenções:

- Sistemas de Ajuda à Operação Marítima, com 1,5 milhões de euros, dos quais cerca de 1 milhão de euros relativo à despesa com aquisição de defensas;
- A reabilitação de lanchas e docagens do trem naval receberam um investimento de 1,295 milhões de euros no ano em apreço;
- Implementação do Centro Inspetivo, com 994 mil euros realizados em 2025 – Reconhecendo a necessidade de melhorar as condições de operacionalidade dos serviços portuários, a par da tendência para o alargamento das atividades inspetivas obrigatórias a outros produtos, a APDL está a levar a cabo a construção de uma infraestrutura que permitirá a consolidação das atividades inspetivas numa única área, e contribuirá para a eficiência operacional e ambiental do Porto de Leixões, possibilitando o seu melhor posicionamento no mercado marítimo-portuário, com a disponibilização de serviços de inspeção às cargas de forma harmonizada e eficiente como fator diferenciador;
- Empreitada de Avanço do Cais Norte da Doca n.º 1 e Alargamento da sua Rampa Ro-Ro”, consignada no final de 2023, a qual disponibilizará um cais alinhado, numa extensão, aproximada, de 488 metros, com coroamento à

cota (+ 6m) ZHL e frente de acostagem com fundos atuais de -10 m ZHL, e no futuro, à cota -12m ZHL, bem como uma rampa Ro-Ro alargada em 14 metros. O investimento realizado neste projeto em 2025 foi de 7,6 milhões de euros, estando a ser co-financiado em 50% pelo CEF-Transport.

- **Gestão Ambiental (Ação 17)**

A despesa de investimento na área ambiental, em 2025, ascendeu a 226 mil euros, destacando-se nesta Ação a importância do desenvolvimento da rotulagem carbónica de carga, que irá permitir efetuar o levantamento de todas as emissões referentes ao ciclo de vida das cargas, possibilitando obter informação relativa à pegada de carbono das cargas movimentadas e a elaboração de projetos para a Implementação de On-Shore Power Supply (OPS) no Porto de Leixões, ambicionando responder ao objetivo estratégico de “Reforçar a Dinâmica de Desenvolvimento Sustentável e a Imagem Institucional” e “Melhorar as condições de operação, de segurança e ambientais”.

- **Sistema de Informação Geográfica (Ação 18)**

Com o objetivo de “Melhorar a Eficiência dos Processos e a Articulação Interna e Externa”, foram investidos 125 mil euros na evolução do Sistema de Informação Geográfica.

- **Portal do Porto de Leixões (Ação 19)**

A implementação da Janela Única Logística, pretendendo dar resposta ao objetivo estratégico de “Assegurar a Qualidade, a Conformidade, o Planeamento e Gestão de Riscos”, induziu um investimento de 116 mil euros, de um total de 199 mil euros associados a esta Ação no ano de 2025.

- **Gestão Documental (Ação 20)**

O valor de 122 mil euros realizados nesta Ação diz respeito à continuação do projeto de implementação do Balcão de Serviços da APDL, com o desenvolvimento de valências do Balcão (Portal WEB e aplicações móveis para interação com stakeholders externos - clientes, fornecedores, utentes - no que concerne a atividades que não dizem respeito ao negócio principal da APDL, com o objetivo de “Melhorar a Eficiência dos Processos e a Articulação Interna e Externa”.

- **Gestão Dominial (Ação 23)**

Na margem Norte do rio Douro, destacam-se as intervenções nos cais da Arrábida e do Bicalho, no montante de 164 mil euros, por forma a aumentar as condições de segurança e operacionalidade daquelas estruturas.

- **Infraestruturas TIC (Ação 25)**

Objetivando “Melhorar a Eficiência dos Processos e a Articulação Interna e Externa”, a APDL prosseguiu com investimentos na área dos sistemas e infraestruturas de informação e comunicação, com a aplicação de cerca de 1 milhão de euros na aquisição de servidores e sistemas de storage e segurança.

- **Novo Terminal de Leixões (Ação 28)**

Em 2025 realizou-se o montante de 4,4 milhões de euros de investimento associado à Empreitada “Prolongamento do Quebra-mar e Melhoria das Acessibilidades Marítimas de Leixões”.

Objetivando “Apostar na Dinâmica de Desenvolvimento Sustentável e a Imagem Institucional”, encontram-se em curso os trabalhos associados ao Prolongamento do Quebra-mar em 300 metros que dotará o porto de melhores condições de segurança para a entrada, manobra e acostagem de navios, tendo sido já concluídos em 2022 os trabalhos associados à melhoria das Acessibilidades Marítimas de Leixões.

- **Continuidade do Negócio (Ação 29)**

Prosseguindo o objetivo estratégico de “Reforçar a Dinâmica de Desenvolvimento Sustentável e a Imagem Institucional”, foram investidos 81 mil euros na elaboração de estudos e projetos e na certificação no futuro Data Center TIER III.

4.1.2. Porto de Viana do Castelo

Ação de investimento		unidade: euros
		2025
101	Infra-estruturas Portuárias	116 513
102	Equipamentos Portuários	219 461
103	Segurança Marítima e Portuária	362 797
107	Espaços e Edifícios	76 949
117	Gestão Ambiental	1 467
121	Infra-estruturas e Equipamentos das Marinas	104 032
125	Infra-estruturas TIC	178 040
199	Investimento Residual e Recorrente	5 201
Total Porto de Viana do Castelo		1 064 461

Em 2025 a APDL investiu na unidade de negócio Porto de Viana do Castelo o montante de 1 064 461 euros, destacando-se as seguintes intervenções:

- **Infraestruturas portuárias (Ação 101)**

De relevar, nesta Ação, os cerca de 71 mil euros dispendidos em estudos relativos a áreas de expansão portuária do Porto de Viana do Castelo.

- **Equipamentos Portuários (Ação 102)**

O montante de 219 mil euros dispendido nesta Ação foi aplicado na reabilitação da rampa Ro-Ro, com o objetivo de “Melhorar as condições de operação, de segurança e ambientais”.

- **Segurança Marítima e Portuária (Ação 103)**

Respondendo também ao objetivo estratégico de “Melhorar as condições de operação, de segurança e ambientais”, o valor mais significativo dentro desta Ação (257 mil euros) foi aplicado na aquisição de defensas para o cais do Bugio.

- **Infra-estruturas TIC (Ação 125)**

Objetivando “Melhorar a Eficiência dos Processos e a Articulação Interna e Externa”, foram investidos 178 mil euros em ativos de rede.

4.1.3. Via Navegável do Douro

		unidade: euros
	Ação de investimento	2025
201	Melhoria do Canal de Navegação	114 245
202	Infraestruturas Fluviais e Terrestres	156 190
203	Operacionalidade e Segurança da VND	1 512 105
209	DIWW 2020	100 912
210	Reorganização e Modernização dos Serviços	3 074
217	Gestão Ambiental	2 220
223	Gestão Dominial da VND	4 075
		1 892 821

No exercício de 2025, foram realizadas intervenções que ascenderam a 1,9 milhões de euros na Via Navegável do Douro, com destaque para as seguintes:

- **Melhoria do Canal de Navegação (Ação 201)**

Intervenções de correção do canal de navegação, que ascenderam a 114 mil euros, no sentido de aumentar as condições de segurança de navegação desta via para qualquer tipo de embarcação, nomeadamente de transporte de mercadorias.

- **Infraestruturas Fluviais e Terrestres (Ação 202)**

Destaca-se nesta Ação, com investimento global de 156 mil euros, as intervenções de reabilitação e beneficiação de infraestruturas, em cais como Lamego e Ferradosa, por exemplo, no sentido de “Melhorar as condições de operação, de segurança e ambientais”.

- **Operacionalidade e Segurança da VND (Ação 203)**

Dotando a via navegável com melhorias de segurança da navegação e permitindo a navegação noturna, as intervenções de implementação física do novo assinalamento georreferenciado constituído por balizas, boias e lanternas traduziram-se num investimento de 1,4 milhões de euros, de um total de 1,5 milhões de euros investidos na Operacionalidade e Segurança da VND em 2025.

4.1.4. Intermodalidade (Terminais Ferroviários de Mercadorias)

unidade: euros

	Ação de investimento	2025
301	Infra-estruturas Promoção da Intermodalidade	1 386 105
325	Infra-estruturas TIC	51 421
	Total Intermodalidade	1 437 526

O investimento nas infraestruturas de Intermodalidade executado em 2025 ascendeu a 1,4 milhões de euros, salientando-se:

- **Infraestruturas de Promoção da Intermodalidade (Ação 301)**

De forma a alcançar os objetivos estratégicos de “Intensificar a Intermodalidade, Aumentar a Conectividade com o Hinterland (portos secos e plataformas logísticas) e a Integração Logística Sustentável”, foram investidos cerca de 1,4 milhões de euros nos Terminais Ferroviários de Mercadorias geridos pela APDL, distribuídos pelo Porto Seco da Guarda (1,3 milhões de euros) e Terminal Ferroviário de Mercadorias de Leixões (117 mil euros).

4.2. Fontes de financiamento

unidade: milhares de euros

	2025		2024	
Orçamento de Estado	2 957	10,9%	4 500	15,2%
Fundos Comunitários	6 411	23,6%	4 894	16,6%
Fundos próprios	14 165	52,2%	10 387	35,1%
Financiamento bancário	3 603	13,3%	9 783	33,1%
Total	27 136	100%	29 563	100%

O investimento realizado pela APDL no exercício de 2025 foi suportado maioritariamente por fundos próprios, que representaram 52,2% do valor total. Os fundos comunitários e o financiamento bancário assumiram respetivamente 23,6% e 13,3%. O Orçamento de Estado financiou as intervenções de investimento numa proporção de 10,9% no ano em análise.

5. Análise económica e financeira

5.1. Resultado do Exercício

No ano de 2025, os rendimentos operacionais aumentaram, face ao ano anterior, de forma mais expressiva do que os gastos operacionais, o que se traduziu num crescimento do EBITDA ajustado(1) na ordem dos 2,4 milhões de euros.

O EBIT apresentou, igualmente, um acréscimo face ao ano anterior, em função, essencialmente, da diminuição ao nível das provisões.

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

Unid:
€1000

Demonstração de Resultados	2025	2024	Δ (€)	Δ (%)
Vendas e serviços prestados	74.454	70.210	4.244	6,0%
Subsídios à exploração	946	1.880	-934	-49,7%
Trabalhos para a própria entidade	665	687	-22	-3,2%
Outros rendimentos operacionais	1.151	2.434	-1.283	-52,7%
Rendimentos operacionais	77.216	75.211	2.005	2,7%
Consumos de materiais	-4.453	-1.852	-2.602	140,5%
FSE	-17.373	-19.915	2.542	-12,8%
Gastos com o pessoal	-21.481	-19.792	-1.690	8,5%
Outros gastos operacionais	-3.093	-5.228	2.134	-40,8%
Gastos operacionais	-46.401	-46.786	385	-0,8%
EBITDA Ajustado (1)	30.814	28.425	2.389	8,4%
Depreciações e amortizações	-27.210	-27.472	262	-1,0%
Imparidade de investimentos	1.180	1.678	-498	-29,7%
Rendimentos diferidos	14.942	14.782	161	1,1%
Provisões	-216	-922	707	-76,6%
EBIT	19.511	16.491	3.020	18,3%
Gastos de financiamento	-1.255	-2.037	783	-38,4%
Resultado antes de impostos	18.257	14.454	3.803	26,3%
Imposto sobre o rendimento do período	-4.575	-3.422	-1.152	33,7%
Resultado líquido do período	13.682	11.032	2.650	24,0%

(1) EBIT expurgado dos efeitos das Amortizações e Depreciações, Imputação de Subsídios ao Investimento (deduzido das Imparidades), Rendimentos dos Ativos das Concessões e Provisões

A unidade de negócio Porto de Leixões, local da sede da APDL, concentra as atividades de suporte, gestão e administração da Empresa que são transversais a todas as áreas e unidades de negócio. No âmbito da contabilidade de gestão, esses custos de suporte são imputados às unidades de gestão. No entanto, os resultados que a seguir se apresentam não incorporam essas imputações internas de custos.

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS POR UNIDADE DE NEGÓCIO

Unid: €1000

Demonstração de Resultados	2025				2024			
	Leixões	Viana	Douro	Ferrovia	Leixões	Viana	Douro	Ferrovia
Vendas e serviços prestados	62.750	4.717	4.544	2.443	60.636	4.094	3.352	2.127
Subsídios à exploração	123	823	0	0	11	1.450	420	0
Trabalhos p/ a própria entidade	557	43	25	40	599	7	42	39
Out. rendimentos operacionais	1.148	0	3	0	2.424	2	2	7
Rendimentos operacionais	64.578	5.583	4.572	2.483	63.670	5.553	3.816	2.172
Consumos de materiais	-3.756	-267	-273	-157	-1.631	-20	-15	-186
FSE	-11.840	-1.703	-3.004	-825	-13.592	-2.677	-2.974	-672
Gastos com o pessoal	-18.682	-1.720	-732	-347	-16.937	-1.814	-683	-358
Outros gastos operacionais	-2.802	-285	-3	-3	-4.939	-272	-8	-8
Gastos operacionais	-37.080	-3.976	-4.013	-1.332	-37.100	-4.782	-3.680	-1.224
EBITDA Ajustado	27.497	1.607	559	1.151	26.570	770	136	949
Depreciações e amortizações	-21.746	-2.863	-2.492	-109	-21.698	-2.893	-2.825	-55
Imparidade de investimentos	0	775	405	0	0	1.259	420	0
Rendimentos diferidos	11.531	1.443	1.968	0	11.729	1.110	1.942	0
Provisões	-209	0	-7	0	-785	0	-138	0
EBIT	17.073	962	434	1.042	15.817	247	-466	893
Gastos de financiamento	-1.255	0	0	0	-2.037	0	0	0
Resultado antes de impostos	15.818	962	434	1.042	13.779	247	-466	893

5.1.1. Vendas e serviços prestados

O volume de negócios da APDL totalizou cerca de 74,5 milhões de euros, representando um crescimento de 6,0% face ao ano anterior.

Unid: €1000

TOTAL APDL				
	2025	2024	Δ €	Δ %
SERVIÇOS PRESTADOS AO NAVIO	22.320	20.686	1.634	7,9%
TUP - Navio	6.629	6.429	200	3,1%
Serviço de Pilotagem	4.216	4.283	-68	-1,6%
Serviço de Reboque	5.527	4.969	558	11,2%
Uso de Equipamento Marítimo	86	244	-158	-64,9%
Serviço de Amarração	1.417	1.404	13	0,9%
Outros	4.446	3.357	1.089	32,5%
SERVIÇOS PRESTADOS À CARGA	6.824	5.528	1.296	23,4%
Tarifa ISPS	1.766	1.451	314	21,7%
Tráfego de passageiros	1.239	838	400	47,7%
Terminal Ferroviário de Mercadorias	2.402	2.079	323	15,5%
Outros	1.418	1.159	259	22,3%
CONCESSÕES	31.412	30.762	650	2,1%
Terminal Petroleiro	3.742	3.794	-52	-1,4%
Terminal de Contentores	21.241	20.770	471	2,3%
Terminal de Carga Geral e Granéis	3.086	3.075	11	0,4%
Terminal de Cimentos	1.189	1.165	24	2,0%
Outras concessões	2.154	1.958	196	10,0%
PLATAFORMA LOGÍSTICA	3.046	3.064	-18	-0,6%
USO DOMINIAL	3.867	3.566	301	8,4%
FORNECIMENTOS E SERVIÇOS DIVERSOS	6.984	6.603	380	5,8%
Total	74.454	70.210	4.244	6,0%

Volume de negócios no Porto de Leixões

Unid: €1000

Porto de Leixões				
	2025	2024	Δ €	Δ %
SERVIÇOS PRESTADOS AO NAVIO	17.483	17.122	362	2,1%
TUP - Navio	5.975	5.910	66	1,1%
Serviço de Pilotagem	3.829	3.966	-137	-3,5%
Serviço de Reboque	5.527	4.969	558	11,2%
Uso de Equipamento Marítimo	70	207	-136	-66,0%
Serviço de Amarração	1.309	1.321	-13	-0,9%
Outros	773	749	24	3,2%
SERVIÇOS PRESTADOS À CARGA	4.123	3.180	944	29,7%
Tarifa ISPS	1.766	1.451	314	21,7%
Tráfego de passageiros	1.239	838	400	47,7%
Outros	1.119	890	229	25,7%
CONCESSÕES	29.774	29.237	537	1,8%
Terminal Petroleiro	3.742	3.794	-52	-1,4%
Terminal de Contentores	21.232	20.769	463	2,2%
Terminal de Carga Geral e Granéis	3.086	3.075	11	0,4%
Terminal de Cimentos	766	751	15	2,0%
Outras concessões	948	849	99	11,7%
PLATAFORMA LOGÍSTICA	3.046	3.064	-18	-0,6%
USO DOMINIAL	2.793	2.580	212	8,2%
FORNECIMENTOS E SERVIÇOS DIVERSOS	5.530	5.454	76	1,4%
Total	62.750	60.636	2.114	3,5%

Apesar dos decréscimos de 5% do número de navios que escalaram o porto de Leixões e de 2% ao nível da arqueação bruta, a atualização de preços do Regulamento de Tarifas de 2025 e o aumento dos tempos de estadia no porto – o qual se deveu, essencialmente, aos tempos de acostagem - motivaram o incremento da receita de **Serviços prestados ao navio**.

A receita com os **Serviços prestados à carga** cresceu em função do aumento de 20% do preço da Tarifa ISPS e do máximo histórico do número de passageiros que escalaram o porto de Leixões em navios de cruzeiro, o qual superou, pela primeira vez, os 200 mil.

O efeito preço foi também determinante no aumento da receita do Terminal de Contentores - no qual se registaram quebras de 1,2% ao nível do número de contentores e de 0,9% em TEU -, justificando grande parte do crescimento da receita das **Concessões**.

O aumento das vendas e serviços prestados ao nível da rubrica **Uso Dominial** deveu-se, sobretudo, à atribuição de um novo alvará de licença com uma contrapartida fixa mensal de 13.500€, com efeitos a partir de janeiro de 2025.

Volume de Negócios Porto de Viana do Castelo

Unid: €1000

Porto de Viana do Castelo				
	2025	2024	Δ €	Δ %
SERVIÇOS PRESTADOS AO NAVIO	1.214	985	230	23,3%
TUP - Navio	650	503	147	29,2%
Serviço de Pilotagem	374	305	69	22,6%
Uso de Equipamento Marítimo	16	38	-22	-58,4%
Serviço de Amarração	108	83	25	30,4%
Outros	68	57	11	19,4%
SERVIÇOS PRESTADOS À CARGA	299	269	30	11,1%
Tarifa Armazenagem	11	3	8	306,6%
Uso de Equipamento Guindastes	126	112	13	12,0%
Tarifa Uso de infraestruturas	162	154	8	5,4%
CONCESSÕES	1.626	1.524	102	6,7%
Terminal de Cimentos	423	415	8	2,0%
Outras concessões	1.203	1.110	93	8,4%
USO DOMINIAL	416	363	53	14,7%
FORNECIMENTOS E SERVIÇOS DIVERSOS	1.161	953	208	21,8%
TOTAL	4.717	4.094	623	15,2%

Os crescimentos de 27,2% em número de navios e 33,5% em GT no porto de Viana do Castelo, a atualização do tarifário e o incremento do tempo de rotação dos navios em porto conduziram ao aumento da receita dos **Serviços prestados ao navio**. Por sua vez, o aumento de 9,7% do movimento global de mercadorias deu origem ao acréscimo de receita com os **Serviços prestados à carga**.

A atualização de preço anual em função das quantidades movimentadas de um contrato de concessão foi determinante para o aumento da receita das **Concessões**,

A variação dos **Fornecimentos e Serviços Diversos** deveu-se, essencialmente, ao aumento de cerca de 219 mil euros nas receitas provenientes da ocupação de espaços portuários. Este aumento resulta da atribuição de um título de utilização privativa de uma parcela dominial no setor comercial do porto de Viana do Castelo, com uma contrapartida fixa mensal de 34.580€, o qual produziu efeitos a partir de junho de 2024 e vigorou durante todo o ano de 2025.

Volume de Negócios Via Navegavel do Douro

Unid: €1000

Via Navegável do Douro				
	2025	2024	Δ €	Δ %
SERVIÇOS PRESTADOS AO NAVIO	3.623	2.580	1.043	40,4%
TUP-Navio	4	16	-13	-76,3%
Serviço de Pilotagem	13	12	1	7,5%
Serviço de Reboque	0	0	0	-
Uso de Equipamento Marítimo	0	0	0	-
Tarifa de Eclusagem	1.064	884	180	20,3%
Tarifa de Acostagem	881	438	443	101,2%
Tarifa Utilização da Via	646	383	264	68,9%
Tarifa de Recolha de Resíduos	1.014	846	167	19,8%
CONCESSÕES	12	0	12	-
USO DOMINIAL	625	578	47	8,1%
FORNECIMENTOS E SERVIÇOS DIVERSOS	285	194	91	46,6%
Total	4.544	3.352	1.192	35,5%

O regulamento de tarifas de 2025 da VND procedeu à atualização das tarifas de circulação para o nível previsto no segundo ano da Política Tarifária. Essa atualização ditou a evolução positiva dos serviços prestados ao navio nesta unidade de negócio, a qual registou, igualmente, um aumento de cerca de 11 mil passageiros movimentados (0,8%) face ao ano anterior. Por sua vez, o aumento das quantidades fornecidas de energia elétrica possibilitou o crescimento da rubrica **Fornecimentos e Serviços Diversos**.

Volume de Negócios Ferrovia

Unid: €1000

Ferrovia				
	2025	2024	Δ €	Δ %
SERVIÇOS PRESTADOS À CARGA	2.402	2.079	323	15,5%
Serviço de Movimentação	1.832	1.718	114	6,6%
Serviço de Parqueamento	418	211	206	97,5%
Serviços Complementares	152	150	3	1,7%
USO DOMINIAL	34	46	-12	-26,0%
FORNECIMENTOS E SERVIÇOS DIVERSOS	7	2	5	250,2%
Total	2.443	2.127	316	14,9%

Apesar do ligeiro decréscimo do número de comboios operados no Terminal Ferroviário de Mercadorias de Leixões (-2,3%), as evoluções positivas da carga movimentada (1,4%), da movimentação de contentores (4,2%) e TEU (4%) ditaram o crescimento da receita dos **serviços prestados à carga** nesta unidade de negócio.

5.1.2. Subsídios à exploração

O subsídio OE PIDDAC atribuído à APDL foi de 4,5 milhões de euros em 2025 sendo o valor de 822 mil euros afeto a exploração (dragagens de manutenção). Foi ainda recebido o valor de 123 mil euros de fundos comunitários, também refletido nesta rubrica.

5.1.3. Outros rendimentos operacionais

A variação negativa nesta rubrica justifica-se por dois eventos ocorridos em 2024, com impacto nas contas desse exercício. Tratou-se do redébito da Fiscalização Extra ao Consórcio do Prolongamento do Quebramar (registado em prestações de serviços suplementares) e a mais-valia gerada pela alienação do edifício do Lote 5 da Plataforma Logística.

5.1.4. Fornecimentos e serviços externos, Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas e Gastos com o pessoal

Unid: €1000

TOTAL APDL				
GASTOS E PERDAS	2025	2024	Δ €	Δ %
FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS	17.373	19.915	-2.542	-12,8%
Subcontratos	2.716	2.422	294	12,1%
Serviços especializados	11.390	11.275	115	1,0%
Materiais	134	117	17	14,7%
Energia e outros fluidos	533	3.730	-3.197	-85,7%
Deslocações e estadas	97	72	26	35,7%
Serviços diversos	2.502	2.299	204	8,9%
CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS	4.453	1.852	2.602	140,5%
Mercadorias	3.848	1.250	2.598	207,9%
Matérias subsidiárias e de consumo	606	602	4	0,6%
GASTOS COM PESSOAL	21.481	19.792	1.690	8,5%
Remunerações dos órgãos sociais	363	313	50	16,0%
Remunerações do pessoal	15.365	14.785	580	3,9%
Benefícios pós-emprego e pensões	856	188	667	354,6%
Encargos sobre remunerações	3.582	3.435	147	4,3%
Outros gastos com o pessoal	1.315	1.070	246	23,0%
TOTAL	43.308	41.558	1.750	4,2%

As secções seguintes apresentam uma análise dos Fornecimentos e Serviços Externos, Custo das Mercadorias Vendidas e Matérias Consumidas e Gastos com o Pessoal por unidade de negócio.

O aumento registado nos gastos com Mercadorias Vendidas e Matérias Consumidas deveu-se a uma reclassificação contabilística dos gastos com consumos de energia

(2.098.750 €) e água (544.411 €), os quais passaram a ser refletidos nesta rubrica em vez de Fornecimentos e Serviços Externos.

Tal como indicado no capítulo 2 do presente relatório, o aumento de gastos com o pessoal resulta, essencialmente, do aumento da tabela salarial e das normais valorizações remuneratórias resultantes das progressões nas carreiras profissionais.

Unid: €1000

Porto de Leixões

GASTOS E PERDAS	2025	2024	Δ €	Δ %
FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS	11.840	13.592	-1.752	-12,9%
Subcontratos	1.298	1.054	244	23,2%
Serviços especializados	7.900	7.498	401	5,4%
Materiais	121	102	20	19,3%
Energia e outros fluidos	385	2.989	-2.603	-87,1%
Deslocações e estadas	94	69	25	36,4%
Serviços diversos	2.042	1.881	161	8,5%
CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS	3.756	1.631	2.125	130,3%
Mercadorias	3.177	1.054	2.122	201,3%
Matérias subsidiárias e de consumo	579	577	2	0,4%
GASTOS COM PESSOAL	18.682	16.937	1.745	10,3%
Remunerações dos órgãos sociais	363	313	50	16,0%
Remunerações do pessoal	13.091	12.463	627	5,0%
Benefícios pós-emprego e pensões	856	188	667	354,6%
Encargos sobre remunerações	3.064	2.910	155	5,3%
Outros gastos com o pessoal	1.308	1.063	245	23,0%
TOTAL	34.278	32.161	2.118	6,6%

O aumento dos gastos com **subcontratos** no porto de Leixões deveu-se, essencialmente, aos incrementos registados ao nível da subcontratação da amarração (+34 mil euros; +5%), recolha de resíduos (+86 mil euros; +73%) e outros subcontratos (+112 mil euros; +747%).

Por sua vez, os encargos com **serviços especializados** cresceram em função dos aumentos das rubricas publicidade e propaganda (+110 mil euros; +52%), conservação e reparação com informática (+189 mil euros; 18%), conservação e reparação da frota naval (+342 mil euros; +90%) e outros serviços especializados (+215 mil euros; 41%). Em sentido inverso, os gastos com dragagens de manutenção diminuíram significativamente (-459 mil euros; -53%), perante a redução dos metros cúbicos dragados (-187 mil m3), embora o preço por metro cúbico dragado tenha crescido (+0,22 € /m3).

Porto de Viana do Castelo

GASTOS E PERDAS	2025	2024	Δ €	Δ %
FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS	1.703	2.677	-973	-36,4%
Subcontratos	95	143	-48	-33,3%
Serviços especializados	1.398	2.014	-616	-30,6%
Materiais	4	6	-2	-32,2%
Energia e outros fluidos	45	385	-340	-88,3%
Deslocações e estadas	1	1	0	20,4%
Serviços diversos	160	129	32	24,5%
CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS	267	20	247	1.244,2%
Mercadorias	255	9	245	2.585,4%
Matérias subsidiárias e de consumo	12	10	2	17,0%
GASTOS COM PESSOAL	1.720	1.814	-93	-5,1%
Remunerações dos órgãos sociais	0	0	0	
Remunerações do pessoal	1.397	1.473	-76	-5,2%
Benefícios pós-emprego e pensões	0	0	0	
Encargos sobre remunerações	319	336	-17	-5,1%
Outros gastos com o pessoal	5	5	0	-2,7%
TOTAL	3.691	4.510	-819	-18,2%

No porto de Viana do Castelo destacou-se a diminuição dos gastos com dragagens de manutenção (-644 mil euros; -44,7%), perante a redução dos metros cúbicos dragados (-261 mil m3), apesar do aumento do preço por metro cúbico dragado (+0,65 €/m3) face a 2024.

Via Navegável do Douro

GASTOS E PERDAS	2025	2024	Δ €	Δ %
FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS	3.004	2.974	30	1,0%
Subcontratos	818	802	16	2,0%
Serviços especializados	1.839	1.559	279	17,9%
Materiais	6	6	0	7,8%
Energia e outros fluidos	86	346	-260	-75,2%
Deslocações e estadas	2	1	1	172,4%
Serviços diversos	254	260	-7	-2,6%
CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS	273	15	258	1722,3%
Mercadorias	259	0	259	0,0%
Matérias subsidiárias e de consumo	14	15	-1	-4,3%
GASTOS COM PESSOAL	732	683	49	7,2%
Remunerações dos órgãos sociais	0	0	0	0,0%
Remunerações do pessoal	594	557	38	6,7%
Benefícios pós-emprego e pensões	0	0	0	0,0%
Encargos sobre remunerações	136	125	11	8,8%
Outros gastos com o pessoal	2	1	1	79,3%
TOTAL	4.010	3.672	338	9,2%

Relatório e Contas – Exercício de 2025

Na Via Navegável do Douro, a rubrica dos **serviços especializados** foi a que registou aumentos mais significativos, mediante os contributos dos gastos com publicidade e propaganda (+25 mil euros; +214%), conservação e reparação (+31 mil euros; +5%) e outros serviços especializados nos quais se insere o contrato de manutenção das eclusas celebrado com a EDP (+221 mil euros; +30%).

Unid: €1000

Ferrovia				
GASTOS E PERDAS	2025	2024	Δ €	Δ %
FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS	825	672	154	22,9%
Subcontratos	505	424	82	19,3%
Serviços especializados	254	204	50	24,5%
Materiais	3	4	-1	-26,7%
Energia e outros fluidos	17	11	6	56,6%
Deslocações e estadas	0	1	-1	-91,1%
Serviços diversos	46	28	18	64,4%
CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS	157	186	-28	-15,3%
Mercadorias	157	186	-28	-15,3%
Matérias subsidiárias e de consumo	0,21	0,16	0,05	31,9%
GASTOS COM PESSOAL	347	358	-11	-3,1%
Remunerações dos órgãos sociais	0	0	0	0,0%
Remunerações do pessoal	283	292	-9	-3,1%
Benefícios pós-emprego e pensões	0	0	0	0,0%
Encargos sobre remunerações	63	66	-2	-3,1%
Outros gastos com o pessoal	0	1	0	-32,1%
TOTAL	1.329	1.215	114	9,4%

No que respeita à Ferrovia, os gastos com **subcontratos** aumentaram em função do do crescimento ao nível da movimentação de contentores, com o respetivo reflexo ao nível da receita, conforme mencionado no capítulo 5.1.1 do presente relatório.

Por sua vez, os encargos com auditorias (19 mil euros) e o incremento dos gastos com vigilância e segurança (+29 mil euros) justificaram o aumento da rubrica dos **serviços especializados**.

5.1.5. Outros gastos operacionais

Os **Outros gastos operacionais** registaram uma diminuição de 2,1 milhões de euros.

OUTROS GASTOS OPERACIONAIS

	2025	2024	Δ (€)	Δ (%)
Outros gastos e perdas				
Impostos	2.854.736	3.518.896	-664.160	-18,9%
Perdas em inventários	15.074	0	15.074	100,0%
Donativos	61.857	74.520	-12.663	-17,0%
Quotizações	116.971	106.261	10.710	-10,1%
Multas e penalidades	448	987	-539	-54,6%
Outros gastos e perdas	1.820.065	3.325.369	-1.505.304	-45,3%
Total	4.869.151	7.026.033	-2.156.882	-30,7%

A rubrica de impostos apresentou um decréscimo comparativamente ao exercício anterior, justificado pelo impacto não recorrente da regularização de **IVA** sobre o **direito de superfície** (662 mil euros) efetuada em 2024.

5.1.6. Depreciações e amortizações

Os valores relativos a depreciações e amortizações apresentam uma trajetória de estabilidade, mantendo-se em linha com os montantes registados no exercício anterior.

5.1.7. Imparidade de Investimentos

As unidades de negócio mantêm a tendência de recuperação de valor dos seus ativos, registando um saldo positivo de 2,2 milhões de euros (face aos 1,7 milhões de 2024). O volume de investimento em ativos sujeitos a imparidade em 2025 foi de 1,4 milhões de euros valor abaixo do verificado no ano anterior (em 2024: 3,2 milhões de euros).

5.1.8. Rendimentos diferidos

O reconhecimento do rendimento dos ativos das concessões mantém-se nos 8 milhões de euros em 2025, à semelhança do ano anterior.

5.1.9. Provisões

As provisões registaram uma redução de 700 mil euros face ao exercício anterior, fixando-se em 215 mil euros no final de 2025 (2024: 922 mil euros). Esta variação

decorre, essencialmente, do efeito de base de 2024 — ano em que foram constituídas novas provisões no montante de 738 mil euros. Em 2025, registou-se apenas a atualização financeira (juros decorridos) de processos já existentes, uma vez que não existiram novos processos.

5.2. Situação Patrimonial e Financeira

O balanço apresentado de seguida espelha a evolução ocorrida na situação patrimonial e financeira da APDL:

SITUAÇÃO PATRIMONIAL

Un: 1000 Euros

	2025		2024		Δ €	Δ %
ATIVO NÃO CORRENTE	575.364	94,0%	575.833	93,1%	-469	-0,1%
Ativos de investimento	561.070	91,7%	558.709	90,3%	2.361	0,4%
Ativos por impostos diferidos	14.294	2,3%	17.124	2,8%	(2.830)	-16,5%
ATIVO CORRENTE	36.528	6,0%	42.577	6,9%	(6.048)	-14,2%
Clientes	6.722	1,1%	5.020	0,8%	1.702	33,9%
Outras contas a receber	3.144	0,5%	3.661	0,6%	(516)	-14,1%
Outros ativos correntes	4.140	0,7%	5.115	0,8%	(975)	-19,1%
Caixa e depósitos bancários	22.522	3,7%	28.781	4,7%	(6.259)	-21,7%
Total do ativo	611.892	100,0%	618.410	100,0%	(6.518)	-1,1%
CAPITAL PRÓPRIO	459.931	75,2%	441.139	71,3%	18.792	4,3%
PASSIVO NÃO CORRENTE	114.647	18,7%	137.930	22,3%	(23.283)	-16,9%
Financiamentos obtidos	52.072	8,5%	66.493	10,8%	(14.421)	-21,7%
Resp. p/ benef. pós-emprego	4.204	0,7%	4.108	0,7%	97	2,3%
Outras contas a pagar	58.371	9,5%	67.330	10,9%	(8.959)	-13,3%
PASSIVO CORRENTE	37.314	6,1%	39.341	6,4%	(2.027)	-5,2%
Fornecedores	2.744	0,4%	3.356	0,5%	(612)	-18,2%
Estado e outros entes públicos	2.712	0,4%	1.900	0,3%	812	42,7%
Outras contas a pagar	31.858	5,2%	34.085	5,5%	(2.227)	-6,5%
Total do capital próprio e passivo	611.892	100,0%	618.410	100,0%	(6.518)	-1,1%

Em 2025, a APDL apresentou um balanço marcado por (i) redução do ativo total de pequena magnitude, mas (ii) com uma recomposição relevante: o ativo corrente contrai sobretudo por queda de disponibilidades, que passaram de 28,7 milhões de euros, em 2024, para 22 milhões de euros no final do período, enquanto o ativo não corrente permanece estável.

A redução das disponibilidades decorre de uma combinação de fatores (i) nas atividades de investimento, onde se destaca a redução dos pagamentos a fornecedores (3 milhões de euros), o decréscimo de 3,7 milhões de euros nos subsídios ao investimento recebidos e o efeito base de 2024, ano em que se registou um encaixe de cerca de 4 milhões de euros com a alienação de um ativo, e (ii) nas atividades de financiamento, cujo saldo reflete a amortização total de um empréstimo

no valor de 12 milhões de euros, traduzindo uma opção de gestão que melhora o perfil de solvabilidade, ainda que com menor liquidez imediata no fecho do exercício.

O Capital Próprio manteve a sua trajetória de reforço, impulsionado pela retenção dos resultados líquidos do exercício e pelo reconhecimento contabilístico de subsídios ao investimento.

O Passivo não corrente registou um decréscimo significativo, na ordem dos 23 milhões de euros, justificado primordialmente pela redução de financiamentos obtidos, na sequência da amortização de um empréstimo em 2025. Adicionalmente, contribuiu para esta variação a redução de 8 milhões de euros na rubrica de rendimentos diferidos, associada aos ativos das concessões.

5.3. Endividamento

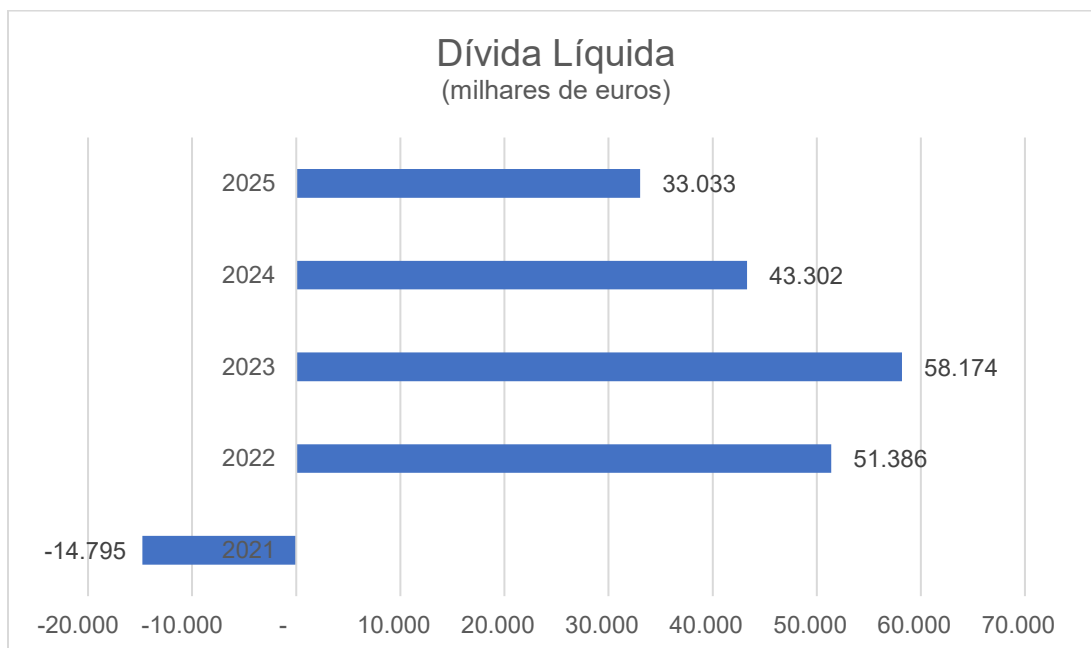
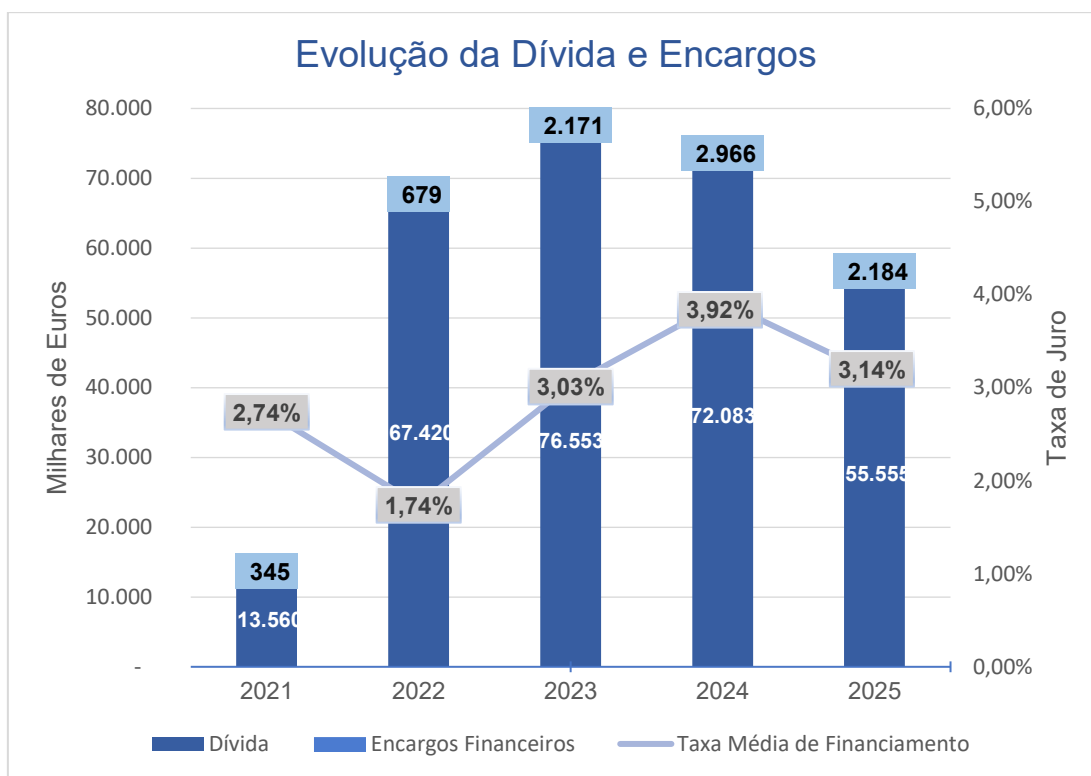
O investimento do Prolongamento do Quebra-mar e Melhoria das Acessibilidades Marítimas ao porto de Leixões conduziu à necessidade de financiamento bancário no montante de 55 milhões de euros, em 2022, contratualizados com o BPI, como complemento aos fundos comunitários do CEF - Connecting Europe Facility, Blending, Call 2017, com comparticipação de comunitária de 20% (17,4 milhões de euros) e do COMPETE 2020, com uma taxa de comparticipação comunitária de 51,71% (31,1 milhões de euros).

Contudo, no decorrer do ano de 2022, perante os efeitos da guerra na Ucrânia, com a escalada de preços dos materiais, justificando a subida da inflação, este investimento adjudicado por 130 milhões de euros sofreu um agravamento para 182 milhões de euros, decorrente da revisão de preços da empreitada.

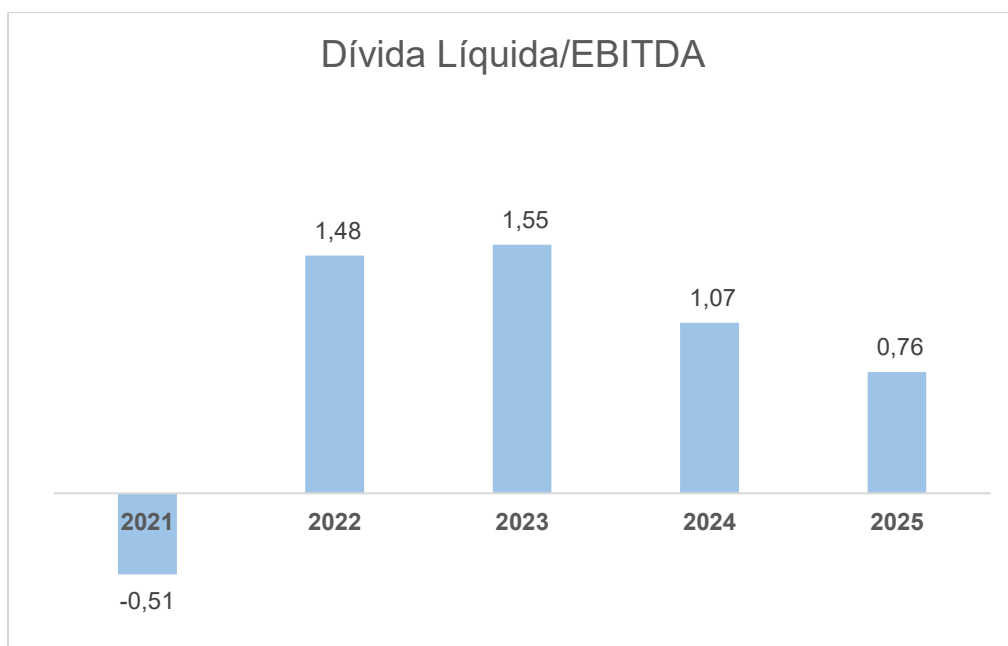
Este aumento de custos exigiu o recurso a uma linha de crédito adicional de 60 milhões de euros, contratualizada com o BEI em maio de 2023. O acréscimo da dívida verificado em 2023 deve-se ao primeiro desembolso de 12,5 milhões de euros do empréstimo do BEI, ocorrido em agosto de 2023, registando-se cerca de 3,4 milhões de euros de amortização de capital. Em 2024 e 2025 não se procedeu a qualquer desembolso do empréstimo do BEI.

De referir ainda que, em novembro de 2025, foram amortizados os restantes 12,03 milhões de euros da linha de financiamento de 17,5 milhões de euros do BPI.

Relativamente aos encargos financeiros, foi registada uma diminuição de 782 mil euros face ao ano anterior e que se traduziu no decréscimo da taxa média de financiamento para os 3,14%.



Em 2025, o rácio Dívida Líquida/EBITDA registou uma melhoria em virtude da diminuição de cerca de 10,3 milhões de euros na Dívida Líquida (variações de -16,5 milhões de euros em Financiamentos e de -6,2 milhões de euros em Caixa e Depósitos Bancários).



Apresenta-se, de seguida, a evolução do endividamento líquido do investimento, bem como os rácios de endividamento:

Unid.:€1000

Rubrica	2021	2022	2023	2024	2025
Dívida	13.560	67.420	76.553	72.083	55.555
Investimento	52.367	120.041	44.329	29.563	26.678
Endividamento líquido do investimento	-38.807	-52.621	32.224	42.520	28.877

R rácios de Endividamento	2021	2022	2023	2024	2025
Endividamento (Passivo/Ativo)	0,24	0,31	0,31	0,29	0,26
Endividamento corrente (Passivo Corrente/Ativo)	0,06	0,07	0,07	0,06	0,08

5.4. Contributos para a receita fiscal do Estado

No âmbito da sua atividade económica, a APDL assume uma responsabilidade fiscal dupla: suporta tributos próprios e atua como substituta tributária, assegurando a retenção e entrega ao Estado de impostos e taxas devidos por terceiros. Para garantir o estrito cumprimento destas obrigações, a empresa investe continuamente na capacitação dos seus recursos humanos, em sistemas de informação robustos e no apoio de consultoria especializada para matérias de elevada complexidade. O volume global da contribuição para a receita pública detalhado na tabela seguinte refere-se exclusivamente às entregas efetuadas:

Taxas e impostos	2025	2024
IVA – Imposto sobre o Valor Acrescentado	6.544.667	6.334.454
Retenções na fonte de impostos sobre o rendimento	3.293.853	3.374.972
Contribuições para a Segurança Social	2.426.659	2.202.053
Caixa Geral de Aposentações	1.162.379	1.208.840
Entidades FUP (*)	3.312.637	2.967.983
Comparticipação para a DGRM	1.591.234	1.595.066
IRC – Imposto s/ Rendimento das pessoas Coletivas	289.301	2.168.937
Outras taxas e impostos (inclui ADSE)	413.773	429.060
Total	19.031.500	20.281.365

(*) **Entidades FUP – Fatura Única Portuária.** As entidades beneficiárias são AM - Autoridade Marítima, GNR - Guarda Nacional Republicana, ULS - Unidade Local de Saúde e ISN - Instituto de Socorros a Náufragos

Indicadores Financeiros

Tendo por base o DL n.º 133/2013, de 3 de outubro, as orientações estratégicas para o Setor Empresarial do Estado definidas através da Lei do Orçamento de Estado e as orientações emitidas pelo acionista, apresenta-se um conjunto de indicadores financeiros ilustrativos do desempenho da APDL nos últimos 2 anos:

	2025	2024	Δ %
Indicadores de Eficiência			
Gastos Operacionais/Resultado antes de depreciações, gastos de financiamentos e impostos	1,17	1,26	-7,1%
Gastos com o Pessoal/Resultado antes de depreciações, gastos de financiamentos e impostos	0,50	0,49	2,0%
Gastos FSE/Resultado antes de depreciações, gastos de financiamentos e impostos	0,40	0,49	-18,4%
Indicadores de Comportabilidade de Investimentos e Capacidade de Endividamento			
Dívida/Capital Próprio	0,13	0,17	-23,5%
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamentos e impostos/Juros Líquidos	34,56	19,95	73,2%
Autonomia Financeira (Capital Próprio/Ativo Total)	0,75	0,71	5,6%
Solvabilidade (Capital Próprio/Passivo Total)	3,03	2,49	21,7%
Liquidez (Ativo Corrente/Passivo Corrente)	0,98	1,08	-9,3%
Prazos Médios			
Prazo Médio de Pagamento	37	33	12,1%
Prazo Médio de Recebimento	38	34	11,8%
Indicadores de Rentabilidade e Crescimento			
Margem do Resultado antes de depreciações, gastos de financiamentos e impostos	0,58	0,58	0,0%
Margem do Resultado operacional	0,26	0,23	13,0%
Indicadores de Remuneração do Capital Investido			
Resultado Líquido/Capital Investido	0,02	0,02	0,0%
Resultado Líquido/Capital Próprio	0,03	0,03	0,0%

Da análise dos resultados, destacámos os seguintes pontos:

- O peso da dívida sobre o capital próprio registou uma quebra de 23,5% em função da diminuição de 16,5M de euros ao nível dos financiamentos obtidos;
- A APDL continua a revelar uma autonomia financeira sólida;
- O indicador de solvabilidade registou um aumento de 21,7%, o que evidencia a capacidade da APDL em honrar os seus compromissos;
- O prazo médio de pagamento aumentou para os 37 dias, enquanto o prazo médio de recebimento aumentou para os 38 dias.

6. Perspetivas futuras

De acordo com a projeção efetuada no Plano de Atividades e Orçamento 2026-2028, prevêem-se evoluções distintas do movimento portuário nas diferentes unidades de negócio, conforme evidenciado no quadro seguinte:

PLANO DE ATIVIDADES E ORÇAMENTO 2026-2028				
MOVIMENTO	2025	2026	2027	2028
	(Real)	(Previsão)	(Previsão)	(Previsão)
PORTO DE LEIXÕES				
MERCADORIAS (toneladas)	14 027 349	15 330 000	15 740 000	15 830 000
» Carga Geral Fracionada	1 087 949	1 320 000	1 350 000	1 370 000
» Graneis Sólidos	2 248 091	2 510 000	2 560 000	2 630 000
» Granéis Líquidos	2 098 982	2 620 000	2 620 000	2 620 000
» Ro-Ro	1 489 685	1 840 000	2 170 000	2 170 000
» Carga Contentorizada	7 102 642	7 040 000	7 040 000	7 040 000
CONTENTORES				
» Número	422 404	423 000	423 000	423 000
» TEU	708 656	694 000	694 000	694 000
PASSAGEIROS				
» Número	225 692	235 000	235 000	235 000
PORTO DE VIANA DO CASTELO				
MERCADORIAS (toneladas)	353 340	334 343	335 378	336 414
» Carga Geral Fracionada	179 988	185 103	185 138	185 174
» Granéis Sólidos	142 771	118 000	119 000	120 000
» Granéis Líquidos	30 192	30 000	30 000	30 000
» Ro-Ro	348	1 240	1 240	1 240
» Carga Contentorizada	40	0	0	0
VIA NAVEGÁVEL DO DOURO				
MERCADORIAS (toneladas)	5 735	9 550	17 650	25 750
PASSAGEIROS (ENTRE ALBUFEIRAS)				
» Número	276 020	283 400	288 900	294 400
INTERMODALIDADE FERROVIÁRIA				
TERMINAL FERROVIÁRIO DE LEIXÕES				
» Número de comboios	1 822	1 950	1 990	2 030
» Movimento de contentores	58 486	57 600	58 750	59 930
TERMINAL FERROVIÁRIO DA GUARDA				
» Número de comboios	0	234	318	325
» Movimento de contentores	0	7 180	9 760	9 960

Para o Porto de Leixões projeta-se um crescimento ligeiro, mas sustentado, no movimento global de mercadorias ao longo dos próximos três anos, estimando-se que em 2028 sejam ultrapassadas 15,8 milhões de toneladas movimentadas. O aumento mais expressivo deverá verificar-se na carga Ro-Ro, com uma subida prevista de 45,7% até 2028 face aos valores registados em 2025.

Prevê-se igualmente uma evolução positiva no movimento de Carga Geral Fracionada, de Granéis Sólidos e de Granéis Líquidos durante o período em análise, estimando-se que, em 2028, os volumes ultrapassem os registados em 2025 em cerca de 25,9%, 17,0% e 24,8%, respetivamente.

Em sentido contrário, relativamente à carga contentorizada, projeta-se uma estabilização da movimentação nos próximos três anos, situando-se ligeiramente abaixo dos níveis registados em 2025 (-0,9%).

O número de passageiros deverá superar, para o próximo triénio, o movimento verificado em 2025 (+4,1%), ainda que se antecipe uma tendência de estabilização no respetivo movimento.

No Porto de Viana do Castelo, estima-se que a atividade evolua até 2028, embora permaneça abaixo do volume registado em 2025 (-4,8%), sobretudo em consequência da quebra prevista no movimento de granéis sólidos (-15,9%). Por outro lado, é expectável que a Carga Geral Fracionada e a Carga Ro-Ro evoluam favoravelmente, superando igualmente o ano de 2025, em 2,9% e 256,3%, respetivamente.

Na Via Navegável do Douro, espera-se um crescimento de 6,7% no movimento de passageiros entre albufeiras, perspetivando-se que ronde os 294 mil passageiros em 2028. Existe também a expectativa de incremento do volume de carga movimentada nos portos fluviais para cerca de 25 mil toneladas em 2028 (+349% face a 2025), em virtude do início da operação da nova concessão do porto comercial da Sardoura.

Quanto à Intermodalidade Ferroviária, no Terminal Ferroviário de Mercadorias de Leixões atingiu-se um movimento de cerca de 58,5 mil contentores em 2025, prevendo-se uma ligeira quebra em 2026, com recuperação em 2027 e 2028 para valores superiores aos atuais (+2,5%). Quanto ao Terminal Ferroviário de Mercadorias da Guarda, espera-se o arranque das operações em 2026, perspetivando-se que atinja um movimento de 325 comboios e cerca de 10 mil contentores em 2028.

Nos próximos anos, será fundamental assegurar uma gestão prudente e criteriosa, atendendo à continuidade do ambicioso plano de investimentos em curso e à redução do nível de atividade verificada nos últimos anos, de modo a não comprometer o equilíbrio económico-financeiro da empresa.

Paralelamente, será igualmente necessário dar continuidade à estratégia de ajustamento económico das áreas de negócio deficitárias, bem como adotar uma política de retenção de resultados que garanta a afetação de fundos próprios indispensáveis à concretização desses investimentos.

Para o horizonte temporal 2026-2028, a APDL prevê investimentos orçamentados no valor de 157,003 milhões de euros, dos quais 127,891 milhões de euros referentes ao Porto de Leixões, 8,631 milhões de euros ao Porto de Viana do Castelo, 13,692 milhões de euros à Via Navegável do Douro e 6,789 milhões de euros à área de Intermodalidade (nos terminais ferroviários de mercadorias da Guarda e de Leixões).

O Porto de Leixões continua a ser objeto da maior parte do investimento previsto, destacando-se ao nível do investimento em curso o associado ao Prolongamento do Quebra-mar Exterior, com execução prevista, no triénio 2026-2028, de cerca de 11,25 milhões de euros, sendo essencial para o incremento da segurança operacional e da competitividade do porto e da economia nacional. Este investimento está contemplado na EACP e no Plano Nacional de Investimentos 2030 (PNI2030), no âmbito da criação do Novo Terminal do Porto de Leixões.

Com intuito de reduzir a pegada ambiental do Porto de Leixões e responder às obrigações legais até 2030, possibilitando ainda a viabilização da neutralidade carbónica em 2035, é necessário realizar também um conjunto de investimentos que permitam capacitar em termos de energia a infraestrutura portuária, de forma a responder adequadamente às necessidades de eletrificação das atividades do porto. Nesse sentido, destacam-se as intervenções no Porto de Leixões para construção de uma subestação de alta tensão (7,36 milhões de euros no triénio), a remodelação da rede de média tensão (5,8 milhões de euros no triénio) e a instalação de OPS (16,04 milhões de euros no triénio).

Os investimentos a realizar nas unidades de negócio deficitárias (PVC e VND) revelam-se necessários para garantir as condições mínimas de operacionalidade e segurança das respetivas infraestruturas e equipamentos, no cumprimento das competências atribuídas à APDL.

Também de elevada relevância, surgem os investimentos previstos para a vertente da intermodalidade, relacionados com a requalificação e melhoria de áreas e infraestruturas nos Terminais Ferroviários de Mercadorias de Leixões e da Guarda, quer ao nível do desempenho operacional, quer ao nível das condições de segurança, e que irão representar 6,8 milhões de euros no triénio. A importância em materializar estes investimentos é elevada na medida em que permitirá aumentar a capacidade destes terminais na movimentação de contentores, a operacionalidade, a integração e eficiência da cadeia logística, assim como contribuir para o fomento do transporte de carga por via ferroviária, potenciando o desenvolvimento da intermodalidade ferromarítima, aumento da quota da ferrovia e consequente descarbonização do transporte de mercadorias.

Os investimentos a realizar pela APDL serão suportados, em grande parte, através de financiamento comunitário e fundos próprios, embora o Orçamento de Estado e o financiamento bancário representem igualmente uma componente importante no financiamento do desenvolvimento dos investimentos da empresa.

Por último, importa salientar que, no contexto atual, o Conselho de Administração tem como pressuposto a não distribuição de dividendos ao Acionista no horizonte temporal em perspetiva, por força do elevado esforço financeiro exigido para a concretização do Plano de Investimentos previsto.

7. Informações adicionais

7.1. Participações dos membros de órgãos de administração e fiscalização

De acordo com as obrigações de comunicação previstas nos artigos 447.º e 448.º do Código das Sociedades Comerciais, comunica-se que o capital social é detido a 100% pela Direção Geral do Tesouro.

7.2. Conselho de Administração - mandato 2023-2025

O Conselho de Administração da APDL foi eleito por Deliberação Social Unânime por Escrito de 27 de fevereiro de 2023, com produção de efeitos nessa mesma data, e é composto por um presidente e dois vogais, em conformidade com o artigo 9.º dos Estatutos, eleito para o mandato 2023 – 2025.

8. Proposta de aplicação do resultado

Em conformidade com o previsto no artigo 17.º dos Estatutos da Sociedade e no artigo 294.º do Código das Sociedades Comerciais, propõe-se a seguinte aplicação do Resultado Líquido do exercício de 2025, no montante de 13.682.001,10 euros:

Reserva para Investimento	9.786.983,58 euros
Reserva - Ativos das Concessões	3.895.017,52 euros

A presente proposta de aplicação de resultados decorre dos seguintes aspetos:

- A APDL pretende desenvolver, no médio prazo, um plano de investimentos que excede os 322 milhões de euros, dos quais 157 milhões de euros a desenvolver entre 2026 e 2087. Nesse período, o investimento será principalmente financiado por fundos comunitários e Orçamento de Estado (50%) e por fundos próprios (50%), salientando-se, entre outros:
 - (1) A conclusão do investimento público na empreitada de Prolongamento do Quebramar do Porto de Leixões, no valor previsto de 11 milhões de euros, no âmbito da construção do Novo Terminal com fundos a -14 metros ZH do Porto de Leixões, a desenvolver até 2027;
 - (2) A concretização, até ao final de 2026, do investimento público associado à Reabilitação do Cais da Doca 1 Norte do Porto de Leixões, com valor previsto superior a 5 milhões de euros, que dotará o Porto de Leixões com o aumento da capacidade de receção de navios de dimensão superior e de todos os segmentos de mercado, assim como da garantia dos requisitos de mobilidade militar, acréscimo da agilidade e da capacidade operacional. Este projeto na sua globalidade beneficiará de comparticipação comunitária de 12,8 milhões de euros do programa CEF Transport, cabendo à APDL a responsabilidade de financiar os restantes 50% de investimento;
 - (3) A execução do investimento de Construção da Subestação de Alta Tensão e a Remodelação da Rede de Média Tensão do Porto de Leixões, no valor previsto de 23 milhões de euros, a desenvolver até 2029. A materialização deste investimento permitirá capacitar as infraestruturas do porto com a potência de energia elétrica necessária para assegurar o fornecimento de energia aos navios e o escoamento e a integração de fontes de energia renováveis, contribuindo para responder às obrigações legais e melhorar o desempenho ambiental do Porto de Leixões, através da redução da emissão de gases poluentes e da redução da poluição sonora. Este Projeto beneficiará de comparticipação comunitária estimada em

70% sob o programa Sustentável 2030, sendo responsabilidade da APDL financiar o remanescente.

- (4) A concretização do investimento referente à Implementação de Sistemas *Onshore Power Supply* nos diversos terminais e cais do Porto de Leixões, no valor previsto de 21 milhões de euros, a desenvolver até 2035. Este investimento corresponde a um dos Planos de Ação definidos no Roteiro para a Transição Energética do Porto de Leixões, com vista à neutralidade carbónica até 2035, traduzindo-se na disponibilização de alimentação elétrica a navios acostados e consequente descarbonização do tráfego marítimo durante a sua estadia no porto. Prevê-se a comparticipação comunitária em parte dos OPS a serem instalados no porto, em particular, pelo Programa Sustentável 2030 e pelo Fundo de Transição Justa.
- (5) A existência de outras necessidades de investimento, designadamente a Implementação do Centro Inspetivo do Porto de Leixões com valor restante estimado em 5,5 milhões de euros, a construção do Data Center TIER III no valor de 10 milhões de euros, a modernização da Ponte Móvel do Porto de Leixões, com valor previsto no triénio de 3 milhões de euros, a modernização do Terminal Ferroviário de Mercadorias de Leixões, previsto em 9 milhões de euros, e a conclusão da construção e modernização das Vias Portuárias do Porto de Leixões, no valor de 3,8 milhões de euros. Alguns destes projetos contam já com financiamento comunitário pelo programa Sustentável 2030, com uma taxa média efetiva de comparticipação a rondar os 70%.

Leça da Palmeira, 22 de maio de 2026

O Conselho de Administração,

Eng.º João Pedro Moura Castro Neves

Dra. Raquel Sofia Guimarães de Matos Maia

Dr. Paulo Nuno Andrade Gonçalves Moreira dos Santos

Dra. Ester Maria dos Reis Gomes da Silva

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Balanço

APDL – Administração dos Portos do Douro, Leixões e Viana do Castelo, S. A.

Balanço em 31 de dezembro de 2025

Unid: Euros

RUBRICAS	Notas	DATAS	
		31/12/2025	31/12/2024
ATIVO			
Ativo não corrente:			
Ativos fixos tangíveis	5	494.456.008	489.430.632
Propriedades de investimento	6	1.938.621	677.843
Ativos intangíveis	7	64.674.882	68.557.487
Outros investimentos financeiros	9	-	42.980
Ativos por impostos diferidos	21.1	14.294.181	17.123.870
		575.363.692	575.832.812
Ativo corrente:			
Inventários	15	916.756	867.955
Clientes	11.1	6.721.916	5.020.194
Estado e outros entes públicos	16.1	156.621	1.572.501
Outros créditos a receber	11.2	3.144.328	3.660.575
Diferimentos	17.1	3.066.989	2.674.631
Caixa e depósitos bancários	10	22.521.731	28.780.962
		36.528.341	42.576.818
Total do ativo		611.892.033	618.409.630

RUBRICAS	Notas	DATAS	
		31/12/2025	31/12/2024
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
Capital próprio:			
Capital subscrito	22	51.035.000	51.035.000
Reservas legais	23	11.122.456	11.122.456
Outras reservas	24	214.231.829	203.788.839
Resultados transitados	25	69.320.300	68.417.793
Ajustamentos/ Outras variações no capital próprio	26	100.539.159	95.742.942
		446.248.744	430.107.030
Resultado líquido do período	25.1	13.682.001	11.031.507
Total do capital próprio		459.930.745	441.138.537
Passivo			
Passivo não corrente:			
Provisões	18	5.247.866	5.066.915
Financiamentos obtidos	14	52.071.667	66.492.500
Responsabilidades por benefícios pós-emprego	19	4.204.089	4.107.576
Passivos por impostos diferidos	21.2	6.261.372	5.881.565
Outras dívidas a pagar	13.2	20.703.123	22.082.453
Diferimentos	17.2	26.158.803	34.298.733
		114.646.920	137.929.742
Passivo corrente:			
Fornecedores	13.1	2.743.979	3.355.974
Estado e outros entes públicos	16.2	2.712.331	1.900.451
Financiamentos obtidos	14	3.483.333	5.590.833
Outras dívidas a pagar	13.2	19.880.803	19.920.481
Diferimentos	17.2	8.493.922	8.573.612
		37.314.368	39.341.351
Total do passivo		151.961.288	177.271.093
Total do capital próprio e do passivo		611.892.033	618.409.630

Demonstração dos resultados por naturezas

APDL – Administração dos Portos do Douro, Leixões e Viana do Castelo, S.A.

Demonstração dos resultados por naturezas para o período findo em 31 de dezembro de 2025

Unid: Euros

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	Períodos	
		2025	2024
Vendas e serviços prestados	28.1.1	74.453.663	70.209.821
Subsídios à exploração	27.2	945.976	1.880.291
Trabalhos para a própria entidade	28.2	664.858	686.976
Custos das mercadorias vendidas e matérias consumidas	15.2	(4.453.350)	(1.851.836)
Fornecimentos e serviços externos	29.1	(17.373.345)	(19.915.042)
Gastos com o pessoal	29.2	(21.481.488)	(19.791.530)
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	12	159.040	(76.010)
Provisões (aumentos/reduções)	18.1	(215.952)	(922.468)
Imparidade de investimentos não depreciables/amortizáveis (perdas/reversões)	8.2	(2.185.610)	(1.631.864)
Aumentos/reduções de justo valor	9	1.220	(1.007)
Outros rendimentos	28.3	17.913.643	19.092.097
Outros gastos	29.3	(5.073.600)	(7.026.033)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamentos e impostos		43.355.055	40.653.395
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	29.4	(27.209.678)	(27.471.559)
Imparidade de investimentos depreciables/amortizáveis (perdas/reversões)	8.2	3.365.809	3.310.214
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		19.511.186	16.492.050
Juros e rendimentos similares obtidos	10.2	389.217	405.461
Juros e gastos similares suportados	14.4	(1.643.881)	(2.443.701)
Resultado antes de impostos		18.256.522	14.453.810
Imposto sobre o rendimento do período	20, 21	(4.574.521)	(3.422.303)
Resultado líquido do período		13.682.001	11.031.507

Resultado por ação básico		1,34	1,08
---------------------------	--	------	------

Demonstração das alterações no capital próprio

APDL – Administração dos Portos do Douro, Leixões e Viana do Castelo, S. A.

Demonstração das alterações no capital próprio no período findo em 31 de dezembro de 2025

Unid: Euros

DESCRIÇÃO	Notas	CAPITAL PRÓPRIO ATRIBUÍDO AOS DETENTORES DO CAPITAL DA EMPRESA						
		Capital realizado	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transitados	Outras variações no capital próprio	Resultado líquido do período	Total
Em 1 de janeiro de 2025	1	51.035.000	11.122.456	203.788.839	68.417.793	95.742.942	11.031.507	441.138.537
Alterações no período:								
Realização das reservas	25	-	-	-	-	-	-	-
Ajustamentos por impostos diferidos		-	-	-	-	(1.455)	-	(1.455)
Outras alterações reconhecidas no capital próprio	25	-	-	(588.517)	902.507	4.797.672	-	5.111.662
Aplicação do resultado líquido	25	-	-	11.031.507	-	-	(11.031.507)	-
	2	-	-	10.442.990	902.507	4.796.217	(11.031.507)	5.110.207
Resultado líquido do período	3						13.682.001	13.682.001
Resultado integral	4=2+3						18.792.208	18.792.208
Em 31 de dezembro de 2025	6=1+2+3	51.035.000	11.122.456	214.231.829	69.320.300	100.539.159	13.682.001	459.930.745

APDL – Administração dos Portos do Douro, Leixões e Viana do Castelo, S. A.

Demonstração das alterações no capital próprio no período findo em 31 de dezembro de 2024

Unid: Euros

DESCRIÇÃO	Notas	CAPITAL PRÓPRIO ATRIBUÍDO AOS DETENTORES DO CAPITAL DA EMPRESA						
		Capital realizado	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transitados	Outras variações no capital próprio	Resultado líquido do período	Total
Em 1 de janeiro de 2024	1	51.035.000	11.122.456	198.273.324	67.533.694	94.608.240	6.104.032	428.676.746
Alterações no período:								
Ajustamentos por impostos diferidos		-	-	-	-	41.343	-	41.343
Outras alterações reconhecidas no capital próprio	25	-	-	(588.517)	884.099	1.093.359	-	1.388.941
Aplicação do resultado líquido	25	-	-	6.104.032	-	-	(6.104.032)	-
	2	-	-	5.515.515	884.099	1.134.702	(6.104.032)	1.430.284
Resultado líquido do período	3						11.031.507	11.031.507
Resultado integral	4=2+3						12.461.791	12.461.791
Em 31 de dezembro de 2024	6=1+2+3	51.035.000	11.122.456	203.788.839	68.417.793	95.742.942	11.031.507	441.138.537

Demonstração de fluxos de caixa

APDL – Administração dos Portos do Douro, Leixões e Viana do Castelo, S. A.

Demonstração de fluxos de caixa para o período findo em 31 de dezembro de 2025

Unid: Euros

RUBRICAS	Notas	Períodos	
		2025	2024
<u>Fluxos de caixa das atividades operacionais - método direto</u>			
Recebimentos de clientes		84.954.650	85.822.028
Pagamentos a fornecedores		(28.624.714)	(24.170.449)
Pagamentos ao pessoal		(16.297.709)	(15.584.469)
Caixa gerada pelas operações		40.032.227	46.067.110
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento	20.5	1.136.646	(2.285.953)
Outros recebimentos/pagamentos		(11.824.897)	(12.728.440)
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)		29.343.976	31.052.717
<u>Fluxos de caixa das atividades de investimento</u>			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		(26.743.288)	(30.014.123)
Ativos intangíveis		(1.149.657)	(1.227.846)
Recebimentos provenientes de:			
Ativos fixos tangíveis		1.060	3.821.550
Outros ativos		18.846	11.612
Subsídios ao investimento		10.235.607	14.001.874
Juros e rendimentos similares	10.2	384.521	406.461
Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)		(17.252.911)	(13.000.472)
<u>Fluxos de caixa das atividades de financiamento</u>			
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos	14.2	(16.528.333)	(4.469.167)
Juros e gastos similares	14.4	(1.676.163)	(2.990.734)
Dividendos	13.2	(190.000)	(190.000)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)		(18.394.496)	(7.649.901)
Variação de caixa e seus equivalentes (1)+(2)+(3)		(6.303.431)	10.402.344
Caixa e seus equivalentes no início do período		28.780.962	18.378.618
Caixa e seus equivalentes no fim do período		22.477.531	28.780.962

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

(Montantes expressos em Euros)

Introdução

1. Identificação da entidade

Denominação social: APDL – Administração dos Portos do Douro, Leixões e Viana do Castelo, S.A.

Natureza jurídica: Sociedade anónima de capitais exclusivamente públicos.

Sede: Avenida da Liberdade, 4450-718 Leça da Palmeira, concelho de Matosinhos.

Número de pessoa coletiva: 501449752

A APDL - Administração dos Portos do Douro, Leixões e Viana do Castelo, S.A., adiante designada por “APDL” ou “Empresa”, é uma sociedade anónima de capitais exclusivamente públicos, que tem por objeto a administração dos portos do Douro, Leixões e Viana do Castelo e da via navegável do rio Douro, visando a sua exploração económica, conservação e desenvolvimento, abrangendo o exercício das competências e prerrogativas de autoridade portuária que lhe estejam ou venham a ser cometidas.

1.1. Áreas de jurisdição

Porto de Leixões

A área de jurisdição abrange a faixa marginal do domínio público marítimo desde o enfiamento do eixo da Rua da Bélgica, na Praia de Lavadores, até ao paralelo do farol da Boa Nova, ao Norte do Porto de Leixões e compreende, além disso, as duas zonas seguintes:

- Zona do Porto do Douro, que inclui todo o estuário do Rio Douro desde 200 metros a montante da Ponte Luís I até à Foz com todas as suas margens, ancoradouros, cais, docas e terraplenos existentes ou que venham a ser construídos;
- Zona do Porto de Leixões que abrange os quebra-mares, a área molhada por eles circunscrita e as docas existentes ou a construir; o curso do Rio Leça até à antiga ponte dos moinhos de Guifões e a área terrestre delimitada pelo domínio público respetivo.
- Zonas do Terminal Ferroviário de Mercadorias de Leixões e do Terminal Ferroviário da Guarda, que abrangem o conjunto de todas as instalações fixas respeitantes às vias principais e de serviço e às estações necessárias à realização da circulação ferroviária.

Porto de Viana do Castelo

A área de jurisdição é constituída pelos terrenos do domínio público marítimo e fluvial delimitados pelos contornos e linhas definidos na planta anexa ao Decreto-Lei n.º 211/2008 de 3 de novembro.

Via Navegável do Douro

As atribuições e competências referidas são prosseguidas e exercidas nas áreas situadas dentro do domínio público hídrico e nas zonas marítimas, flúvio-marítimas e terrestres necessárias à exploração e gestão da via navegável do rio Douro e à execução e conservação das obras nelas existentes ou em curso.

- Todo o leito e as parcelas das margens diretamente associadas e necessárias às infraestruturas e equipamentos, existentes ou que venham a ser construídos, de apoio à navegação da via navegável do rio Douro e as águas do rio Douro, desde a foz do rio Águeda, afluente da margem esquerda do rio Douro, até à respetiva barra, bem como os afluentes deste troço do rio Douro até ao perfil em que o leito desse afluente se encontre a cota igual à cota máxima de retenção normal da albufeira do rio Douro em que esse afluente desagua, incluindo as eclusas e os cais de acostagem;
- Os acessos fluviais aos cais de acostagem e às zonas de manobra, os terraplenos adjacentes às zonas portuárias e os acessos terrestres inseridos nestas áreas de ligação às vias municipais e nacionais.

1.2. Áreas de atuação

- a) Fomentar e promover a atividade portuária nos portos do Douro, Leixões e Viana do Castelo;
- b) Assegurar o regular funcionamento dos portos do Douro, Leixões e Viana do Castelo nas suas vertentes de ordem económica, financeira e patrimonial, de gestão de efetivos e de exploração portuária;
- c) Atribuir licenças ou concessões nas áreas sob a sua jurisdição;
- d) Licenciatar o exercício da atividade portuária e a concessão de serviços públicos portuários;
- e) Regulamentar as taxas a cobrar pela utilização dos portos e respetivos serviços;
- f) Supervisionar e fiscalizar o uso público dos serviços inerentes à atividade portuária;
- g) Expropriar, por utilidade pública, ocupação de terrenos, implantação de traçados e exercício de servidões administrativas necessárias à expansão ou desenvolvimento portuários ou ferroviários;
- h) Promover e incentivar a navegação na via navegável do rio Douro;
- i) Promover e incentivar as atividades relacionadas com a navegação, divulgando a sua imagem junto dos agentes económicos, gerindo os recursos e contribuindo para o desenvolvimento da região do Douro;

- j) Desenvolver e conservar as infraestruturas e os equipamentos destinados a assegurar a circulação na via navegável do rio Douro e a utilização das instalações portuárias;
- k) Administrar os bens integrados na sua área de jurisdição;
- l) Coordenar as intervenções de outras entidades públicas ou privadas com impacto na via navegável do rio Douro.

1.3. Serviços prestados

- a) Ajudas à navegação;
- b) Gestão de postos de acostagem;
- c) Controlo de tráfego marítimo;
- d) Prestação dos serviços de amarração, guindagem, armazenagem, aguada, recolha de resíduos, energia elétrica, rebocadores e pilotagem;
- e) Manutenção dos canais de acesso;
- f) Utilização da via navegável do Rio Douro;
- g) Prevenção e combate à poluição no mar;
- h) Sistemas de segurança;
- i) Construção e manutenção de acessibilidades terrestres ao porto;
- j) Manutenção de equipamentos, cais e terraplenos;
- k) Limpeza da área portuária;
- l) Utilização do terminal ferroviário;
- m) Atribuição de licenças no âmbito da sua área de jurisdição (praias, terraplenos, “pipelines”, entre outros) e;
- n) Atribuição de concessões (Granéis Líquidos, Contentores, Granéis Sólidos, Carga Geral Fracionada, Doca de Recreio, Porto de Pesca, Cais de Gaia, Cais Comercial da Sardoura, Cais Comercial da Várzea do Douro).

No âmbito das orientações da política comum de transportes e da política nacional para o setor marítimo-portuário, a Empresa tem vindo a alterar o modelo de gestão de autoridade portuária através do acionamento dos processos de concessão ao setor privado das operações e infraestruturas portuárias com o consequente afastamento da APDL da área operacional (cada vez mais "Landlord Port" e menos "Tool Port") e acentuando as funções de controlo e fiscalização e de autoridade portuária. Os prazos das concessões são, na sua generalidade, de 25 anos prorrogáveis por um período de cinco anos. O Decreto-Lei n.º 92/2024, de 25 de novembro alargou o prazo das concessões até 75 anos.

A APDL foi inicialmente constituída com um capital social de 20.854.740 euros, tendo este subsequentemente sido aumentado para 48.000.000 euros. Este reforço foi determinado em função da estrutura dos capitais próprios, das responsabilidades e das

reservas subjacentes ao valor de avaliação dos ativos integrados nas contas aquando da sua constituição.

Em 28 de março de 2008, por deliberação unânime do Acionista, o capital social foi aumentado no montante de 3.035.000 euros, realizado em dinheiro e totalmente subscrito pelo acionista único (DGTF - Direção Geral do Tesouro e Finanças, representante do Estado Português). Após o referido aumento, o capital social foi fixado em 51.035.000 euros e passou a ser constituído por 10.207.000 ações, com o valor nominal de 5 euros cada.

No final do exercício de 2014 foi elaborado um projeto de fusão da APVC - Administração do Porto de Viana do Castelo, S.A. com a APDL – Administração dos Portos do Douro e Leixões, S.A., na modalidade prevista na alínea a) do n.º 4.º do artigo 97.º do Código das Sociedades Comerciais (fusão por incorporação). O registo definitivo da fusão ocorreu por escritura realizada em 7 de janeiro de 2015 produzindo efeitos fiscais e contabilísticos a partir de 1 de janeiro de 2015. A transmissão dos valores patrimoniais ativos e passivos foi efetuada pelos valores inscritos na contabilidade da APVC tendo-se aplicado, consequentemente, o regime especial de neutralidade fiscal previsto nos artigos 74.º e seguintes do Código do Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Coletivas (CIRC).

Com o registo definitivo da fusão, a APVC foi extinta, pelo que a universalidade dos seus bens, direitos e obrigações ficaram na esfera da APDL, na qualidade de Sociedade Incorporante.

Em 21 de maio de 2015, foi publicado o Decreto-Lei n.º 83/2015, que procedeu à atribuição à APDL da jurisdição portuária direta nas zonas marítimas, fluvio-marítimas e terrestres necessárias à exploração da via navegável do rio Douro, anteriormente atribuída ao Instituto Portuário e dos Transportes Marítimos, I.P. (IPTM, I.P.), cuja gestão transitória, nos termos do artigo 18.º do Decreto-Lei n.º 236/2012, de 31 de outubro, alterado pelos Decretos-Leis n.ºs 44/2014, de 20 de março, e 77/2014, de 14 de maio, foi cometida ao Instituto da Mobilidade e dos Transportes, I.P. (IMT, I.P.), transmitindo também a universalidade dos bens móveis e a titularidade dos direitos mobiliários e imobiliários que integram a esfera jurídica do IPTM, I.P., afetos a essa jurisdição. Esta integração reportou-se a 1 de janeiro de 2015.

Em função do referido acima, os Estatutos foram alterados, passando a Empresa a designar-se APDL - Administração dos Portos do Douro, Leixões e Viana do Castelo, SA.

Em 4 de março de 2022, através do Decreto-Lei n.º 24/2022, foram atribuídas à APDL as competências de gestor de infraestruturas ferroviárias no terminal ferroviário da Guarda. Este diploma inclui ainda na área de jurisdição portuária da APDL, as responsabilidades atribuídas ao Estado relativamente ao terminal ferroviário de mercadorias da Guarda, que integra o domínio público ferroviário, nos termos do Decreto-Lei n.º 276/2003, de 4 de novembro. A APDL, expande assim as suas competências acrescentando aquelas respeitantes ao estatuto de gestora de infraestruturas ferroviárias.

O Decreto-Lei n.º 55/2022, de 17 de agosto, transfere da Infraestruturas de Portugal, S.A. para a APDL a gestão do Terminal Ferroviário de Leixões, incluindo na área de jurisdição portuária o domínio público ferroviário.

Estas demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração na reunião de 22 de maio de 2026. É da opinião do Conselho de Administração que estas demonstrações financeiras refletem de forma verdadeira e apropriada as operações da APDL – Administração dos Portos do Douro, Leixões e Viana do Castelo, S.A., bem como a sua posição e desempenho financeiro e fluxos de caixa.

2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras anexas são apresentadas em Euros (Unid.: €1), salvo indicação explícita em contrário, e foram elaboradas de acordo com as disposições das Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (NCRF), emitidas e em vigor à data de 1 de janeiro de 2025. Foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações e a partir dos registos contabilísticos da Empresa.

2.1. Derrogação das disposições do SNC

Não existiram, no decorrer do período a que respeitam estas demonstrações financeiras, quaisquer casos excecionais que implicassem diretamente a derrogação de qualquer disposição prevista pelo SNC.

2.2. Comparabilidade das demonstrações financeiras

Os elementos constantes nas presentes demonstrações financeiras são, na sua totalidade, comparáveis com os do exercício anterior.

3. Adoção pela primeira vez das NCRF — divulgação transitória

Nota não aplicável.

4. Principais políticas contabilísticas

As políticas contabilísticas adotadas encontram-se na respetiva nota do anexo. As políticas contabilísticas comuns ou genéricas a várias notas encontram-se nesta nota.

A preparação das demonstrações financeiras em conformidade com as NCRF requer o uso de estimativas, pressupostos e julgamentos críticos no processo da determinação das políticas contabilísticas a adotar pela Empresa, com impacto significativo no valor contabilístico dos ativos e passivos, assim como nos rendimentos e gastos do período de relato.

Apesar destas estimativas serem baseadas na melhor experiência do Conselho de Administração e nas suas melhores expectativas em relação aos acontecimentos e ações correntes e futuras, os resultados atuais e futuros podem diferir destas estimativas. As áreas que envolvem um maior grau de julgamento ou complexidade, ou as áreas em que os pressupostos e estimativas sejam significativos para as demonstrações financeiras, são apresentadas na Nota 4.3.

4.1. Bases de mensuração

As demonstrações financeiras têm por base o custo histórico com a exceção dos itens do ativo fixo tangível referidos na Nota 5.

4.2. Outras políticas contabilísticas relevantes

4.2.1. Saldos e transações expressos em moeda estrangeira

As transações em moedas diferentes do euro são convertidas na moeda funcional utilizando as taxas de câmbio à data das transações. Os ganhos ou perdas cambiais resultantes dos pagamentos e recebimentos das transações bem como da conversão pela taxa de câmbio à data do balanço, dos ativos e dos passivos monetários denominados em moeda estrangeira, são reconhecidos na demonstração dos resultados na rubrica de gastos de financiamento, se relacionadas com empréstimos, ou em outros ganhos ou perdas operacionais, para todos os outros saldos e transações.

4.2.2. Classificação no balanço

Os ativos realizáveis e os passivos exigíveis a mais de um ano da data das demonstrações financeiras são classificados no balanço, respetivamente, como ativos e passivos não correntes.

4.2.3. Instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos no balanço quando a Empresa se torna parte contratual do respetivo instrumento financeiro.

Os ativos e passivos financeiros não são compensados entre si, exceto se houver condições contratuais ou legais que assim o permitam.

Os ativos financeiros são mensurados ao custo amortizado menos imparidade ou ao justo valor através de resultados e classificam-se como:

- Caixa e equivalentes de caixa;
- Dívidas de clientes e outros créditos a receber;
- Investimentos financeiros;
- Instrumento de capital próprio de outra entidade.

Os passivos financeiros são mensurados ao custo amortizado e classificam-se como:

- Contas a pagar a fornecedores e outras dívidas a terceiros;
- Empréstimos obtidos.

Os gastos ou rendimentos apurados no exercício são reconhecidos nas seguintes rubricas da demonstração de resultados por naturezas:

- Imparidades: Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)
- Justo valor: Aumentos/reduções de justo valor
- Outros rendimentos ou Outros gastos

4.2.4. Gestão do risco financeiro

Risco da taxa de juro

A APDL não tem contratualizado qualquer instrumento de gestão do risco da taxa de juro.

A eventual subida das taxas de juro dos financiamentos obtidos com taxas variáveis, aumentará os encargos de financiamento e as respetivas saídas de caixa.

Risco de liquidez

O caixa e equivalentes são depositados, na sua quase totalidade, no IGCP, em depósitos à ordem ou em Certificados Especiais de Dívida de Curto Prazo (CEDIC). A APDL não tem quaisquer aplicações financeiras sujeitas a cotação ou com risco de reembolso.

As disponibilidades financeiras imediatas são estimadas de modo a minimizar a probabilidade de incumprimento de quaisquer pagamentos.

Sempre que o caixa e equivalentes excedem os montantes a pagar são aplicados em CEDIC, aumentando assim a eficiência financeira e reduzindo o custo de detenção de liquidez excedentária no curto prazo.

Risco da taxa de câmbio

As vendas e prestações de serviços realizadas pela APDL são faturadas e recebidas totalmente em euros pelo que considerámos inexistente o risco cambial nas dívidas dos clientes.

A aquisição de bens e serviços é feita maioritariamente no mercado nacional e também no mercado da União Europeia. Uma quantidade residual e pontual é feita em moeda diferente do euro e com pagamento imediato ou a muito curto prazo. Assim, entendemos que o risco cambial nas dívidas a fornecedores e outros credores é nulo.

A APDL, pelos motivos apresentados, não recorre a instrumentos de cobertura do risco cambial.

Risco de crédito

A exposição da APDL ao risco de crédito está associada às contas a receber decorrentes da sua atividade operacional. A APDL tenta assegurar a efetiva cobrança dos seus créditos nos prazos contatados. Para o bom cumprimento das cobranças, a APDL realiza uma análise económica e financeira aos seus atuais e potenciais clientes, obrigando em determinadas situações, à entrega de garantias bancárias, depósitos ou seguros de caução antes da realização de quaisquer contratos. No âmbito dos seus poderes de autoridade, a APDL recorre à execução fiscal para recuperação dos seus créditos em mora.

A quantia relativa a clientes e outros créditos a receber encontra-se líquida de imparidades e representa a máxima exposição da APDL ao risco de crédito.

4.3. Principais estimativas e julgamentos apresentados

As estimativas e julgamentos com impacto nas demonstrações financeiras da Empresa são continuamente avaliadas, representando à data de cada relato a melhor estimativa da Administração tendo em conta o desempenho histórico, a experiência acumulada e as

expectativas sobre eventos futuros que, nas circunstâncias em causa, se acredita serem razoáveis.

A natureza intrínseca das estimativas pode levar a que o reflexo real das situações que haviam sido alvo de estimativa possa, para efeitos de relato financeiro, vir a diferir dos montantes estimados. As estimativas e os julgamentos que apresentam um risco significativo de originar um ajustamento materialmente relevante no valor contabilístico de ativos e passivos no decurso dos exercícios posteriores são as que seguem:

4.3.1. Ativos fixos tangíveis e intangíveis

A determinação das vidas úteis dos ativos, bem como o método de depreciação a aplicar, é essencial para determinar o montante dos gastos de depreciação e amortização a reconhecer na demonstração dos resultados de cada exercício.

Estes dois parâmetros são definidos de acordo com o melhor julgamento do Conselho de Administração para os ativos em questão considerando também as práticas adotadas por empresas do setor ao nível internacional e as tabelas fiscais em vigor.

4.3.2. Imparidade de ativos fixos tangíveis e intangíveis

A determinação de uma eventual perda por imparidade pode ser espoletada pela ocorrência de diversos eventos, muitos dos quais fora da esfera de influência da Empresa, tais como: a disponibilidade futura de financiamento, o custo de capital, bem como por quaisquer outras alterações, quer internas quer externas à APDL.

A identificação dos indicadores de imparidade, a estimativa de fluxos de caixa futuros e a determinação do justo valor de ativos implicam um elevado grau de julgamento por parte da Administração no que respeita à identificação e avaliação dos diferentes indicadores de imparidade, fluxos de caixa esperados, taxas de desconto, vidas úteis esperadas e valores residuais.

4.3.3. Imparidade das contas a receber

As perdas por imparidade relativas a créditos de cobrança duvidosa são avaliadas em cada data de relato e consideram a antiguidade dos saldos, a informação histórica do devedor e outros fatores tais como a conjuntura económica ou tendências setoriais.

A avaliação feita pela Empresa pode divergir do risco efetivo.

As contas a receber são ajustadas pela avaliação efetuada pela gestão de acordo com os riscos estimados de cobrança existentes na data de relato os quais poderão divergir do risco efetivo a incorrer.

4.3.4. Provisões para contingências

A Empresa analisa de forma periódica eventuais obrigações que resultem de eventos passados e que devam ser objeto de reconhecimento ou divulgação.

A subjetividade inerente à determinação da probabilidade e montante de recursos internos necessários para o pagamento das obrigações poderá conduzir a ajustamentos significativos, quer por variação dos pressupostos utilizados, quer pelo futuro reconhecimento de provisões anteriormente divulgadas como passivos contingentes.

4.3.5. Pressupostos atuariais

A estimativa das responsabilidades por benefícios pós-emprego utiliza pressupostos de natureza demográfica e financeira. A sua variação pode afetar significativamente o montante dessas responsabilidades assim como o resultado líquido do período. São estimadas as taxas de juro, taxas de inflação e recorre-se a tábuas de mortalidade para a realização das estimativas.

4.3.6. Imposto sobre o rendimento

As declarações anuais de rendimentos encontram-se sujeitas a revisão e eventual ajustamento por parte das autoridades fiscais durante um período de 4 anos. No caso de serem apresentados prejuízos fiscais, as declarações de rendimento podem ser sujeitas a revisão pelas autoridades fiscais até ao período em que os mesmos possam ser utilizados. Desta forma, é possível que ocorram correções à matéria coletável, resultantes principalmente de diferenças na interpretação da legislação fiscal. No entanto, é convicção da Administração da Empresa, de que não haverá correções significativas aos impostos sobre os lucros registados nas demonstrações financeiras.

A Empresa reconhece ativos por impostos diferidos quando tem uma convicção razoável de que existirão lucros tributáveis futuros disponíveis para utilização das diferenças temporárias ou quando existam passivos por impostos diferidos cuja reversão ocorrerá nos exercícios em que os ativos serão revertidos. A avaliação dos ativos por imposto diferido é efetuada pela Empresa em cada data de relato considerando o desempenho futuro esperado.

4.4. Principais fontes de incerteza de estimativas

A gestão considera que as principais fontes de incerteza de estimativas que contêm um risco significativo de provocar ajustamentos materialmente relevantes nas quantias escrituradas de ativos e passivos no exercício seguinte são:

- Alteração das taxas de juro que servem de referência aos financiamentos obtidos;
- Expetativa de desfecho dos processos judiciais em curso;
- Taxas dos impostos sobre o rendimento aplicável aos ativos e passivos por imposto diferido.

Investimentos

5. Ativos fixos tangíveis

Políticas contabilísticas

Os ativos fixos tangíveis (incluindo os bens construídos em terrenos do domínio público) integrados à data de constituição da Empresa foram registados com base em avaliação patrimonial efetuada em 1999 por entidade independente. A avaliação abrangeu parte significativa dos bens integrados e reportou-se à data de 2 de dezembro de 1998, tendo sido utilizado o método do Valor em Uso Continuado (VUC). Estes ativos estão

escriturados pelo seu valor de avaliação deduzido das depreciações acumuladas e eventuais perdas por imparidade acumuladas.

Os ativos fixos tangíveis dos Silos de Leixões foram reconhecidos no património da APDL em 2007. Os bens foram avaliados por peritos externos independentes tendo sido utilizado o método do VUC.

Os ativos fixos tangíveis do porto de Viana do Castelo, integrados à data de constituição da APVC, foram registados com base em avaliação patrimonial efetuada por uma entidade independente. A avaliação abrangeu a generalidade dos bens integrados e reportou-se à data de 1 de janeiro de 2009, tendo sido utilizado o método do VUC.

No que se refere aos ativos fixos tangíveis da Via Navegável do Douro, integrados na APDL na sequência da publicação do Decreto-Lei n.º 83/2015, de 21 de maio, foram registados com base em avaliação patrimonial efetuada por uma entidade independente. A avaliação abrangeu a generalidade dos bens integrados e reportou-se à data de 1 de janeiro de 2015, tendo sido utilizado o método do VUC (ver Nota 23).

Os ativos fixos tangíveis adquiridos subsequentemente encontram-se valorizados pelo custo de aquisição deduzido das depreciações acumuladas e eventuais perdas por imparidade acumuladas.

O custo de aquisição inclui o preço de compra do ativo, os impostos não dedutíveis, despesas de transporte, de montagem e preparação do ativo até que se encontre em condições de utilização.

Os custos subsequentes incorridos que aumentem a vida útil, a capacidade ou melhorem o desempenho dos ativos são reconhecidos no custo do ativo.

Os encargos com as reparações e a manutenção de natureza corrente são registados como gastos do período em que ocorrem. As reparações periódicas obrigatórias que aumentam a utilidade económica dos ativos fixos tangíveis (equipamentos) são reconhecidas como itens de ativo fixo tangível e depreciados durante o período de duração das mesmas.

Os gastos de depreciação são calculados, sobre o valor de aquisição ou avaliado, pelo método das quotas constantes, em base duodecimal, a partir da data da sua entrada em funcionamento, utilizando de entre as taxas permitidas pela legislação fiscal em vigor (Decreto Regulamentar n.º 25/2009), as que permitam a depreciação do ativo, durante a sua vida útil estimada. Os bens objeto do processo de avaliação patrimonial acima referido são depreciados em função do período de vida útil atribuído naquele processo.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem às seguintes vidas úteis estimadas médias, em anos:

	Vida útil média
Edifícios e outras construções	20 – 80
Equipamento básico	5 – 15
Equipamento de transporte	4 – 8
Equipamento administrativo	4 – 8
Outras imobilizações corpóreas	4 – 10

Os terrenos não são objeto de depreciação.

Os valores residuais, as vidas úteis esperadas e os métodos de depreciação são revistos periodicamente e ajustados, se apropriado, à data do balanço, para que as depreciações praticadas estejam em conformidade com os padrões de consumo dos ativos. As alterações às vidas úteis são tratadas como uma alteração de estimativa contabilística e são aplicadas prospectivamente.

O abate ou alienação dos ativos fixos tangíveis gera rendimentos ou gastos que são o resultado da diferença entre o valor escriturado e o valor de realização. O valor de realização compreende a contrapartida recebida pela venda, troca de ativos ou indemnizações recebidas por sinistros. Os rendimentos ou gastos gerados são registados na demonstração dos resultados do período nas rubricas, respetivamente, *Outros rendimentos* ou *Outros gastos*.

5.1. Quantias escrituradas

Os *Ativos fixos tangíveis*, em 31 de dezembro de 2025 e 2024, tem a seguinte composição:

2025	Custo de aquisição	Depreciações acumuladas	Imparidades acumuladas	Quantia escriturada
Terrenos e recursos naturais	84.588.373	-	(422.939)	84.165.434
Edifícios e outras construções	723.466.786	(379.958.593)	(75.515.126)	267.993.067
Equipamento básico	43.835.560	(23.047.954)	(550.188)	20.237.418
Equipamento de transporte	825.058	(514.717)	-	310.341
Equipamento administrativo	10.197.808	(8.319.950)	(230.886)	1.646.972
Outros ativos fixos tangíveis	10.447.872	(6.421.460)	(959.463)	3.066.949
Ativos fixos tangíveis em curso	120.664.651	-	(3.628.824)	117.035.827
Total	994.026.108	(418.262.674)	(81.307.426)	494.456.008

2024	Custo de aquisição	Depreciações acumuladas	Imparidades acumuladas	Quantia escriturada
Terrenos e recursos naturais	84.588.373	-	(422.939)	84.165.434
Edifícios e outras construções	719.878.490	(362.501.837)	(77.590.820)	279.785.833
Equipamento básico	43.457.970	(22.449.607)	(241.390)	20.766.973
Equipamento de transporte	849.922	(473.040)	-	376.882
Equipamento administrativo	9.056.555	(7.617.119)	(183.209)	1.256.227
Outros ativos fixos tangíveis	9.988.730	(5.614.548)	(1.172.832)	3.201.350
Ativos fixos tangíveis em curso	102.618.485	-	(2.740.552)	99.877.933
Total	970.438.525	(398.656.151)	(82.351.742)	489.430.632

5.2. Movimentos no exercício

Os movimentos ocorridos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 foram como segue:

2025	Saldo inicial	Adições (vide 5.2.1)	Aliena- ções e abates	Transfe- rências e outros	Depre- ciações	Impari- dades (ver 5.2.2)	Saldo final
Terrenos e recursos nat.	84.165.434	-	-	-	-	-	84.165.434
Edifícios e outras const.	279.785.833	3.165.847	-	112.054	(18.160.304)	3.089.637	267.993.067
Equipamento básico	20.766.973	1.489.399	-	265.630	(2.207.999)	(76.585)	20.237.418
Equip. de transporte	376.882	9.276	-	-	(75.817)	-	310.341
Equip. administrativo	1.256.227	815.212	-	293.482	(721.454)	3.505	1.646.972
Outros ativos fixos tang.	3.201.350	249.056	(816)	210.927	(806.937)	213.369	3.066.949
Investimentos em curso	99.877.933	20.230.884	-	(887.380)	-	(2.185.610)	117.035.827
Total	489.430.632	25.959.674	(816)	(5.287)	(21.972.511)	1.044.316	494.456.008

2024	Saldo inicial	Adições	Aliena- ções e abates	Transfe- rências e outros	Depre- ciações	Impari- dades (ver 5.2.2)	Saldo final
Terrenos e recursos nat.	84.165.434	-	-	-	-	-	84.165.434
Edifícios e outras const.	284.267.466	2.991.766	(2.971.155)	11.324.704	(18.254.319)	2.427.371	279.785.833
Equipamento básico	22.306.538	286.651	-	141.959	(2.275.786)	307.611	20.766.973
Equip. de transporte	381.627	76.352	-	-	(81.097)	-	376.882
Equip. administrativo	1.554.688	381.866	-	18.864	(749.495)	50.304	1.256.227
Outros ativos fixos tang.	3.432.421	401.197	-	16.188	(708.866)	60.410	3.201.350
Investimentos em curso	81.278.293	24.524.046	(2.889.317)	(1.403.225)	-	(1.631.864)	99.877.933
Total	477.386.467	28.661.878	(5.860.472)	10.098.490	(22.069.563)	1.213.832	489.430.632

(i) Ver Nota 8 Imparidades dos investimentos.

5.2.1. Adições

As adições mais relevantes ocorridas em 2025 foram as seguintes:

Descrição	Montante
Cais da Doca 1 Norte e Rampa Ro/ro	7.559.225
Prolongamento do quebra-mar do Porto de Leixões	4.811.637
Pavimentos e Vias Portuárias	1.882.970
Defensas portuárias	1.470.249
Frota Naval	1.295.406
Porto Seco da Guarda	1.269.242
Balizagem da Via Navegável do Douro	1.039.358
Centro Inspetivo do Porto de Leixões	993.811
Ponte Móvel do Porto de Leixões	757.176
Outras adições de ativos fixos tangíveis	4.880.600
Total	25.959.674

A tabela seguinte apresenta a forma de realização das adições de ativos fixos tangíveis:

	2025	2024
Aquisições de bens e serviços	25.095.653	27.632.177
Trabalhos para a própria entidade (ver Nota 28.2)	434.222	435.812
Custos de financiamento (ver Nota 14.4)	429.799	593.889
Total	25.959.674	28.661.878

5.2.2. Perdas por imparidade

Determinados investimentos realizados em Viana do Castelo e na Via Navegável do Douro revelam-se necessários para garantir as condições mínimas de operacionalidade e segurança das respetivas infraestruturas e equipamentos, no cumprimento das competências atribuídas à empresa (Decreto-Lei n.º 335/98, de 3 de novembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 83/2015, de 21 de maio). De acordo com as regras contabilísticas, e para efeitos da determinação de eventuais perdas por imparidade, foram levados a cabo estudos com vista à determinação do valor do negócio destas unidades e, consequentemente, à necessidade de reconhecer perdas por imparidades sobre os ativos fixos tangíveis e ativos intangíveis ainda em curso (ver Nota 8).

5.3. Bens construídos em terrenos de domínio público

O ativo fixo tangível inclui itens construídos em terrenos do domínio público afeto à APDL. Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, as quantias escrituradas dos bens construídos em terrenos do domínio público, por unidade de negócio, eram as seguintes:

	2025	2024
Porto de Leixões (PL)	309.652.356	302.394.312
Porto de Viana do Castelo (PVC)	18.611.410	20.638.684
Terminal Ferroviário de Leixões (TFML)	1.825.316	427.987
Total	330.089.082	323.460.983

5.4. Compromissos contratuais assumidos

A APDL tinha em 31 de dezembro de 2025 assumido os seguintes compromissos contratuais para aquisição de ativos fixos tangíveis:

Descrição	Montante
Prolongamento do quebra-mar	11.712.397
OPS do Porto de Leixões	7.581.492
Doca 1 Norte	5.105.320
Centro Inspetivo Porto Leixões	4.115.191
Molhe Norte do Douro	3.462.060
Ponte Móvel do Porto de Leixões	2.594.278
Antiga Doca Comercial PVC	1.812.452
Outros compromissos	1.653.851
Total	38.037.041

6. Propriedades de investimento

Políticas contabilísticas

As propriedades de investimento, integradas à data de constituição da Empresa foram registadas com base em avaliação patrimonial efetuada em 1999 por entidade independente. A avaliação reportou-se à data de 2 de dezembro de 1998, tendo sido utilizado o método do VUC.

As depreciações são calculadas, sobre o valor de aquisição ou avaliado, pelo método das quotas constantes, em base duodecimal, a partir da data da sua entrada em funcionamento, utilizando de entre as taxas permitidas pela legislação fiscal em vigor (Decreto Regulamentar n.º 25/2009), as que permitam a depreciação da propriedade, durante a sua vida útil estimada. Os terrenos classificados nesta categoria não são sujeitos a depreciações.

As propriedades de investimento estão escrituradas de acordo com o modelo do custo, ou seja, pelo seu valor de avaliação deduzido das depreciações acumuladas e eventuais perdas por imparidade acumuladas. É convicção da Administração que a quantia escriturada das propriedades de investimento representa uma estimativa fiável do seu justo valor.

Os encargos com as reparações e a manutenção de natureza corrente são registados como gastos do período em que são incorridos. As intervenções que aumentam a utilidade económica das propriedades são depreciadas durante o período de duração das mesmas.

O abate ou alienação das propriedades de investimento gera ganhos ou perdas que são o resultado da diferença entre o valor escriturado e o valor de realização. O valor de realização compreende a contrapartida recebida pela venda, troca de ativos ou indemnizações recebidas por sinistros. Os rendimentos ou gastos gerados são registados na demonstração dos resultados do período nas rubricas, respetivamente, *Outros rendimentos* ou *Outros gastos*.

Os movimentos ocorridos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 foram como segue:

	2025	2024
Saldo inicial		
Custo de aquisição	783.216	11.111.216
Depreciações acumuladas	(105.373)	(330.832)
Quantia escriturada	677.843	10.780.384
Movimentos no período:		
Adições	1.289.000	-
Gastos de depreciação	(28.222)	(4.052)
	1.260.778	(10.102.541)
Transferência:		
Custo de aquisição	-	(10.328.000)
Depreciações acumuladas	-	229.511
Saldo final:	-	(10.098.489)
Custo de aquisição	2.072.216	783.216
Depreciações acumuladas	(133.595)	(105.373)
Quantia escriturada	1.938.621	677.843

Adições

Em abril de 2025 reverteram para a APDL dois edifícios situados no terrapleno de Cantareira e Sobreiras pelo término do contrato de concessão. Os edifícios foram sujeitos a avaliação realizada por peritos externos independentes.

7. Ativos intangíveis

Políticas contabilísticas

Os ativos intangíveis compreendem ativos adquiridos ou construídos por concessionários, licenças de utilização de aplicações informáticas, de projetos e programas de computador desenvolvidos internamente. As políticas contabilísticas aplicáveis são as seguintes:

1. Outros ativos intangíveis (exclui ativos adquiridos ou construídos por concessionários)

Os ativos intangíveis (exceto os apresentados no ponto seguinte) são registados pelo seu valor de aquisição, acrescido de todos os custos incorridos até à data da sua entrada em utilização. Os custos compreendem os serviços prestados por fornecedores, impostos não dedutíveis, custos com mão-de-obra interna e consumos de materiais.

O valor escriturado corresponde ao custo de aquisição menos as amortizações acumuladas e perdas por imparidade acumuladas.

Estes ativos são amortizados pelo método das quotas constantes, em duodécimos, durante um período de 3 a 6 anos.

Os custos com a manutenção dos ativos intangíveis são reconhecidos como gastos do período na rubrica *Fornecimentos e serviços externos*.

2. Ativos adquiridos ou construídos por concessionários de serviços públicos e de uso privativo, que revertam para a APDL no final dos respetivos contratos

As Administrações Portuárias (AP), sob a égide da APP acordaram em 20 de março de 2012 a política contabilística a aplicar no reconhecimento, registo, mensuração e divulgação dos bens adquiridos ou construídos pelos concessionários de serviço público e por concessionários de usos privativos de bens dominiais afetos à atividade portuária que revertam gratuitamente no final dos respetivos contratos. A decisão teve em consideração a ponderação entre o custo e o benefício e a adoção de critérios objetivos na preparação das demonstrações financeiras. Procurou-se a minimização de custos na identificação de ativos, na sua mensuração inicial e subsequente e, objetividade na aplicação de um único procedimento de política contabilística e seu contributo relevante para garantir a harmonização contabilística entre as AP. A política contabilística adotada é descrita nos parágrafos abaixo.

Reconhecimento

Para efeitos de reconhecimento e tendo em consideração a substância económica dos contratos de concessão em que a APDL beneficia de contrapartidas na concessão de um direito de prestação de serviço público ou de ocupação de um espaço dominial para a realização de atividade portuária, será incorporada no ativo intangível da APDL a quantia correspondente ao valor do direito aos bens a reverter, com a exceção das infraestruturas portuárias que serão incorporadas no ativo tangível da APDL. Consideram-se como infraestruturas portuárias os cais, terraplenos e molhes marítimos afetos diretamente à realização de operações portuárias.

O ativo deverá ser amortizado ou depreciado pelo período de vida útil económica estimado pela APDL, tendo em conta a afetação dos bens à atividade portuária por uma vida útil que não se esgota no horizonte da concessão. Os rendimentos serão reconhecidos numa base linear e anual, durante a vida útil do contrato até à data mais curta em que se estime que previsivelmente se virá a exercer o direito de reversão.

As quantias correspondentes à diferença entre os gastos de amortização ou depreciação do ativo e o rendimento do período, incluídos nos resultados líquidos anuais, serão transferidas, no período posterior para a conta de capital próprio *Reservas não distribuíveis – Concessões*.

No momento do exercício contratual da reversão, haverá lugar ao desreconhecimento do ativo intangível seguido do reconhecimento no ativo fixo tangível dos bens revertidos. O ativo tangível será depreciado por continuidade do período de vida útil económica estimado pela APDL. O saldo respetivo da conta *Reservas não distribuíveis – Concessões* será transferido para a conta *Outras variações no capital próprio – Concessões*.

Mensuração

A mensuração inicial será realizada pelo montante suportado pelo concessionário com a aquisição ou construção do ativo em causa. Este custo real do concessionário será obtido com base em informação contabilística a fornecer pelo concessionário. Eventuais custos adicionais ao longo da concessão serão incorporados nos períodos da sua realização.

Notas adicionais

Os contratos de concessão de serviço público poderão incluir cláusulas específicas sobre a reversão de bens e investimentos realizados nos últimos anos do período de concessão que impliquem o não reconhecimento de ativos nas contas da concedente. Exemplificando, as concessões de serviço público que impliquem o pagamento de indemnizações à concessionária pelos investimentos realizados nos últimos 10 anos do contrato.

No caso específico dos contratos de concessão de usos privativos de bens dominiais não afetos à atividade portuária, que revertam gratuitamente no final dos respetivos contratos, o reconhecimento do ativo será realizado apenas no final do contrato, utilizando-se a subconta apropriada da conta 432 – *Edifícios e outras construções* por contrapartida da conta *Outros rendimentos*.

Proceder-se-á ao reconhecimento de passivo por imposto diferido, tendo em consideração a diferença temporária entre o apuramento anual de resultado e a tributação que ocorre no momento da realização efetiva da reversão dos bens. O apuramento anual de resultado decorre da aplicação do justo valor, ainda que baseado nos custos incorridos pelos concessionários, pelo que considerando o n.º 9 do art.º 18.º do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC) a sua concorrência para a formação do lucro tributável ocorre no período de tributação em que o direito de reversão é exercido. Assim, a tributação em sede de IRC ocorrerá no ano da realização da reversão, ou seja, no final do contrato de concessão.

7.1. Quantias escrituradas

As quantias escrituradas em 31 de dezembro de 2025 e 2024 eram como segue:

2025	Custo de aquisição	Amortizações acumuladas	Imparidades acumuladas	Quantia escriturada
Projetos de desenvolvimento	3.794.381	(3.370.609)	-	423.772
Programas de computador	21.494.734	(18.920.260)	(113.269)	2.461.205
Propriedade industrial	87.259	(87.259)	-	-
Ativos das concessões	99.860.862	(38.551.814)	-	61.309.048
Investimentos em curso	480.857	-	-	480.857
Quantia escriturada	125.718.093	(60.929.942)	(113.269)	64.674.882

2024	Custo de aquisição	Amortizações acumuladas	Imparidades acumuladas	Quantia escriturada
Projetos de desenvolvimento	3.794.381	(3.229.352)	-	565.029
Programas de computador	20.421.939	(17.520.438)	(249.152)	2.652.349
Propriedade industrial	87.259	(87.259)	-	-
Ativos das concessões	100.160.862	(34.998.947)	-	65.161.915
Investimentos em curso	178.194	-	-	178.194
Quantia escriturada	124.642.635	(55.835.996)	(249.152)	68.557.487

7.2. Movimentos no exercício

2025	Saldo inicial	Adições (ver 7.2.1)	Abates	Transfe-rências	Amorti-zações	Impari-dades (i)	Total
Proj. de desenvolvim.	565.029	-	-	-	(141.257)	-	423.772
Prog. de computador	2.652.348	1.067.508	-	5.287	(1.399.821)	135.883	2.461.205
Propriedade industrial	-	-	-	-	-	-	-
Ativos concessões	65.161.915	-	(185.000)	-	(3.667.867)	-	61.309.048
Intangíveis em curso	178.194	302.663	-	-	-	-	480.857
Total	68.557.486	1.370.171	(185.000)	5.287	(5.208.945)	135.883	64.674.882

2024	Saldo inicial	Adições	Abates	Transfe-rências	Amorti-zações	Impari-dades (i)	Total
Proj. de desenvolvim	812.802	-	-	-	(247.773)	-	565.029
Prog. de computador	1.220.039	1.133.167	-	1.220.522	(1.385.897)	464.518	2.652.349
Propriedade industrial	619	-	-	-	(619)	-	-
Ativos concessões	71.325.444	-	(2.399.874)	-	(3.763.655)	-	65.161.915
Intangíveis em curso	1.238.852	163.610	(3.746)	(1.220.522)	-	-	178.194
Total	74.597.756	1.296.777	(2.403.620)	-	(5.397.944)	464.518	68.557.487

(i) Ver Nota 8 Imparidades dos investimentos.

7.2.1. Adições

As adições na rubrica Programas de computador referem-se a licenciamentos e a desenvolvimentos das aplicações informáticas da APDL.

As adições incluem o montante de 230.636 euros relativos a trabalhos para a própria entidade (ver Nota 28.2).

8. Imparidades dos investimentos

Políticas contabilísticas

À data de cada relato, e sempre que seja identificado um evento ou alteração nas circunstâncias que indiquem que a quantia pela qual o ativo ou a unidade geradora de

caixa se encontra reconhecido no balanço não seja recuperável, é estimada a quantia recuperável do ativo.

Caso a quantia pela qual o ativo se encontra escriturado seja superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade registada na demonstração dos resultados numa das seguintes rubricas:

- Imparidade de investimentos não depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões).
- Imparidade de investimentos depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões).

Os investimentos não depreciáveis são os terrenos e os investimentos em curso.

O valor recuperável é o maior entre o justo valor do ativo deduzido dos custos de venda e o seu valor de uso. Para a determinação da existência de imparidade, os ativos são alocados ao nível mais baixo para o qual existem fluxos de caixa separados identificáveis (unidades geradoras de caixa).

Os fluxos de caixa futuros são estimados para o ativo na condição corrente pelo que não consideram quaisquer entradas ou saídas de caixa resultantes de:

- i. Reestruturação futuras com a qual a Empresa ainda não se comprometeu;
- ii. Aumentos ou melhorias no desempenho do ativo.

As estimativas dos fluxos de caixa futuro não incluem quaisquer fluxos provenientes das atividades de funcionamento e de recebimentos ou pagamentos de impostos sobre o rendimento.

As reversões das perdas por imparidade reconhecidas em exercícios anteriores são registadas quando:

- i. se conclui que as perdas por imparidade reconhecidas anteriormente já não existem ou diminuíram;
- ii. de acordo com as depreciações ou amortizações praticadas sobre os itens do ativo em imparidade;

A reversão das perdas por imparidade é reconhecida na demonstração de resultados nas rubricas acima referidas e é efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida das amortizações ou depreciações acumuladas) caso a perda por imparidade não tivesse sido registada em exercícios anteriores.

Relativamente à estimativa da quantia recuperável dos ativos de investimento, deve ter-se em consideração as seguintes condições:

- i. as atividades desenvolvidas nas unidades geradoras de caixa (UGC), Porto de Viana do Castelo (PVC) e Via Navegável do Douro (VND) tem natureza de serviço público; e,
- ii. a maioria dos edifícios, infraestruturas, equipamentos e instalações foram construídos ou estão implantados em terrenos do domínio público e como tal não podem ser transacionados;

O valor recuperável dos itens de investimento com as qualidades acima descritas corresponde ao seu valor de uso. O valor de uso é a quantia descontada dos fluxos de caixa futuros que serão gerados pelo ativo durante a sua vida útil residual esperada.

A UGC PVC é constituída por todos os ativos afetos ao porto de Viana do Castelo, exceto aqueles afetos à concessão West-Sea. A UGC VND é constituída pelos ativos afetos à gestão e operação da Via Navegável do Douro, construídos ou instalados em propriedades da Empresa ou na área de jurisdição referida na Nota 1.1.

Pelo facto dos estudos levados a cabo com vista à determinação do valor do negócio e, consequentemente, da imparidade a reconhecer sobre os ativos fixos tangíveis e ativos intangíveis em uso por estas UGC ter levado em consideração:

- i. os investimentos em curso e a realizar a médio prazo, e;
- ii. que a realização de tais investimentos apenas será possível caso os mesmos venham a ser financiados por subsídios não reembolsáveis;
- iii. os investimentos realizados nestas duas unidades de negócio revelam-se necessários para garantir as condições mínimas de operacionalidade e segurança das respetivas infraestruturas e equipamentos, no cumprimento das competências atribuídas à empresa (Decreto-Lei n.º 335/98, de 3 de novembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 83/2015, de 21 de maio).

a perda por imparidade encontra-se, também, a ser imputada aos ativos fixos tangíveis e intangíveis que na data de relato financeiro se encontram em curso.

8.1. Pressupostos das estimativas

Em 31 de dezembro de 2019, a APDL estimou a quantia recuperável dos ativos de investimento afetos às UGC, PVC e VND, com recurso a peritos externos independentes. As estimativas das quantias recuperáveis com referência a 31 de dezembro de 2025 foram realizadas internamente, sendo que os resultados obtidos apresentam fluxos de caixa futuros negativos e a gestão da Empresa entendeu que não ocorreram factos que provocassem qualquer melhoria relevante na atividade das UGC;

As estimativas realizadas com referência a 31 de dezembro de 2025 e 2024, assentaram nos seguintes pressupostos:

	2025	2024
Taxas de crescimento:		
PVC	0,01%	0,01%
VND	2,89%	2,89%
Taxa de inflação	2,03%	2,10%
Fator de crescimento para a perpetuidade	1,20%	1,20%
Custo médio ponderado do capital (WACC)	3,85%	3,89%

A quantia escriturada dos ativos afetos às UGC corresponde ao justo valor deduzido dos custos de venda, baseados em transações recentes, pelo facto do resultado de avaliação dos fluxos de caixa futuros ser inferior. Assim, a imparidade não é imputada aos ativos

cuja quantia recuperável é assente no seu justo valor. Estes ativos são terrenos e edifícios implantados em terrenos de domínio privado, viaturas automóveis e embarcações.

8.2. Movimentos no exercício

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 os movimentos relativos às perdas por imparidade dos ativos de investimento do Porto de Viana do Castelo e da Via Navegável do Douro, apresentados na demonstração de resultados por naturezas, foram os seguintes:

2025	Ativos fixos tangíveis	Ativos intangíveis	Total
Investimentos não depreciáveis:			
Reforço	2.185.610	-	2.185.610
Reversão	-	-	-
Soma (A)	2.185.610	-	2.185.610
Investimentos depreciáveis:			
Reforço	955.424	13.075	968.499
Reversão	(4.185.350)	(148.958)	(4.334.308)
Soma (B)	(3.229.926)	(135.883)	(3.365.809)
Total (A+B)	(1.044.316)	(135.883)	(1.180.199)

2024	Ativos fixos tangíveis	Ativos intangíveis	Total
Investimentos não depreciáveis:			
Reforço	1.631.864	-	1.631.864
Reversão	-	-	-
Soma (A)	1.631.864	-	1.631.864
Investimentos depreciáveis:			
Reforço	1.529.277	46.683	1.575.960
Reversão	(4.374.973)	(511.201)	(4.886.174)
Soma (B)	(2.845.696)	(464.518)	(3.310.214)
Total (A+B)	(1.213.832)	(464.518)	(1.678.350)

As perdas por imparidade por unidade geradora de caixa são as seguintes:

	PVC	VND	Total
Em 1 de janeiro de 2024	38.901.085	45.378.159	84.279.244
Movimentos:			
Reforço	1.095.303	2.112.521	3.207.824
Reversão	(2.353.898)	(2.532.276)	(4.886.174)
	(1.258.595)	(419.755)	(1.678.350)
Em 31 de dezembro de 2024	37.642.490	44.958.404	82.600.894
Movimentos:			
Reforço	1.339.923	1.814.186	3.154.109
Reversão	(2.114.648)	(2.219.660)	(4.334.308)
	(774.725)	(405.474)	(1.180.199)
Em 31 de dezembro de 2025	36.867.765	44.552.930	81.420.695

Ativos e passivos financeiros

9. Outros investimentos financeiros

Políticas contabilísticas

A rubrica é constituída por ativos financeiros mensurados ao justo valor através de resultados (ver Nota 4.2.3).

O detalhe das quantias escrituradas em 31 de dezembro de 2025 e 2024 e dos movimentos ocorridos nos períodos é o seguinte:

	2025	2024
Saldo inicial	42.980	43.987
Transferência para ativo corrente	(44.200)	-
Aumentos/ (reduções) de justo valor	1.220	(1.007)
Saldo final	-	42.980

A quantia escriturada respeita na globalidade à participação no Fundo de Compensação do Trabalho (FCT) e foi transferida para a rubrica do balanço Caixa e depósitos bancários pelo facto do mesmo se extinguir em 31 de dezembro de 2026

O FCT é um fundo autónomo dotado de personalidade jurídica e foi instituído pelo Decreto-Lei n.º 70/2013, de 30 de agosto. As entregas obrigatórias para o fundo terminaram em abril de 2023. O DL 115/2023, de 15 de dezembro, alterou profundamente o regime jurídico, a sua natureza e finalidades.

A quantia escriturada é estimada de acordo com o valor unitário das unidades de participação em 31 de dezembro de cada exercício.

10. Caixa e equivalentes de caixa

Políticas contabilísticas

O caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos à ordem, os depósitos a prazo e os títulos negociáveis com elevada liquidez. São considerados de elevada liquidez os depósitos e títulos que possam ser liquidados até três meses. Os descobertos bancários são reconhecidos na rubrica do passivo Financiamentos obtidos e são considerados na elaboração da demonstração dos fluxos de caixa, como caixa e equivalentes de caixa.

- **Caixa**

Compreende as notas, moedas e cheques não depositados. Os valores em moeda estrangeira são valorizados pela cotação no último dia útil do ano. A diferença, positiva ou negativa é reconhecida nos resultados do período.

- **Depósitos a prazo**

Os depósitos a prazo nesta rubrica são mobilizáveis num prazo inferior a três meses. Os juros auferidos são reconhecidos como rendimento do período a que se refere independentemente do seu recebimento posterior.

10.1. Quantias reconhecidas em caixa e depósitos bancários

O Caixa e equivalentes de caixa apresenta o seguinte detalhe em 31 de dezembro de 2025 e 2024:

Descrição	2025	2024
Caixa:		
Numerário	5.095	7.086
Depósitos bancários:		
Depósitos à ordem	4.971.912	4.423.080
Depósitos a prazo	17.500.524	24.350.796
Ativos financeiros	44.200	-
Total	22.521.731	28.780.962

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a totalidade dos excedentes de tesouraria da Empresa, estavam aplicados em Certificados Especiais de Dívida de Curto Prazo (CEDIC), com maturidades até 12 meses. Os mesmos são apresentados na demonstração dos fluxos de caixa como um equivalente de caixa pelo facto de poderem ser desmobilizados num período inferior a três meses.

A rubrica Ativos financeiros é constituído pelas unidades de participação do FCT- Fundo de Compensação do Trabalho que foi transferido do ativo não corrente (vide Nota 9).

10.2. Juros obtidos dos excedentes de tesouraria

Os juros dos excedentes de tesouraria nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 foram como segue:

	2025	2024
Juros de depósitos a prazo	389.217	406.462
Total	389.217	406.462

11. Clientes e outros créditos a receber

Políticas contabilísticas

As rubricas do balanço, *Clientes* e *Outros créditos a receber* são constituídas por ativos financeiros (ver Nota 4.2.3) reconhecidos ao custo amortizado deduzido de quaisquer perdas por imparidade. O custo amortizado destes ativos não difere do seu valor nominal.

As perdas por imparidade identificadas são registadas na demonstração dos resultados na rubrica *Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)*, sendo subsequentemente revertidas na mesma rubrica, caso os indicadores de imparidade diminuam ou desapareçam.

11.1. Clientes

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a rubrica *Clientes* tem a seguinte composição:

	2025	2024
Clientes conta corrente	6.721.920	5.079.683
Clientes de cobrança duvidosa	6.282.173	6.382.294
Perdas por imparidade acumuladas (ver Nota 12)	(6.282.177)	(6.441.783)
Quantia escriturada	6.721.916	5.020.194

As dívidas de clientes são constituídas pelo valor das vendas e serviços prestados, impostos (IVA) e quantias devidas a outras entidades portuárias (Entidades FUP, ver Nota 16.2). São mensuradas ao custo amortizado deduzido das perdas por imparidade. As perdas por imparidade (ver Nota 12) são reconhecidas, sempre que exista evidência objetiva de que as mesmas não são recuperáveis conforme os termos iniciais da transação.

11.2. Outros créditos a receber

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a composição da rubrica *Outros créditos a receber*, é como segue:

	Notas	2025	2024
Pessoal:			
Adiantamentos ao pessoal	(1)	32.276	41.805
Beneficiários das Obras Sociais	(2)	199.872	220.453
	1	232.148	262.258
Devedores diversos:			
Subsídios a receber (ver Nota 27.3)		623.712	932.963
Cauções a terceiros		28.442	28.442
Outros devedores diversos	(3)	424.420	581.973
	2	1.163.561	1.543.378
Devedores por acréscimos de rendimentos:			
Prestações de serviços	(4)	2.068.288	2.174.043
Outros acréscimos		20.074	20.073
	3	2.088.362	2.194.116
Perdas por imparidade (ver Nota 12)	4	(339.743)	(339.177)
Total = 1+2+3+4		3.144.328	3.660.575

(1) Adiantamentos ao pessoal

As dívidas do pessoal referem-se à venda de refeições da cantina aos colaboradores e a adiantamentos para despesas em deslocações.

(2) Beneficiários das Obras Sociais

As dívidas dos beneficiários das Obras Sociais são relativas à parte das despesas não comparticipadas pelas prestações de serviços médicos e pela aquisição de medicamentos cujo custo é suportado pela APDL e posteriormente debitado aos beneficiários.

(3) Outros devedores diversos

Inclui a quantia de 285.943 euros relativa a despesas debitadas à Alfândega do Porto, relacionadas com a Cimeira Ibero – Americana realizada em 2004. Pelo facto de se considerar improvável a recuperação deste montante, encontra-se reconhecida uma perda por imparidade de igual montante.

(4) Prestações de serviços

Serviços prestados no exercício cuja faturação foi emitida no exercício posterior.

12. Perdas por imparidade em ativos financeiros

Os movimentos das perdas por imparidade em ativos financeiros ocorridos durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 foram como segue:

2025	Clientes	Outros devedores	Total
Em 1 de janeiro de 2025	6.441.783	339.177	6.780.960
Utilizações	-	-	-
Gastos e rendimentos:			
Constituições e reforços	27.450	566	28.016
Reversões	(187.056)	-	(187.056)
Desreconhecimento	-	-	-
Em 31 de dezembro de 2025	6.282.177	339.743	6.621.920

2024	Clientes	Outros devedores	Total
Em 1 de janeiro de 2024	6.632.899	332.312	6.965.211
Utilizações	-	-	-
Gastos e rendimentos:			
Constituições e reforços	69.145	6.865	76.010
Reversões	-	-	-
Em 31 de dezembro de 2024	6.441.783	339.177	6.780.960

12.1. Perdas por imparidade de clientes

As perdas por imparidade acumuladas incluem 5,9 milhões de euros relativo às rendas debitadas à entidade que foi concessionária do Cais de Gaia.

12.2. Perdas por imparidade de outros devedores

As perdas por imparidade relativas a outros créditos a receber referem-se a:

- Dívidas dos beneficiários das Obras Sociais, e;
- Despesas debitadas à Alfândega do Porto relacionadas com a Cimeira Ibero Americana realizada em 2004.

13. Fornecedores e outras dívidas a pagar

Políticas contabilísticas

As rubricas do balanço *Fornecedores* e *Outras dívidas a pagar* são constituídas por passivos financeiros (ver Nota 4.2.3) reconhecidos ao custo amortizado.

13.1. Fornecedores

O detalhe da rubrica *Fornecedores*, em 31 de dezembro de 2025 e 2024, era o seguinte:

	2025	2024
Fornecedores – conta corrente	2.127.895	3.355.974
Faturas em receção e conferência	616.084	-
Total	2.743.979	3.355.974

13.2. Outras dívidas a pagar

As *Outras dívidas a pagar*, em 31 de dezembro de 2025 e 2024, apresentam o seguinte detalhe:

	No- tas	2025		2024	
		Corrente	Não corrente	Corrente	Não corrente
Fornecedores de investimentos		2.990.371	-	3.422.924	-
Acionista	(1)	2.451.835	-	2.451.835	190.000
Outras dívidas a pagar		74.410	-	84.385	-
Acréscimos de gastos	(2)	11.582.943	-	10.891.392	-
Subsídios ao investimento (ver Nota 26.4)		1.453.484	20.703.123	1.670.503	21.892.453
Cauções e retenções de garantias		1.327.760	-	1.399.442	-
Total		19.880.803	20.703.123	19.920.481	22.082.453

(1) Acionista

Dívida ao acionista relativa aos seguintes dividendos a pagar:

- 190.000 euros relativos ao dividendo do exercício de 2020 com pagamento faseado até julho de 2026;
- Dividendo relativo ao exercício de 2022 no montante de 2.261.835 euros.

(2) Acréscimos de gastos

		2025	2024
Remunerações e encargos sociais	(i)	2.360.022	2.182.475
Comparticipação p/ entidade reguladora	(ii)	8.125.962	7.402.843
Gastos de financiamento		172.384	212.166
Manutenção das eclusas		500.655	426.863
Água, eletricidade, gás		216.382	272.841
Impostos		117.871	90.500
Outros acréscimos de gastos		89.667	303.704
Total		11.582.943	10.891.392

(i) Remunerações e encargos sociais

Estimativa dos gastos relativos ao direito ao subsídio de férias, aos dias de férias e aos respetivos encargos sociais obrigatórios, adquiridos pelos trabalhadores em 31 de dezembro de 2025 e 2024, cujo pagamento ocorrerá em janeiro do ano seguinte.

(ii) Comparticipação para a entidade reguladora

Refere-se à comparticipação estimada de 2% das receitas de exploração portuárias, excluindo a receita do serviço de pilotagem. Trata-se da estimativa da quantia devida à AMT, em conformidade com o disposto no Decreto-Lei n.º 78/2014, de 14 de maio. A APDL não efetuou o pagamento pelo facto de não terem sido publicados os despachos conjuntos que definem a taxa de comparticipação para os exercícios de 2017 a 2025.

14. Financiamentos obtidos

Políticas contabilísticas

Os financiamentos obtidos são inicialmente reconhecidos ao justo valor, líquido de custos de transação e de montagem incorridos. Os financiamentos obtidos são classificados no passivo corrente, exceto se a Empresa possuir um direito incondicional de diferir o pagamento do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço, sendo neste caso classificados no passivo não corrente.

Os custos com juros e outros encargos com financiamentos diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo, são considerados como parte do custo desse ativo. Outros custos de financiamento são reconhecidos na rubrica *Juros e gastos similares suportados* da demonstração dos resultados por naturezas.

14.1. Empréstimos bancários

Os empréstimos bancários em 31 de dezembro de 2025 e 2024, apresentam o seguinte detalhe:

		2025		2024	
		Corrente	Não corrente	Corrente	Não corrente
Banco Europeu de Investimento 1	(1)	1.400.000	7.280.000	1.320.000	8.680.000
Banco Europeu de Investimento 2	(2)	-	12.500.000	-	12.500.000
Empréstimo BPI 1	(3)	-	-	2.187.500	10.937.500
Empréstimo BPI 2	(3)	2.083.333	32.291.667	2.083.333	34.375.000
Total		3.483.333	52.071.667	5.590.833	66.492.500

(1) Financiamento BEI 1

Financiamento obtido junto do Banco Europeu de Investimento (BEI), no montante de 20 milhões de euros que se encontra a ser amortizado semestralmente até maio de 2031. O financiamento está coberto por aval do Estado.

(2) Financiamento BEI 2

Financiamento obtido junto do Banco Europeu de Investimento (BEI), no montante de 12,5 milhões de euros para financiamento do investimento Prolongamento do quebra-mar do Porto de Leixões. O empréstimo iniciará a sua amortização em 2028 e terminará em 2043. A taxa de juro é fixa até 2028, ano em que será revista. O financiamento está coberto por aval do Estado.

(3) Financiamentos BPI

Em 2022, a APDL contratou dois empréstimos junto do BPI, num montante global de 55 milhões de euros. O primeiro, de 17,5 milhões de euros, apresentava uma taxa indexada à Euribor a 6 meses e maturidade até 2030; o segundo, de 37,5 milhões de euros, indexado à Euribor a 12 meses, previa amortização até 2043. No entanto, em 2025, a APDL optou por liquidar antecipadamente o valor restante do empréstimo de valor inicial de 17,5 milhões de euros.

Os empréstimos obtidos destinam-se ao financiamento do investimento da ação Melhoria das Acessibilidades Marítimas ao Porto de Leixões, no âmbito da candidatura comunitária “Action Number 2017-PT_TM-0134-W Improvement of the Maritime Accessibilities to the Port of Leixões”.

14.2. Movimentos no período

Os movimentos ocorridos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 foram como segue:

	2025	2024
Saldo inicial	72.083.333	76.552.500
Recebimentos	-	-
Amortizações de capital	(16.528.333)	(4.469.167)
Saldo final	55.555.000	72.083.333

14.3. Perfil de amortização dos financiamentos

O plano de amortização dos financiamentos em 31 de dezembro de 2025 é o seguinte:

	2025
2026	3.483.333
2027	3.563.333
2028	4.424.583
2029	4.504.583
2030	4.584.583
2031 e seguintes	34.994.585
	55.555.000

14.4. Custos de financiamento

Os custos de financiamento incorridos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 foram os seguintes

	Notas	2025	2024
Juros de financiamentos obtidos		2.140.034	2.983.417
Comissões bancárias		7.500	7.500
Comissão sobre o aval do Estado	(i)	44.140	46.673
Total dos custos de financiamento		2.191.674	3.037.590
Custos capitalizados	(ii)	(547.793)	(593.889)
Gastos de financiamento	(iii)	1.643.881	2.443.701

(i) Comissão sobre o aval do Estado

Custos com o aval do Estado Português aos financiamentos do BEI (0,2% sobre o montante do capital em dívida).

(ii) Custos capitalizados

Os custos de financiamento são capitalizados no investimento em curso Prolongamento do quebra-mar (ver Nota 5.2.1).

(iii) Gastos de financiamento

Os gastos de financiamento reconhecidos no exercício referem-se aos juros suportados relativos aos montantes de financiamento utilizados no investimento Acessibilidades ao Porto de Leixões com início de utilização em janeiro de 2023.

14.5. Taxa de capitalização dos custos de financiamento

O custo médio do financiamento capitalizado nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 foi o seguinte:

	2025	2024
Custo médio do financiamento capitalizado	3,40%	3,64%

Outros ativos e passivos

15. Inventários

Políticas contabilísticas

Os inventários são constituídos pelos materiais ou consumíveis aplicados nas prestações de serviços e nas atividades internas de manutenção e conservação. São reconhecidas inicialmente ao custo de aquisição, o qual inclui todas as despesas suportadas com a compra, transportes e impostos não dedutíveis.

O valor escriturado é o mais baixo entre o custo de aquisição e o valor realizável líquido. Se o valor realizável líquido for inferior ao valor escriturado então o valor dos materiais será ajustado pelo reconhecimento de gastos na rubrica *Imparidade de inventários (perdas/reversões)* da demonstração dos resultados. O ajustamento será revertido se se deixar de verificar as circunstâncias que determinaram esse ajustamento.

Os consumos de materiais são determinados com base no método do custo médio ponderado.

15.1. Quantias escrituradas

As quantias escrituradas em 31 de dezembro de 2025 e 2024 eram as seguintes:

	2025	2024
Mercadorias	51.825	59.344
Matérias subsidiárias e de consumo	864.931	808.611
	916.756	867.955

15.2. Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas

Os gastos com inventários reconhecidos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 foram como segue:

2025	Merca- dorias	Matérias subsidiárias e outras	Totais
Em 1 de janeiro de 2025	59.344	808.611	867.955
Compras	3.840.048	674.997	4.515.045
Regularizações:			
Perdas	-	(15.074)	(15.074)
Ganhos	-	2.180	2.180
Em 31 de dezembro de 2025	(51.825)	(864.931)	(916.756)
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	3.847.567	605.783	4.453.350

2024	Merca- dorias	Matérias subsidiárias e outras	Totais
Em 1 de janeiro de 2024	115.396	816.820	932.216
Compras	1.193.540	594.035	1.787.575
Em 31 de dezembro de 2024	(59.344)	(808.611)	(867.955)
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	1.249.592	602.244	1.851.836

16. Estado e outros entes públicos

16.1. Ativos

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, os créditos a receber do *Estado e outros entes públicos* eram os seguintes:

	2025	2024
Imposto sobre o rendimento (ver Nota 20.6)	91.232	1.555.992
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	65.389	16.509
Total	156.621	1.572.501

16.2. Passivos

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, as dívidas a pagar ao *Estado e outros entes públicos* eram as seguintes:

	Notas	2025	2024
Impostos sobre o rendimento (ver Nota 20.6)		1.254.492	-
Retenção de impostos sobre o rendimento	(i)	322.056	326.858
Imposto sobre o valor acrescentado (IVA)	(ii)	114.637	752.117
Contribuições sociais (CGA, ADSE, Segurança Social)	(iii)	433.671	426.304
Comparticipação financeira para a DGRM	(iv)	134.785	130.501
Entidades FUP	(v)	452.690	264.671
Total		2.712.331	1.900.451

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a APDL não tinha quaisquer dívidas em situação de mora com o Estado e outros entes públicos.

(i) Retenção de impostos sobre o rendimento

Montantes das retenções na fonte feitas sobre os pagamentos de rendimentos efetuados no mês de dezembro de 2025 e 2024.

(ii) Imposto sobre o valor acrescentado (IVA)

A APDL é um sujeito passivo de IVA no regime da afetação real e regime de tributação normal mensal. A Empresa liquida imposto sobre a generalidade das suas transmissões de bens e prestações de serviços, exceto sobre as operações isentas de acordo com o artigo 14.º do CIVA (Isenções nas exportações, operações assimiladas e transportes internacionais).

(iii) Contribuições sociais

Encargos sociais suportados pela Empresa e encargos retidos aos trabalhadores relativos ao último mês do exercício a entregar às seguintes entidades: CGA, ADSE e Segurança Social.

(iv) Participação financeira para a DGRM

Refere-se à taxa de 5% sobre as receitas de exploração portuária reconhecidas na conta 72 Prestações de Serviços (excluindo a receita do serviço de pilotagem). As quantias apuradas são devidas às seguintes entidades:

- Autoridade da Mobilidade e dos Transportes (AMT): taxa máxima de 2%. A taxa é fixada anualmente por despacho dos membros do Governo responsáveis;
- Direção-Geral de Recursos Naturais, Segurança e Serviços Marítimos (DGRM), na percentagem de 3%, de acordo com o artigo 7.º da Portaria n.º 342/2015, de 12 de outubro.

As quantias em dívida em 31 de dezembro de 2025 e 2024 respeitam apenas à DGRM atendendo ao facto de ainda não terem sido publicados os despachos conjuntos que definem as taxas de participação a favor da AMT para os exercícios de 2017 a 2025.

(v) Entidades FUP

A Resolução do Conselho de Ministros n.º 12/2016, de 16 de março, determinou a criação da Fatura Única Portuária (FUP) como o sistema que agrega a faturação de todas as entidades públicas, nomeadamente a Autoridade Marítima, a Autoridade Aduaneira, a Autoridade Sanitária e o Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, prestadoras de serviços aos navios no ato de despacho de largada, para cada escala de navio.

A FUP entrou em vigor em 1 de janeiro de 2017 sendo emitida pela Autoridade Portuária e integra as quantias cobradas pelas referidas entidades. Os montantes faturados em nome e por conta das outras entidades são registados na rubrica do balanço *Estado e outros entes públicos*, sendo entregues após a cobrança da fatura ao cliente.

17. Diferimentos

17.1. Ativos

Os diferimentos no ativo referem-se aos gastos a reconhecer no exercício posterior relativos a contratos de manutenção de equipamentos ou sistemas informáticos e a prémios de seguros, cujos períodos de prestação dos serviços ou período coberto ainda não ocorreram.

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a rubrica *Diferimentos* do ativo apresenta o seguinte detalhe:

	Notas	2025	2024
Acessos rodoviários ao PVC	(i)	1.667.075	1.762.171
Scanner (AT)	(ii)	266.160	319.392
JUL – Apoio e manutenção		145.636	393.995
Comissão BEI		43.125	50.625
Outros gastos diferidos		944.993	148.448
Total		3.066.989	2.674.631

(i) Acessos rodoviários ao PVC

Quantia relativa à comparticipação da APDL para a construção dos acessos rodoviários ao Porto de Viana do Castelo a reconhecer nos gastos pelo período residual de 16 anos.

(ii) Scanner (AT)

Comparticipação da APDL na aquisição de um scanner para a Autoridade Tributária e Aduaneira (AT), adquirido em 2020, a funcionar no Porto de Leixões cujo custo será reconhecido nos gastos durante o seu período de utilização esperado (10 anos). A aquisição de um *scanner* para o Porto de Leixões resulta de um protocolo celebrado entre a APDL e a AT. De acordo com este protocolo, a APDL comparticipa a aquisição deste equipamento que funcionará exclusivamente no Porto de Leixões e é imprescindível para a realização da atividade portuária.

17.2. Passivos

Os diferimentos no passivo referem-se aos rendimentos a reconhecer no exercício posterior relativo a rendas faturadas antecipadamente e aos rendimentos relativos aos ativos das concessões que revertem gratuitamente para a Empresa no final dos contratos de concessão.

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, o detalhe dos *Diferimentos* do passivo era o seguinte:

	Notas	2025		2024	
		Corrente	Não corrente	Corrente	Não corrente
Rendas antecipadas		509.199	-	588.889	-
Ativos das concessões:	17.2.1	7.984.723	26.158.803	7.984.723	34.298.733
		8.493.922	26.158.803	8.573.612	34.298.733

17.2.1. Rendimentos dos ativos das concessões

Os rendimentos dos ativos das concessões (vide Nota 7) são reconhecidos numa base linear e anual, durante a vida útil do contrato até à data mais próxima em que se estime que previsivelmente se virá a exercer o direito de reversão.

Os movimentos ocorridos nos exercícios findos 31 de dezembro de 2025 e 2024 foram como segue:

	2025	2024
Saldo inicial	42.283.456	51.801.003
Adições	-	-
Desreconhecimento	(184.999)	(1.490.370)
Imputação a rendimentos (ver Nota 27.1)	(7.954.931)	(8.027.177)
Saldo final	34.143.526	42.283.456

O desreconhecimento é relativo ao desmantelamento e abate de guindastes que foi devidamente autorizado pela APDL.

18. Provisões e passivos contingentes

Políticas contabilísticas

As provisões são reconhecidas quando a Empresa tem uma obrigação presente (compromisso legal, contratual ou decorrente de uma decisão formal da gestão) resultante de eventos passados e que seja provável que, para a resolução dessa obrigação, ocorra uma saída de recursos e a quantia da obrigação possa ser estimada com razoável fiabilidade.

A provisão é mensurada pelo valor presente e é atualizada de acordo com a taxa de desconto aplicável. O aumento da provisão decorrente da passagem do tempo é reconhecido na demonstração dos resultados.

Se o motivo da constituição da provisão diminuir ou for extinto, então a provisão será revertida na mesma proporção. A reversão é reconhecida na demonstração de resultados do período.

Caso a obrigação presente não satisfaça o critério de reconhecimento da provisão, a Empresa divulga essa obrigação como um passivo contingente.

Os passivos contingentes são divulgados, a menos que seja remota a possibilidade de uma saída de recursos que incorporem benefícios económicos. Os ativos são divulgados, quando for provável um influxo de benefícios económicos.

Os ativos e passivos contingentes são avaliados continuamente para assegurar que os desenvolvimentos estão apropriadamente refletidos nas demonstrações financeiras.

Se se tornar provável que uma saída de benefícios económicos futuros será exigida para um item previamente tratado como um passivo contingente, é reconhecida uma provisão nas demonstrações financeiras do período em que a alteração da probabilidade ocorra.

Se se tornar virtualmente certa a ocorrência futura de um influxo de benefícios económicos, o ativo e o rendimento relacionado são reconhecidos nas demonstrações financeiras do período em que a alteração ocorra.

18.1. Provisões

As quantias escrituradas e os movimentos ocorridos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 são como segue:

	2025	2024
Saldo inicial	5.066.915	4.166.765
Utilização	(35.001)	(22.318)
Alterações por resultados:		
Constituições e reforços	-	738.544
Reforço pelo efeito temporal	233.870	191.930
Reversões	(17.918)	(8.006)
Saldo final	5.247.866	5.066.915

18.1.1. Provisões para processos judiciais em curso

Das provisões para processos judiciais em curso, destacam-se os processos judiciais:

1. Guindaste Titan

Sinistro ocorrido no Molhe Sul do Porto de Leixões, durante a desmontagem do guindaste Titan no dia 12 de abril de 2012. O acidente originou uma explosão, seguida de incêndio, causando danos humanos e materiais, tendo espoletado processos judiciais por entidades envolvidas ou afetadas pela ocorrência. Em 2025, um dos processos foi encerrado por acordo entre as partes.

2. Contratos de concessões de domínio público

Provisões constituídas para fazer face a reclamações relativas a obras realizadas e a processos concursais de adjudicação de utilização privativa do domínio público.

18.2. Passivos contingentes

Em 31 de dezembro de 2025 a Empresa tinha responsabilidades contingentes relativas a processos judiciais em curso no montante de 1.147.729 euros. Os processos judiciais respeitam a reclamações de taxas municipais e a indemnizações por obras realizadas em imóveis.

19. Responsabilidades por benefícios pós-emprego

Políticas contabilísticas

A APDL assume responsabilidades por benefícios pós-emprego relativas a:

- Pensões de reforma;
- Assistência médica-medicamentosa e assistência hospitalar;
- Prémios escolares e subsídios para creches.
- Pré-reformas dos Pilotos

As responsabilidades assumidas são de benefício definido pelo que a obrigação de financiamento e os riscos atuariais recaem na Empresa.

As responsabilidades com o pagamento dos benefícios são estimadas anualmente por atuários independentes, sendo utilizado o método da unidade de crédito projetada. O valor presente da obrigação do benefício definido é determinado pelo desconto dos pagamentos futuros dos benefícios, utilizando a taxa de juro de obrigações de “rating” elevado denominadas na mesma moeda em que os benefícios serão pagos e com uma maturidade que se aproxima das da responsabilidade assumida.

Os gastos com juros e os gastos com os serviços correntes são reconhecidos no resultado do período, na rubrica *Gastos com o pessoal*.

Os desvios atuariais são registados na rubrica do capital próprio *Outras variações no capital próprio*.

O passivo reconhecido no balanço relativamente a responsabilidades com benefícios de reforma, corresponde ao valor presente da obrigação do benefício determinado à data do balanço juntamente com ajustamentos relativos a custos de serviços passados.

19.1. Quantias escrituradas

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a rubrica *Responsabilidades por benefícios pós-emprego* tinha a seguinte composição:

	2025	2024
Plano médico	2.669.634	3.058.500
Subsídios de creche, de estudo	2.206	2.473
Fundo de Pensões ex-INPP	998.872	1.046.603
Acordos de Pré-reforma Pilotos	533.377	-
Total	4.204.089	4.107.576

19.2. Movimentos ocorridos no exercício

Os movimentos ocorridos nos períodos findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 são os seguintes:

	Plano médico	Subsídios de creche e estudo	Fundo de Pensões ex-INPP	Pré-Reforma Pilotos	Total
Em 1 de janeiro de 2025	3.058.500	2.473	1.046.603	-	4.107.576
Gastos do período:					
Juros	98.619	72	29.165	-	127.856
Serviços correntes	7.384	-	-	707.048	714.432
	106.003	72	29.165	707.048	842.288
Benefícios pagos	(291.277)	(230)	(214.758)	-	(679.936)
(Ganhos)/ Perdas atuariais	(203.592)	(109)	137.862	(173.671)	(65.839)
Em 31 de dezembro de 2025	2.669.634	2.206	998.872	533.377	4.204.089

	Plano médico	Subsídios de creche e estudo	Fundo de Pensões ex-INPP	Total
Em 1 de janeiro de 2024	3.306.059	2.615	1.028.618	4.337.292
Gastos do período:				
Juros	109.919	77	31.501	141.497
Serviços correntes	8.034	-	-	8.034
	117.953	77	31.501	149.531
Benefícios pagos	(307.194)	(230)	(210.617)	(518.041)
(Ganhos)/ Perdas atuariais	(58.318)	11	197.101	138.794
Em 31 de dezembro de 2024	3.058.500	2.473	1.046.603	4.107.576

19.3. Ganhos e perdas atuariais acumulados

Os ganhos e perdas atuariais acumulados são reconhecidos na rubrica do capital próprio *Ajustamentos e outras variações no capital próprio*.

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 as quantias escrituradas eram as seguintes:

	Plano médico	Subsídios de creche e estudo	Fundo de Pensões ex-INPP	Total
Em 1 de janeiro de 2024	(14.006.058)	(20.935)	94.432	(13.932.561)
(Ganhos)/ Perdas do exercício	(58.318)	11	197.101	138.794
Em 31 de dezembro de 2024	(14.064.376)	(20.924)	291.533	(13.793.767)
(Ganhos)/ Perdas do exercício	(203.592)	(109)	137.862	(65.839)
Em 31 de dezembro de 2025	(14.267.968)	(21.033)	429.395	(13.859.606)

19.4. Pressupostos atuariais

Os estudos atuariais com referência a 31 de dezembro de 2025 e 2024, para efeitos de apuramento, nessas datas, das responsabilidades acumuladas tiveram por base os seguintes pressupostos e beneficiários dos planos de benefícios:

Beneficiários por plano de benefícios:

	2025	2024
Plano médico	1.398	1.452
Subsídios de creche e estudo	1	1
Fundo de Pensões ex-INPP	8	8
Acordos de pré-reforma Pilotos	3	0

Pressupostos atuariais:

	2025	2024
Tábua de mortalidade	TV 88/90	
Tábua de invalidez	EVK 80	
Idade normal de reforma	67	
Percentagem de casados:		
População ativa	75%	
População inativa	Real	
Diferença de idades entre cônjuges	3 anos (homem mais velho)	
Taxas de desconto:		
Plano médico	3,47%	4,16%
Fundo de Pensões e Subsídio de creche e estudos	3,37%	4,01%
Pensões:		
Crescimento	1,00%	1,00%
Inflação	2,00%	2,00%
Crescimento dos custos médicos:		
Inflação médica	3,00%	3,00%
Crescimento por idade	2,00%	2,00%

19.5. Análise de sensibilidade à variação da taxa de juro

O impacto da variação positiva ou negativa de 1 p.p. na taxa de juro assumida para a estimativa da responsabilidade do Plano Médico, é o seguinte:

Responsabilidade em 31.12.2025	Responsabilidade		Variação	
	+ 1 pp	-1 pp	+ 1 pp	-1 pp
2.669.634	2.910.535	2.457.534	240.901	(212.100)

19.6. Descrição dos planos de benefícios definidos

Plano Médico

Até ao exercício de 2009 a Empresa tinha como responsabilidade o pagamento da assistência médica-medicamentosa e hospitalar, não só aos colaboradores que integravam os quadros da Empresa até 2 de dezembro 1998, como também aos seus cônjuges e filhos até à idade legal do benefício. Contudo, durante o exercício de 2009, todos os trabalhadores, subscritores da Caixa Geral de Aposentações, foram inscritos na ADSE – Assistência na Doença aos Servidores Cíveis do Estado, atual Instituto de Proteção e Assistência na Doença, I. P. (ADSE, I.P.), incluindo cônjuges e filhos que reuniam as necessárias condições, assim como a generalidade dos aposentados, e respetivo agregado familiar. As Obras Sociais, como um sistema complementar de saúde para todos os beneficiários, continuaram a manter as suas valências disponíveis no Centro de Assistência.

As responsabilidades assumidas referentes à assistência médica constituem um plano de benefícios definido que não se encontra fundeado, estando as responsabilidades cobertas por provisão específica.

Subsídios de creche, de estudo e prémios escolares

Verbas atribuídas pela Empresa aos filhos dos trabalhadores para subsidiar gastos com creches, escolas e para a atribuição de prémios escolares para incentivar o melhor aproveitamento escolar.

As responsabilidades assumidas referentes aos subsídios de creche, de estudo e prémios escolares constituem um plano de benefícios definido que não se encontra fundeado, estando as responsabilidades cobertas por provisão específica.

Fundo de Pensões ex-INPP

A APDL ficou obrigada a contribuir, em conjunto com outras Administrações Portuárias, para a manutenção do fundo de aposentações do Instituto Nacional de Pilotagem dos Portos (INPP), criado pelo Decreto-Lei nº 188/89, de 3 de junho, relativamente aos aposentados que integravam o ex-departamento de pilotagem.

As responsabilidades assumidas referentes ao fundo de pensões constituem um plano de benefícios definido que não se encontra fundeado, estando as responsabilidades cobertas por provisão específica.

Acordos de pré-reforma com os Pilotos

Acordos de pré-reforma com trabalhadores da categoria profissional Pilotos de portos e de barras, com idade igual ou superior a 61 anos de idade.

20. Imposto corrente

Políticas contabilísticas

O imposto corrente é apurado pela aplicação das taxas de imposto sobre a matéria coletável. A matéria coletável corresponde ao resultado contabilístico ajustado de acordo com a legislação fiscal vigente à data das demonstrações financeiras. Os ajustamentos fiscais referem-se a gastos não deduzidos no exercício ou rendimentos não tributados no exercício e ainda a outros movimentos não refletidos no resultado do exercício.

Na eventualidade destes ajustamentos serem passíveis de dedução ou tenham de ser liquidados em exercícios posteriores, denominam-se diferenças temporárias e são reconhecidos no balanço, respetivamente, nas rubricas Ativos por imposto diferido ou Passivo por imposto diferido.

O imposto corrente pode ainda ser corrigido pela dedução de prejuízos fiscais de exercícios anteriores e pela dedução de créditos de imposto do exercício corrente ou anteriores. O imposto corrente apurado no exercício a pagar ou a recuperar no exercício posterior será reconhecido no ativo ou passivo corrente do balanço, na rubrica Estado e outros entes públicos.

Revisão fiscal das estimativas de imposto

As declarações anuais de rendimentos encontram-se sujeitas a revisão e eventual ajustamento por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos. No caso de serem apresentados prejuízos fiscais, as declarações de rendimento podem ser sujeitas a revisão pelas autoridades fiscais até ao período em que os mesmos possam ser utilizados. Desta forma, é possível que ocorram correções à matéria coletável, resultantes principalmente de diferenças na interpretação da legislação fiscal. No entanto, é convicção da Administração da Empresa de que não haverá correções significativas ao imposto sobre o rendimento registado nas demonstrações financeiras.

20.1. Imposto apurado no exercício

O imposto sobre o rendimento apurado nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 foi o seguinte:

2025	Nota	Base do imposto	Imposto corrente	Capital próprio	Total do imposto
Resultado antes de impostos		18.256.522	4.348.860		4.348.860
Reversão de ativos de concessões		1.289.000		307.051	307.051
Diferenças permanentes	20.3	(1.117.979)	(266.312)		(266.312)
Diferenças temporárias	20.4	(11.507.008)	(2.741.068)		(2.741.068)
Matéria coletável		6.920.535	1.341.480	307.051	1.648.531
Tributações autónomas			25.000		26.527
Imposto sobre o rendimento		6.920.535	1.366.480	307.051	1.673.531
Pagamentos antecipados e retenções					(419.039)
Imposto a pagar/ (a receber)					1.254.492

2024	Nota	Base do imposto	Imposto corrente	Total do imposto
Resultado antes de impostos		14.453.810	3.340.021	3.340.021
Diferenças permanentes	20.3	(1.284.786)	(296.892)	(296.892)
Diferenças temporárias	20.4	(11.203.945)	(2.589.034)	(2.589.034)
Matéria coletável		1.965.079	454.095	454.095
Recuperação de créditos de imposto			(103.201)	(103.201)
Tributações autónomas			26.527	26.527
Imposto sobre o rendimento		1.965.079	377.421	377.421
Pagamentos antecipados e retenções				(1.917.725)
Imposto a pagar/ (a receber)				(1.540.304)

20.2. Taxa de imposto corrente

A taxa de imposto corrente apurada nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 foi a seguinte:

	2025	2024
Resultado antes de impostos	18.256.522	14.453.810
Ajustamentos à matéria coletável	(11.335.987)	(12.488.731)
Resultado fiscal (RF)	6.920.535	1.965.079
Impostos sobre o rendimento (IR) (exclui Tributação autónoma)	1.648.531	454.095
Taxa de imposto corrente (IR / RF)	23,82%	23,11%

O imposto sobre o rendimento tem a seguinte composição e taxas em vigor nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024:

	2025	2024
IRC	20,00%	21,00%
Derrama municipal (sobre o lucro tributável)	1,50%	1,50%
Derrama estadual (sobre o lucro tributável):		
até 1,5 m€	0,00%	0,00%
entre 1,5 m€ e 7,5 m€	3,00%	3,00%
entre 7,5 m€ e 35 m€	5,00%	5,00%
superior a 35 m€	9,00%	9,00%

20.3. Diferenças permanentes

As diferenças permanentes tributadas nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 foram as seguintes:

	No- tas	2025		2024	
		Base	Imposto	Base	Imposto
Mais-valias	(i)	(122)	(29)	(646.755)	(149.454)
Benefício fiscal ICE	(ii)	(1.051.012)	(250.360)	(650.798)	(150.388)
Outros benefícios fiscais		(176.623)	(42.073)	(67.339)	(15.561)
Outros ajustamentos		109.778	26.150	80.106	18.511
Total		(1.117.979)	(266.312)	(1.284.786)	(296.892)

(i) Mais-valias

As mais-valias obtidas devem-se à alienação de ativos de investimento e apura-se uma dedução de 50% à matéria coletável pelo reinvestimento dos valores de realização.

(ii) Benefício fiscal ICE – Incentivo à Capitalização das Empresas

Benefício fiscal previsto no artigo n.º 43-D do EBF que permite uma dedução à matéria coletável baseada no aumento do capital próprio distribuível.

20.4. Diferenças temporárias

As diferenças temporárias tributadas nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 foram as seguintes:

	2025		2024	
	Base	Imposto	Base	Imposto
Reserva Fiscal DL 66/2016	(4.923.974)	(1.172.933)	(5.080.595)	(1.174.036)
Ativos das concessões	(4.287.065)	(1.021.216)	(3.354.020)	(775.055)
Imparidades dos investimentos	(2.492.539)	(593.744)	(2.442.558)	(564.432)
Benefícios pós-emprego	162.352	38.674	(368.510)	(85.156)
Outros ajustamentos	34.218	8.151	41.738	9.645
Total	(11.507.008)	(2.741.068)	(11.203.945)	(2.589.034)

20.5. Pagamentos e recebimentos do imposto

Os montantes de imposto pago ou recebido nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 foram os seguintes:

	2025	2024
Retenções na fonte	129.738	118.664
Pagamento de IRC de períodos anteriores	-	369.876
Reembolso de IRC de períodos anteriores	(1.555.685)	(1.648)
Pagamento/ (recebimento) de imposto	(1.136.646)	2.285.953

20.6. Quantias de imposto corrente escrituradas no balanço

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, as quantias reconhecidas no ativo corrente e passivo corrente eram as seguintes:

2025	2025		2024	
	Ativo corrente	Passivo corrente	Ativo corrente	Passivo corrente
Imposto s/ rendimento de 2023	91.232	-	15.688	-
Imposto s/ rendimento, estimativa	-	1.254.492	1.540.304	-
Total	91.232	1.254.492	1.555.992	-

21. Impostos diferidos

Políticas contabilísticas

Ativos por imposto diferido

Os ativos por imposto diferido referem-se a diferenças temporárias resultantes de ajustamentos à matéria coletável, prejuízos fiscais e créditos de imposto.

Ajustamentos à matéria coletável

A Empresa reconhece estes ativos na condição de que existam expetativas razoáveis de dedução a lucros tributáveis futuros ou pela dedução a passivos por imposto diferido.

Prejuízos fiscais

Os prejuízos fiscais são reconhecidos nos ativos por impostos diferidos quando existem expetativas de que sejam recuperados pela dedução a lucros tributáveis futuros. Os prejuízos fiscais podem ser deduzidos até 65% do lucro tributável.

Créditos de imposto

Os créditos de imposto são reconhecidos nos ativos por impostos diferidos quando existem expetativas de que sejam recuperados pela dedução a coletas de imposto futuras.

Estimativas contabilísticas e julgamentos

A Empresa efetua julgamentos e estimativas significativas para apuramento dos montantes dos passivos de imposto a liquidar e da recuperabilidade futura dos ativos por imposto diferido.

As estimativas são realizadas anualmente na data de relato tendo em conta os seguintes fatores:

- as leis fiscais em vigor e as regras de apuramento do resultado fiscal na data de aprovação das contas;
- os planos de atividade e orçamento da Empresa;
- os períodos de recuperação dos ativos e de liquidação dos passivos por impostos diferidos.

Ajustamento à estimativa

As alterações dos montantes de ativos e passivos resultantes da revisão anual da estimativa são apresentadas nos mapas com a designação *Ajustamento à estimativa*.

21.1. Ativos por imposto diferido

O montante de ativos por imposto diferido em 31 de dezembro de 2025 e 2024 é o seguinte:

	2025	2024
Ajustamentos à matéria coletável	14.294.181	17.123.870
Total	14.294.181	17.123.870

21.1.1. Ajustamentos à matéria coletável

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, os ativos por imposto diferido relativos a diferenças temporárias resultantes de ajustamentos fiscais ao resultado, eram os seguintes:

2025	Imparidade em ativos fixos	Reavaliação fiscal DL 66/2016	Benefícios pós-emprego	Imparidade em contas a receber	Total
	(i)	(ii)	(iii)	(iv)	
Saldo inicial	15.165.688	1.015.758	930.366	12.058	17.123.870
Recuperação	(598.607)	(1.015.758)	(161.967)	-	(1.776.332)
Constituição ou reforço	4.247	-	175.196	118	179.561
Alteração da taxa de imposto (ver 21.3)	(1.933.924)	-	(126.123)	(538)	(2.060.585)
Ajustamento da estimativa (ver 21.4)	771.137	-	70.673	(448)	841.362
Alteração por resultados	(1.757.147)	(1.015.758)	(42.221)	(868)	(2.815.994)
Alteração por capital próprio	-	-	(13.695)	-	(13.695)
Saldo final	13.408.541	-	874.450	11.190	14.294.181

2024	Imparidade em ativos fixos	Reavaliação fiscal DL 66/2016	Benefícios pós-emprego	Imparidade em contas a receber	Total
	(i)	(ii)	(iii)	(iv)	
Saldo inicial	16.426.800	2.015.220	1.026.636	10.976	19.479.632
Recuperação	(695.975)	(1.174.036)	(119.710)	-	(1.989.721)
Constituição ou reforço	128.934	-	33.869	1.555	164.358
Ajustamento da estimativa (ver 21.4)	(24.504)	222.380	(790)	59	197.145
Alteração por resultados	(1.261.112)	(999.462)	(127.707)	1.082	(2.387.199)
Alteração por capital próprio	-	-	31.437	-	31.437
Saldo final	15.165.688	1.015.758	930.366	12.058	17.123.870

(i) Imparidade em ativos fixos tangíveis e intangíveis

O ativo por imposto diferido relativo às perdas por imparidade em ativos de investimento das unidades de negócio PVC e VND (ver Nota 8).

(ii) Reavaliação fiscal DL 66/2016

Ativo por imposto diferido relativo à reserva de reavaliação fiscal do Decreto-Lei n.º 66/2016, de 3 de novembro, cuja amortização fiscal se iniciou no exercício de 2018 e termina neste exercício (ver Nota 23).

(iii) Benefícios pós-emprego

Os gastos com benefícios pós-empregos são reconhecidos nas contas com base nas estimativas efetuadas por atuários independentes e não são dedutíveis fiscalmente. A respetiva dedução fiscal ocorre no exercício do seu efetivo pagamento. Pela diferença temporária, a APDL reconhece o ativo por imposto diferido.

A redução ou aumento da responsabilidade pelo reconhecimento de ganhos e perdas atuariais, reflete-se no ativo por imposto diferido por contrapartida da rubrica do capital próprio *Outras variações no capital próprio*.

(iv) Imparidade em contas a receber

De acordo com o disposto no CIRC, as imparidades em contas a receber não são totalmente dedutíveis no exercício em que são reconhecidas em gastos, pelo que se constituiu o correspondente ativo por imposto diferido.

21.1.2.Prejuízos fiscais

No exercício findo em 2023, a APDL concluiu a recuperação do prejuízo fiscal de 2021 e não tem quaisquer prejuízos a recuperar:

	2025	2024
Saldo inicial	-	31.071
Recuperação	-	(31.071)
Saldo final	-	-

21.1.3.Créditos de imposto

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, o movimento dos ativos por créditos fiscais foi o seguinte:

	2025	2024
Saldo inicial	-	1.003.278
Recuperação	(237.061)	(1.003.278)
Constituição	-	-
Saldo final	-	-

(i) SIFIDE - Sistema de Incentivos Fiscais à I&D Empresarial

SIFIDE 2022

Em 2022, a APDL suportou despesas de investigação e desenvolvimento (I&D), elegíveis para efeitos do SIFIDE, tendo sido reconhecido o crédito fiscal no montante de 237.060,74 euros. O crédito fiscal foi recuperado em 2023 e em 2024.

SIFIDE 2023

Relativamente ao exercício de 2023, a APDL suportou despesas de investigação e desenvolvimento (I&D), elegíveis para efeitos do SIFIDE tendo sido recuperado o montante de 91.231,69 euros.

SIFIDE 2024

Relativamente ao exercício de 2024, a APDL suportou despesas de investigação e desenvolvimento (I&D), elegíveis para efeitos do SIFIDE. O processo está em fase de apuramento.

SIFIDE 2025

Relativamente ao exercício de 2025, a APDL suportou despesas de investigação e desenvolvimento (I&D), elegíveis para efeitos do SIFIDE. O processo está em fase de elaboração.

21.2. Passivos por imposto diferido

Os movimentos ocorridos na rubrica de passivos por impostos diferidos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, foram os seguintes:

2025	Subsídios a terrenos (i)	Ativos das concessões (ii)	Total
Saldo inicial	63.573	5.817.992	5.881.565
Movimentos no período:			
Liquidação	(8.307)	-	(8.307)
Constituição e reforço	-	980.023	980.023
Alteração da taxa de imposto (ver 21.3)	(7.323)	(814.966)	(822.289)
Ajustamento da estimativa	3.390	226.990	230.380
Alteração por resultados	-	392.047	392.047
Alteração por capital próprio	(12.240)	-	(12.240)
Saldo final	51.333	6.210.039	6.261.372

2024	Subsídios a terrenos (i)	Ativos das concessões (ii)	Total
Saldo inicial	73.479	5.160.309	5.233.788
Reforço/ (Reversão) por resultados:			
Liquidação	(73.479)	-	(73.479)
Constituição e reforço	-	852.927	852.927
Ajustamento da estimativa	63.573	(195.244)	(131.671)
Soma	(9.906)	657.683	647.777
Alteração por capital próprio	-	-	-
Saldo final	63.573	5.817.992	5.881.565

(i) Subsídios ao investimento

Passivo por imposto diferido relativo a subsídios ao investimento para a aquisição de terrenos cuja amortização fiscal decorre durante 10 anos.

(ii) Ativos das concessões

De acordo com a política contabilista aplicável aos ativos das concessões que reverterão para a APDL (ver Nota 7), são anualmente reconhecidos gastos e rendimentos. O apuramento anual do resultado decorre da aplicação do justo valor. A efetiva tributação ocorrerá no exercício de término do contrato de concessão.

De acordo com as condições em vigor dos contratos de concessão, o término dos contratos ocorrerá nos anos de 2030 a 2032.

21.3. Alteração da taxa de imposto

A taxa de IRC foi alterada para 20% (matéria coletável até 50 mil euros: 16%) pela Lei do Orçamento de Estado para 2025 (Lei n.º 45-A/2024, de 31 de dezembro). A taxa de IRC será reduzida em 1% anualmente até atingir a taxa de 17% em 2028.

21.4. Ajustamento da estimativa

Das estimativas realizadas em 31 de dezembro de 2025, a Empresa apurou as seguintes taxas de imposto diferido:

	2025	2024
Ativos por imposto diferido:		
Imparidade em investimentos	20,80%	22,65%
Reserva de reavaliação DL 66/2016	0,00%	21,25%
Benefícios pós-emprego	20,80%	22,65%
Imparidade em contas a receber	20,80%	22,65%
Passivos por imposto diferido:		
Subsídios a terrenos	21,03%	22,79%
Ativos das concessões	22,86%	25,43%

21.5. Sensibilidade à variação da taxa de imposto

A tabela seguinte apresenta o impacto nas contas pela alteração em $\pm 1\%$ na taxa de imposto dos ativos e passivos por imposto diferido:

Bases de imposto	Resultados	Capital próprio	Total
Ativos	68.686.857	-	68.686.857
Passivos	(27.165.523)	(244.108)	(27.409.631)
Total da base	41.521.334	(244.108)	41.277.226
Variação de +1% na taxa de imposto	415.213	(2.441)	412.772
Variação de -1% na taxa de imposto	(415.213)	2.441	(412.772)

Capital e reservas

22. Capital

Políticas contabilísticas

As ações ordinárias são classificadas no capital próprio. Os custos diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções são apresentados no capital próprio como uma dedução, líquida de impostos, ao montante emitido.

Conforme previsto no artigo 10.º do Decreto-Lei n.º 335/98, de 3 de novembro, que transformou a APDL em sociedade anónima de capitais exclusivamente públicos, o

capital social foi fixado, por ajustamento, em 48.900.900 euros, no seguimento da avaliação patrimonial realizada em 1999.

Assim, o capital inicial de 4.181.900 contos fixado na data de constituição da Sociedade foi alterado por incorporação de parte da Reserva de Avaliação e redenominado em euros, por Deliberação Unânime do Acionista em 21 de março de 2901.

O capital social era então constituído por 9.690.900 ações com o valor nominal de 5 euros cada.

Em 28 de março de 2908, por Deliberação unânime do Acionista, o capital social foi aumentado no montante de 3 035 900 euros, realizado em dinheiro e totalmente subscrito pelo Acionista único (DGTF - Direção Geral do Tesouro e Finanças, representante do Estado Português).

Após o referido aumento, o capital social foi fixado em 51.035.000 euros e passou a ser constituído por 10.207.900 ações.

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 o capital é detido na sua totalidade pela Direção Geral do Tesouro e Finanças e está totalmente realizado.

23. Reservas legais

De acordo com a legislação vigente e com os Estatutos da Empresa (artigo 20.º, n.º 1, a)), anualmente deverá ser transferido para a rubrica *Reserva legal*, pelo menos 10% do lucro apurado em cada período até que a mesma atinja pelo menos 20% do capital social.

A reserva legal não pode ser distribuída ao Acionista a não ser em caso de liquidação da Empresa.

A reserva legal pode ser utilizada para incorporação no capital ou para absorver prejuízos depois de esgotadas todas as outras reservas.

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 a Reserva legal apresenta um saldo de 11.122.456 euros e não registou qualquer movimento nos exercícios.

24. Outras reservas

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a composição da rubrica *Outras reservas* é a seguinte:

	Notas	2025	2024
Avaliação patrimonial do Porto de Leixões	(i)	123.821.252	123.821.252
Integração dos ativos:			
Porto de Viana do Castelo	(ii)	1.615.392	1.615.392
Estaleiros Navais de Viana do Castelo	(iii)	3.195.668	3.195.668
Via Navegável do Douro	(iv)	8.237.842	8.237.842
Reserva de reavaliação fiscal DL 66/2016	(v)	2.328.589	2.917.106
Ativos das concessões	(vi)	17.060.466	14.363.654
Reserva de Investimento	(vii)	57.972.620	49.637.925
Total		214.231.829	203.788.839

(i) Avaliação patrimonial do Porto de Leixões

Reserva constituída pela avaliação referida na Nota 5 (ativos dos portos do Douro e Leixões), aquando da constituição da Empresa em 1998 e dos ativos afetos à concessão Silos de Leixões integrados em 2007.

(ii) Integração do Porto de Viana do Castelo

No final do exercício de 2014 foi elaborado um projeto de fusão da Administração do Porto de Viana do Castelo, S.A. (APVC) com a APDL, na modalidade prevista na alínea a) do n.º 4 do artigo 97.º do Código das Sociedades Comerciais (fusão por incorporação). O registo definitivo da fusão ocorreu por escritura realizada em 7 de janeiro de 2015, produzindo efeitos fiscais e contabilísticos a 1 de janeiro de 2015. A APVC era uma subsidiária cujo capital era detido na totalidade pela APDL. Pelo facto da referida participação financeira se encontrar registada nas demonstrações financeiras da Empresa pelo método da equivalência patrimonial a referida fusão não teve impacto no capital próprio da APDL.

(iii) Integração dos ativos dos Estaleiros Navais de Viana do Castelo

O Decreto-Lei n.º 98/2013, de 24 de julho, procedeu à afetação à APVC de determinadas parcelas de terreno que integram o património do Estado, assim como dos edifícios, infraestruturas e equipamentos neles implantados, tendo redefinido a área referente à concessão dominial atribuída à Sociedade Estaleiros Navais de Viana do Castelo, S.A. (ENVC) e autorizou a alteração ao contrato de concessão, incluindo a autorização para a efetivação de uma nova subconcessão. Assim, em 10 de janeiro de 2014, foi celebrado um contrato de subconcessão da utilização privativa do domínio público e das áreas afetas à concessão dominial atribuída à sociedade ENVC com a West Sea – Estaleiros Navais, Lda. (West Sea). A subconcessão tem por objeto a utilização privativa de uma parcela de terreno que integra a área da concessão dominial, concessionada aos ENVC.

De acordo com o referido contrato, reverteram gratuitamente para a concedente, sem direito a indemnização, todos os bens que integram o estabelecimento da subconcessão.

Por sua vez, o Decreto-Lei n.º 83/2015, de 21 de maio, relativo à incorporação da Via Navegável do Douro na Empresa, incorporou, também, as alterações decorrentes do processo de fusão, por incorporação da APVC na APDL, ocorrido nos termos do Código das Sociedades Comerciais, com efeitos a partir de 1 de janeiro de 2015. De acordo com o n.º 4 do artigo 3.º do referido decreto-lei, pertence à APDL a universalidade dos bens e a titularidade dos direitos mobiliários e imobiliários que integravam a esfera jurídica da APVC, afetos ou que dizem respeito ao porto de Viana do Castelo, designadamente os imóveis constantes da relação que constitui o Anexo I do supra decreto-lei, nomeadamente os bens afetos à concessão aos Estaleiros Navais de Viana do Castelo, SA.

Em 1 de setembro de 2015, o contrato de subconcessão referido acima foi alterado, em consequência da dissolução dos ENVC, pelo que a relação concessionária no tocante a todos os direitos e obrigações de ambas as partes, passou a ser estabelecida entre a APDL e a West Sea.

Em função do referido acima, a APDL reconheceu nas suas demonstrações financeiras os ativos fixos tangíveis dos ENVC, por contrapartida da rubrica do capital próprio. Esta avaliação foi efetuada por um perito independente e credenciado para o efeito.

(iv) Integração da Via Navegável do Douro

O Decreto-Lei n.º 83/2015, de 21 de maio, procedeu à atribuição à APDL da jurisdição portuária direta nas zonas marítimas, flúvio-marítimas e terrestres necessárias à exploração da via navegável do rio Douro, anteriormente atribuída ao Instituto Portuário e dos Transportes Marítimos, I.P. (IPTM), cuja gestão transitória, nos termos do artigo 18.º do Decreto-Lei n.º 236/2012, de 31 de outubro, alterado pelos Decretos-Leis n.ºs 44/2014, de 20 de março, e 77/2014, de 14 de maio, foi cometida ao Instituto da Mobilidade e Transportes, I.P. (IMT), transmitindo também para aquela sociedade a universalidade dos bens móveis e a titularidade dos direitos mobiliários e imobiliários que integram a esfera jurídica do IPTM, I.P., afetos a essa jurisdição.

Para o reconhecimento dos ativos fixos tangíveis avaliador independente devidamente acreditado realizou as devidas avaliações de acordo com o método do custo de substituição depreciado.

Atendendo aos indícios de imparidade, foi realizado um estudo por perito externo independente para estimar as perdas por imparidade de acordo com o método dos fluxos de caixa futuros.

(v) Reserva de reavaliação fiscal DL 66/2016

Reserva constituída pela adesão ao regime de reavaliação fiscal consagrado no Decreto-Lei n.º 66/2016, de 3 de novembro (ver Nota 21).

(vi) Ativos das concessões

A quantia escriturada refere-se ao rendimento reconhecido deduzido das amortizações praticadas pela APDL até ao final do exercício precedente ao das demonstrações financeiras do exercício em análise, na sequência da adoção da política contabilística

relativa ao reconhecimento de ativos por reversão gratuita no final dos contratos de concessão de serviço público ou de uso privativo de bens dominiais afetos à atividade portuária (ver Nota 7).

Esta reserva não se encontra disponível para distribuição e a quantia escriturada é o montante líquido do correspondente passivo por imposto diferido (ver Nota 21.2).

(vii) Reserva de Investimento

A necessidade de manter uma estrutura financeira sustentável na APDL, pela contenção do recurso a capital alheio no financiamento do plano de investimentos, conduz ao reforço da Reserva de Investimento. Esta reserva foi constituída em 2014 e tem sido reforçada anualmente pela aplicação de resultados do exercício. Esta reserva está disponível para distribuição.

25. Resultados transitados

Os movimentos ocorridos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 analisam-se como segue:

	Notas	2025	2024
Saldo inicial		68.417.793	67.533.694
Transferência do resultado líquido do exercício anterior		11.031.507	6.104.032
Aplicação do resultado líquido do exercício anterior:	(i)		
Reforço da reserva de Investimento (ver Nota 23)		(8.334.695)	(3.481.415)
Reforço da reserva Ativos das concessões (ver Nota 23)		(2.696.812)	(2.622.617)
Realização de reservas	(ii)	588.517	588.517
Realização de ativos de concessões revertidos (ver Nota 26.1)		313.990	295.582
Saldo final		69.320.300	68.417.793

(i) Aplicação do resultado de 2024

Na assembleia geral decorrida em onze de julho de 2025, foram aprovadas as contas do exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e deliberada a respetiva aplicação do resultado pelo reforço das reservas.

(ii) Realização de reserva

Montante da realização da reserva de reavaliação fiscal do DL 66/2016.

25.1. Proposta de aplicação de resultados

O Conselho de Administração da APDL elaborou a seguinte proposta de aplicação do resultado apurado no exercício de 2025:

Resultado líquido do exercício	13.682.001,10
Aplicação do resultado:	
Reserva Ativos das Concessões	3.895.017,52
Reserva de Investimento	9.786.983,58

26. Ajustamentos e outras variações no capital próprio

As quantias registadas nesta rubrica em 31 de dezembro de 2025 e 2024 são as seguintes:

	Notas	2025	2024
Subsídios ao investimento	26	81.564.914	77.501.040
Ganhos atuariais	19.3	13.859.606	13.793.767
Ativos revertidos de contratos de concessão	26.1	8.585.505	7.917.546
Soma (A)		104.010.025	99.212.353
Ajustamento por impostos diferidos:			
Subsídios ao investimento	21.2	(51.333)	(63.573)
Ganhos atuariais		(3.419.533)	(3.405.838)
Soma (B)		(3.470.866)	(3.469.411)
Total (A+B)		100.539.159	95.742.942

26.1. Ativos revertidos de contratos de concessão

Os bens (edifícios, instalações e equipamentos) que revertem para a APDL pelo término de contratos de concessão são reconhecidos nesta rubrica do capital próprio pelo valor dos ativos deduzido do respetivo imposto sobre o rendimento.

A variação patrimonial positiva é transferida anualmente para resultados transitados de acordo com a depreciação dos respetivos ativos de investimento.

	2025	2024
Saldo inicial	7.917.546	8.213.128
Reversão dos edifícios de Cantareira/ Sobreiras	981.949	-
Realização (transferência p/ Resultados transitados)	(313.990)	(295.582)
Saldo final	8.585.505	7.917.546

27. Subsídios e outros apoios das entidades públicas

Políticas contabilísticas

A Empresa reconhece os subsídios do Estado Português, da União Europeia ou de outras entidades apenas quando existir segurança de que a Empresa cumprirá com as condições inerentes à sua atribuição e que os subsídios serão recebidos.

A APDL entende que cumpriu as condições e que existe segurança para o reconhecimento do subsídio quando a entidade concedente aprova a lista de despesas e determina o montante de subsídio.

Subsídios ao investimento não reembolsáveis

Os subsídios ao investimento não reembolsáveis são reconhecidos inicialmente na rubrica do capital próprio *Outras variações no capital próprio* sendo subsequentemente imputados aos rendimentos do período na rubrica *Outros rendimentos* de acordo com os gastos de depreciação e amortização dos ativos a que estão associados.

Imparidade

Pelo facto de ter sido reconhecida uma perda por imparidade nos ativos fixos tangíveis e intangíveis das UGC (ver Nota 8), foi também reconhecido no exercício um rendimento proporcional à perda por imparidade. Pela reversão da perda por imparidade destes ativos é reconhecido um gasto proporcional aos subsídios alocados a esses ativos.

Ajustamentos em subsídios

O reconhecimento dos subsídios ao investimento é ajustado pelo reconhecimento de um passivo por imposto sobre o rendimento que lhe está associado. O imposto será liquidado de acordo com a imputação do subsídio a rendimentos do exercício.

O efeito fiscal futuro dos subsídios ao investimento em ativos depreciables ou amortizáveis é deduzido ao montante de subsídios evidenciado nos capitais próprios, por contrapartida de um passivo registado na rubrica *Outras dívidas a pagar* (ver Nota 13.2 e 27.4).

Subsídios à exploração

Os subsídios à exploração são reconhecidos como rendimentos na demonstração dos resultados quando existir segurança de que a Empresa cumprirá com as condições inerentes à sua atribuição e que os subsídios serão recebidos e após a realização dos gastos associados.

27.1. Subsídios ao investimento não reembolsáveis

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a rubrica *Subsídios e outros apoios das entidades públicas* tem a seguinte composição:

	2025	2024
Subsídios reconhecidos	119.942.555	115.834.894
Imparidade	(16.956.553)	(15.644.214)
Ajustamentos em subsídios	(21.421.088)	(22.689.640)
Total	81.564.914	77.501.040

Os movimentos ocorridos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 foram os seguintes:

	2025	2024
Saldo inicial	77.501.040	75.973.305
Reconhecimento de subsídios	10.699.918	7.412.390
Regularização	-	-
Imputação a rendimentos	(5.674.886)	(5.990.195)
Perdas por imparidade:		
Reversões	1.821.354	1.874.371
Reforço	(3.133.693)	(2.638.579)
Ajustamento por imposto diferido	1.268.552	869.748
Saldo final	82.482.285	77.501.040

O detalhe dos subsídios reconhecidos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 é o seguinte:

	2025	2024
Doca 1 Norte INEA	4.513.546	4.285.861
Ponte Móvel, Modernização	612.019	-
Vias portuárias	1.620.941	-
Centro Inspetivo	276.137	-
Outros fundos comunitários	-	15.668
Orçamento de Estado – PIDDAC	3.677.275	3.110.861
Total	10.699.918	7.412.390

27.2. Subsídios à exploração

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a Empresa reconheceu os seguintes subsídios à exploração:

	2025	2024
Orçamento de Estado – PIDDAC:		
Porto de Viana do Castelo	822.724	1.449.756
Via Navegável do Douro	-	430.535
Soma	822.724	1.880.291
União Europeia	123.252	-
Total	945.976	1.880.291

27.3. Ativos por subsídios a receber

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a Empresa reconhece no ativo corrente, na rubrica *Outros créditos a receber* (ver Nota 11.2), as seguintes quantias relativas a subsídios reconhecidos mas ainda não recebidos:

	2025	2024
CEF Acessibilidades Marítimas ao Porto de Leixões	612.019	-
Compete Quebra-mar	-	917.371
Orçamento do Estado - PIDDAC	11.693	15.592
Outros subsídios a receber	-	-
Total	623.712	932.963

27.4. Passivos por subsídios recebidos

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a Empresa reconhece no passivo, na rubrica *Outras dívidas a pagar* (ver Nota 13.2), as seguintes quantias relativas a subsídios:

	2022		2021	
	Corrente	Não corrente	Corrente	Não corrente
Subsídios sem despesa atribuída (i)	871.642	-	5.123.892	-
Ajustamento por imposto diferido	717.965	20.703.123	797.187	21.892.453
Total	1.589.607	20.703.123	5.921.079	21.892.453

(i) Subsídios sem despesa atribuída

O detalhe das quantias relativas a subsídios recebidos antecipadamente ou sem despesa reconhecida é como segue:

	2025	2024
D1N CINEA	-	4.285.861
H2 Driven	395.423	395.423
RENEW	207.696	183.261
SSDEV	106.594	122.262
Outros subsídios	161.929	137.085
Total	871.642	5.123.892

D1N CINEA

O subsídio D1N CINEA tem por objetivo o reforço da Doca 1 Norte do Porto de Leixões e foi concedido por European Climate, Infrastructure And Environment Executive Agency (CINEA).

28. Rendimentos

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, os rendimentos reconhecidos no resultado foram os seguintes:

	Nota	2025	2024
Vendas e serviços prestados	28.1.1	74.453.663	70.209.821
Subsídios à exploração	27.2	945.976	1.880.291
Trabalhos para a própria entidade		664.858	686.976
Juros e rendimentos similares obtidos		389.217	-
Outros rendimentos	28.3	17.913.643	19.497.558
Total		94.367.357	92.274.646

28.1. Rédito

Políticas contabilísticas

O rédito corresponde aos rendimentos obtidos pela venda de materiais, prestações de serviços, rendas ou juros obtidos. Os rendimentos correspondem ao justo valor do montante recebido ou a receber, líquido de quaisquer impostos e descontos concedidos.

O rédito é reconhecido na data de entrega dos materiais ou na data de conclusão dos serviços prestados:

- Os serviços portuários são faturados por escala e o rédito é reconhecido na data de saída do navio.
- O rédito dos contratos de concessão, licenças e direitos de ocupação e outros serviços prestados de forma continuada é reconhecido mensalmente.

O rédito reconhecido nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 foi o seguinte:

	Nota	2025	2024
Vendas e prestações de serviços	27.1.1	74.453.663	70.209.821
Rendimentos suplementares	27.1.2	579.781	1.188.370
Rendimentos das propriedades de investimento	28.2	18.846	11.612
Juros e rendimentos similares obtidos	10.2	389.217	406.462
Total		75.441.507	71.816.265

28.1.1. Vendas e prestações de serviços

As vendas e prestações de serviços estão relacionadas com as atribuições da Empresa, as quais se encontram descritas na Introdução a este anexo (Nota 1).

	2025	2024
Serviços ao navio	22.523.233	21.103.646
Serviços à carga	4.422.275	3.448.786
Concessões	31.412.020	30.761.709
Fornecimentos e serviços diversos	6.780.687	6.186.127
Gestão dominial	3.867.250	3.566.434
Plataforma logística	3.046.106	3.063.678
Terminal ferroviário	2.402.092	2.079.441
Total	74.453.663	70.209.821

28.1.2. Rendimentos suplementares

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, os rendimentos suplementares apresentam a seguinte composição:

	2025	2024
Serviços sociais	17.962	19.420
Outros rendimentos suplementares	561.819	1.168.950
Total	579.781	1.188.370

(1) Serviços sociais

Rendimentos obtidos da Cantina e Obras Sociais.

(2) Outros rendimentos suplementares

Rendimentos obtidos pelo aluguer de equipamentos, cedência de espaços para ações de formação, consultórios médicos, eventos corporativos, comerciais e outros. Há uma redução em 2025 pelo facto de em 2024 ter sido efetuado redébito da Fiscalização Extra ao Consórcio do Prolongamento do Quebramar (registado em prestações de serviços suplementares) e ter sido registada a mais-valia gerada pela alienação do edifício do Lote 5 da Plataforma Logística.

28.2. Trabalhos para a própria entidade

Custos com benefícios de empregados realizados no desenvolvimento de ativos de investimento:

	2025	2024
Ativos fixos tangíveis	434.222	435.812
Ativos intangíveis	230.636	251.164
Total	664.858	686.976

28.3. Outros rendimentos

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a rubrica apresenta a seguinte composição:

	2025	2024
Rendimentos suplementares (ver Nota 28.1.2)	579.781	1.188.370
Rendas das propriedades de investimento	18.846	11.612
Ganhos com a alienação de ativos fixos tangíveis	244	848.609
Subsídios ao investimento (ver Nota 27.1)	5.674.886	5.990.195
Subsídios ao investimento – Imparidade (ver Nota 27.1)	3.133.693	2.638.579
Ativos das concessões (ver Nota 17.2.1)	7.954.931	8.027.178
Outros rendimentos	551.262	387.554
Total	17.913.643	19.092.097

29. Gastos

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, os gastos reconhecidos no resultado foram os seguintes:

GASTOS	Notas	2025	2024
Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	15	4.453.350	1.851.836
Fornecimentos e serviços externos	29.1	17.373.345	19.915.042
Gastos com o pessoal	29.2	21.481.488	19.791.530
Imparidade de inventários (perdas/reversões)		-	-
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)		(159.040)	76.010
Provisões (aumentos/reduções)	18	215.952	922.468
Aumentos/reduções de justo valor	9	(1.220)	1.007
Outros gastos	29.3	5.073.600	7.026.033
Gastos de depreciação e de amortização	29.4	27.209.678	27.471.559
Imparidade de investimentos	8	(1.180.199)	(1.678.350)
Juros e gastos similares suportados	14.3	1.643.881	2.443.701
		76.110.835	77.820.836

29.1. Fornecimentos e serviços externos

O detalhe dos gastos com fornecimentos e serviços externos realizados nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 é como segue:

	2025	2024
Subcontratos	2.716.343	2.422.450
Serviços especializados	11.390.464	11.275.424
Materiais	134.388	117.206
Energia e fluidos	532.543	3.729.654
Deslocações e estadas	97.417	71.787
Serviços diversos	2.502.190	2.298.521
Total	17.373.345	19.915.042

O detalhe da rubrica Serviços especializados é o seguinte:

	2025	2024
Trabalhos especializados	262.050	299.577
Publicidade e propaganda	386.439	248.000
Vigilância e segurança	2.806.999	2.752.090
Honorários	238.704	256.666
Comissões	630	1.600
Conservação e reparação	4.554.835	4.006.414
Dragagens	1.228.132	2.331.333
Serviços bancários	15.028	16.714
Outros serviços especializados	1.897.647	1.363.030
Total	11.390.464	11.275.424

29.2. Gastos com o pessoal

O número médio de trabalhadores da APDL nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, era o seguinte:

	2025	2024
Número médio de trabalhadores	288	289

O quadro abaixo resume os gastos com o pessoal:

	2025	2024
Remunerações dos órgãos sociais	363.277	313.211
Remunerações do pessoal	15.365.219	14.785.051
Benefícios pós-emprego	842.288	149.531
Pensões	842.288	149.531
Indemnizações	-	-
Encargos sobre remunerações	3.582.098	3.435.486
Seguros	273.883	190.901
Gastos de ação social	829.546	684.188
Outros gastos	211.784	194.472
Total	21.481.488	19.791.530

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, os gastos com o pessoal de gestão e fiscalização foram os seguintes:

	2025	2024
Conselho de Administração	356.594	302.795
Conselho Fiscal	56.248	51.257
Revisor Oficial de Contas	17.780	16.848
Mesa da Assembleia Geral	1.150	356
Total	431.772	371.256

29.3. Outros gastos

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a rubrica *Outros gastos* apresenta a seguinte composição:

	Notas	2025	2024
Comparticipação AMT/DGRM	(i)	2.652.056	2.658.443
Impostos e taxas	(ii)	202.680	860.454
Perdas em investimentos	(iii)	-	1.248.987
Correções relativas a períodos anteriores		83	31.684
Donativos		61.857	74.520
Quotizações		117.277	106.261
Imparidade dos subsídios de investimento	(iii)	1.821.354	1.874.371
Outros gastos		218.293	171.313
Total		5.073.600	7.026.033

(i) Participação para a AMT e DGRM

Comparticipação de 5% das receitas de exploração portuária, exceto serviços de pilotagem, a favor das entidades referidas e na seguinte forma:

- 3% a favor da DGRM – Direção Geral de Recursos Naturais, Segurança e Serviços Marítimos, de acordo com o estipulado na Portaria n.º 184/2013, de 16 de maio, e;
- taxa máxima de 2% a favor da AMT - Autoridade da Mobilidade e dos Transportes, em conformidade com o previsto no Decreto-Lei n.º 78/2014, de 14 de maio.

(ii) Impostos e taxas

Os *Impostos e taxas* são constituídos pelos seguintes itens:

- Imposto Único de Circulação (IUC);
- IVA não dedutível;
- Imposto Municipal sobre os Imóveis (IMI);
- Outras taxas aplicadas por entidades públicas.

A variação ocorrida de 2024 para 2025 reflete a regularização de IVA efetuada em 2024 relativa a um contrato de direito de superfície (660 mil euros)

(iii) Perdas em investimentos

A perda é relativa ao desreconhecimento do direito de reversão de ativos afetos a concessões cujos equipamentos foram abatidos pelos concessionários.

(iv) Imparidade dos subsídios de investimento

Quantia relativa à reversão da imparidade dos subsídios de acordo com a imputação do subsídio a resultados (ver Nota 27).

29.4. Gastos de depreciação e de amortização

A rubrica *Gastos/reversões de depreciação e de amortização* tem a seguinte composição nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024:

	Notas	2025	2024
Ativos fixos tangíveis	5	21.972.511	22.069.563
Propriedades de investimento	6	28.222	4.052
Ativos intangíveis	7	5.208.945	5.397.944
Total		27.209.678	27.471.559

Outras notas

30. Encargos de caráter ambiental

Políticas contabilísticas

São reconhecidas provisões para matérias ambientais sempre que a Empresa tenha uma obrigação legal ou construtiva, como resultado de acontecimentos passados, relativamente à qual seja provável que uma saída de recursos se torne necessária para a liquidar, e possa ser efetuada uma estimativa fiável do montante dessa obrigação.

A Empresa incorre em dispêndios e assume passivos de carácter ambiental. Assim, os dispêndios com equipamentos e técnicas operativas que assegurem o cumprimento da legislação e dos regulamentos aplicáveis, bem como a redução dos impactos ambientais para níveis que não excedam os correspondentes a uma aplicação viável das melhores tecnologias disponíveis, desde as referentes à minimização do consumo energético, das emissões atmosféricas, da produção de resíduos e do ruído, são capitalizados quando se destinem a servir de modo duradouro a atividade da Empresa, e se relacionem com benefícios económicos futuros, permitindo prolongar a vida útil, aumentar a capacidade ou melhorar a segurança ou eficiência de outros ativos detidos pela Empresa.

Em relação aos encargos de carácter ambiental a Empresa, no âmbito do desenvolvimento da sua atividade, incorre em diversos encargos de carácter ambiental, os quais, dependendo das suas características, estão a ser capitalizados ou reconhecidos como um gasto nos resultados operacionais do período.

Os dispêndios de carácter ambiental incorridos para preservar recursos ou para evitar ou reduzir danos futuros, e que se considera que permitem prolongar a vida ou aumentar a capacidade ou melhorar a segurança ou eficiência de outros ativos detidos pela Empresa, são capitalizados.

30.1. Movimentos no exercício

Os dispêndios de carácter ambiental, capitalizados ou imputados a resultados nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 foram como segue:

	2025		2024	
	Gastos do período	Dispêndios capitalizados	Gastos do período	Dispêndios capitalizados
Monitorização do ar, água e ruído	216.624	-	13.652	-
Cortina arbórea	-	-	-	-
Redução das emissões de carbono	-	263.530	-	47.953
Outros materiais e serviços	-	-	20.640	-
Total	216.624	263.530	34.292	47.953

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 não se encontra registado nas demonstrações financeiras qualquer passivo de carácter ambiental, nem é divulgada qualquer contingência ambiental, por ser convicção da Administração que não existem nessa data obrigações ou contingências, legais ou construtivas, provenientes de acontecimentos passados, de que resultem encargos materialmente relevantes para a Empresa.

31. Locações

Políticas contabilísticas

As locações de ativos fixos tangíveis, relativamente às quais a APDL detém substancialmente todos os riscos e benefícios inerentes à propriedade do ativo são classificados como locações financeiras. São igualmente classificados como locações financeiras os acordos em que a análise de uma ou mais situações particulares do

contrato aponte para tal natureza. Todas as outras locações são classificadas como locações operacionais.

As locações financeiras são capitalizadas no início da locação pelo menor entre o justo valor do ativo locado e o valor presente dos pagamentos mínimos da locação, cada um determinado à data de início do contrato. A dívida resultante de um contrato de locação financeira é registada líquida de encargos financeiros, na rubrica *Financiamentos obtidos*. Os encargos financeiros incluídos na renda e o gasto de depreciação dos ativos locados são reconhecidos na demonstração dos resultados no período a que dizem respeito.

Os ativos fixos tangíveis adquiridos através de locações financeiras são depreciados pelo menor entre o período de vida útil do ativo e o período da locação quando a Empresa não tem opção de compra no final do contrato, ou pelo período de vida útil estimado quando a Empresa tem a intenção de adquirir os ativos no final do contrato.

Nas locações consideradas operacionais, as rendas a pagar são reconhecidas como gasto na demonstração dos resultados, numa base linear, durante o período da locação.

31.1. Gastos reconhecidos no exercício

Os gastos com locações operacionais reconhecidos na rubrica *Fornecimentos e serviços externos* da demonstração dos resultados nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 foram os seguintes:

	2025	2024
Gastos do exercício	180.723	190.096

As locações operacionais respeitam a contratos de aluguer operacional de viaturas automóveis.

O montante dos futuros pagamentos mínimos nas locações operacionais não canceláveis em 31 de dezembro de 2025 e 2024 eram os seguintes:

	2025	2024
Até 1 ano	231.060	151.947
Entre 1 e 5 anos	358.096	158.481
Total	589.156	310.428

32. Responsabilidades por garantias prestadas

32.1. Garantias bancárias prestadas a terceiros

A APDL garante o cumprimento das suas obrigações perante as Instituições do Estado prestando as garantias bancárias que lhe são exigidas no âmbito de processos.

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a APDL tinha as seguintes garantias:

	2025	2024
Garantia bancária a favor do Juiz de Direito do Tribunal de Círculo e de Comarca de Matosinhos para caucionar o fundo indispensável ao pagamento de indemnização de parcelas de terreno expropriadas, no âmbito da empreitada de construção da VILPL – Via Interna de Ligação ao Porto de Leixões	64.355	64.355
Garantia bancária a favor da Caixa Geral de Aposentações para garantir o pagamento do valor remanescente da dívida	275.900	275.900
Garantia bancária a favor do Tribunal Administrativo e Fiscal do Porto	-	9.129
Garantia bancária a favor do Juiz de Direito do Tribunal de Círculo e de Comarca de Matosinhos para caucionar o fundo indispensável ao pagamento de indemnização de parcelas de terreno expropriadas, no âmbito da Ligação Rodoviária da Plataforma Principal do Porto de Leixões à Plataforma Logística de Leixões – Pólo I/Gonçalves	265.983	265.983
Indemnizações por expropriações de terrenos para Acesso Rodoviário ao Porto de Viana do Castelo	1.645.523	1.645.523
Total	2.250.861	2.259.990.

33. Garantias prestadas por terceiros

33.1. Fornecedores

As cauções prestadas por fornecedores são exigidas como garantia da boa execução das empreitadas de obras públicas contratadas, mantendo-se em vigor até à receção definitiva das obras. Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a APDL detinha as seguintes garantias:

	2025	2024
Garantias depósito	696 970	576.466
Apólices de seguro-caução	933 429	706.926
Garantias bancárias	17 766 689	25.603.988
Total	19 397 088	26.887.380

33.2. Clientes e outros devedores

As cauções prestadas por clientes e outros devedores garantem o cumprimento das suas obrigações perante a Autoridade Portuária que lhes emitiu as respetivas licenças para exercício da sua atividade nos portos do Douro e Leixões. Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, estas eram como segue:

	2025	2024
Garantias bancárias	8 850 261	8.445.297
Apólices de seguro-caução	1 043 792	939.292
Garantias depósito	226 966	150.863
Garantias em numerário	806 785	829.364
Total	10 927 805	10.364.816

34. Eventos subsequentes

Os eventos ocorridos após a data do balanço sobre condições que existiam à data do balanço são considerados na preparação das demonstrações financeiras. Os acontecimentos materiais após a data do balanço que não dão lugar a ajustamentos são divulgados nesta Nota.

Importa assim referir o seguinte:

Recentemente, o comboio de tempestades que ocorreram na Europa desde o dia 22 de janeiro de 2026 (HARRY, INGRID e JOSEPH) culminou, na madrugada do dia 28 de janeiro de 2026, com a chegada da tempestade KRISTIN a Portugal, que, infelizmente, devastou toda a região centro do país.

A recorrência e intensidade das tempestades ocorridas induziu derrocadas no muro-cortina do quebra-mar exterior numa extensão total que é atualmente de cerca de 100m, e cujos destroços ocuparam toda a plataforma de circulação interior, obstruindo a passagem de veículos e pessoas. O talude interior do quebra-mar foi também parcialmente destruído e, no lado exterior, o trecho de muro contíguo ao alinhamento Posto A do Terminal Petrolífero de Leixões (TPL) e da sua esteira de tubagens de combustíveis em carga ficou em risco iminente de derrocada.

A APDL promoveu de imediato as diligências conducentes ao estabelecimento de uma intervenção emergencial, com carácter de urgência imperiosa, e adjudicou uma empreitada de Proteção de Emergência ao Posto A do Terminal Petrolífero de Leixões (TPL). Essa empreitada, atentos os limites de autonomia financeira da empresa, ficou adjudicada por 4.828.070,34 € e tem um prazo de execução de quatro meses, visando apenas a mitigação imediata da progressão dos danos.

Contudo, os trabalhos emergentes não se esgotam nesta empreitada, na medida em que o manto se encontra muito desguarnecido e é necessário conferir travamento inferior aos blocos deste manto. Assim, haverá que promover numa segunda empreitada, em ato contínuo – a iniciar no mês de julho de 2026 – de trabalhos subsequentes de reconstrução do manto de proteção entre o Posto A e da cabeça do quebramar existente, com uma quantidade total de blocos Antifer que se estima em 2.000 unidades, intervenção avaliada em cerca de 25 milhões €.

As demonstrações financeiras apresentadas refletem os eventos subsequentes ocorridos até 31 de março de 2026, data em que foram aprovadas pelo Conselho de Administração conforme referido na Nota 1.

A Contabilista Certificada,

CUMPRIMENTO DAS ORIENTAÇÕES DO ACIONISTA E DISPOSIÇÕES LEGAIS

1. Execução do Plano de Atividades e Orçamento

a) e b)

De acordo com o disposto no RJSPE, aprovado pelo DL n.º 133/2013, de 3 de outubro, a execução do Plano de Atividades e Orçamento 2025-2027 (PAO 2025-2027), que foi submetido e aprovado pelo acionista, foi a seguinte para o ano 2025:

	2025 Previsão	2025 Real	Desvio (+/-)
Resultado Líquido (em 1 000 €)	9 853	13 682	3 829
EBITDA (em 1 000 €)	40 310	43 355	3 045
Resultado Operacional (EBIT) (em 1 000 €)	15 205	19 511	4 306
Volume de Negócios (em 1 000 €)	74 750	74 454	-297
Gastos Operacionais (em 1 000 €)	46 060	43 308	-2 752
Gastos Operacionais / Volume de Negócios (em 1 000 €)	0,62	0,58	0
Endividamento (em 1 000 €)	84 823	55 555	-29 268
Dívida Financeira Líquida / EBITDA	2,1	0,8	-1,3
Disponibilidades (em 1 000 €)	21 639	22 522	883

c) Não aplicável.

d) As autorizações concedidas em sede de apreciação e aprovação do PAO foram:

Autorizações Necessárias	Despacho Autorizador	Limite/montante autorizado para 2025
Para o aumento dos gastos operacionais (corrigidos do IPC)	DUE 07/04/2025 Despacho n.º 133/2025- SETF de 04/02/2025 e Despacho Conjunto do MIH e SETF de 24/02/2025	Concessão de autorização, limitando o seu valor em 2025 a 46,06 milhões de euros
Para a contratação até quatro trabalhadores	DUE 07/04/2025 Despacho n.º 133/2025- SETF de 04/02/2025 e Despacho Conjunto do MIH e SETF de 24/02/2025	Concessão de autorização
Autonomia para a celebração de contratos de trabalho a termo resolutivo para substituição de trabalhadores detentores de contrato sem termo, para a mesma função, que se encontrem ausentes, nomeadamente por doença ou parentalidade	DUE 07/04/2025 Despacho n.º 133/2025- SETF de 04/02/2025 e Despacho Conjunto do MIH e SETF de 24/02/2025	Concessão de autorização

2. Eficiência Operacional e Gastos Operacionais

A evolução do rácio da Eficiência Operacional e dos gastos operacionais da empresa pode ser aferida no quadro seguinte, o qual quantifica o impacto das medidas de redução

de gastos operacionais previstas no artigo 140.º do Decreto-Lei nº 13-A/2025 de 10 de março.

Na sequência do Despacho n.º 1244/2019 SET de 14 de outubro de 2019 (em anexo), foi autorizada a utilização de um novo indicador, proposto pela empresa, para analisar a evolução da sua Eficiência Operacional. Este novo indicador utiliza como base o rácio dos gastos operacionais (CMVMC, FSE e Pessoal) no volume de negócios, conforme previsto nas IEPAO 2025 e no DLEO 2025, ajustando os FSE da seguinte forma:

- a) anualizando o efeito das dragagens para um ciclo de 6 anos e;
- b) desconsiderando alguns fatores de elevado montante que afetam a evolução do rácio, como sejam:
 - gastos de exploração das unidades de negócio deficitárias da APDL (PVC e VND), totalmente comparticipados por Orçamento de Estado (Capítulo 50º) e por fundos comunitários,
 - gastos de exploração relacionados com os projetos da Melhoria das Acessibilidades Marítimas ao Porto de Leixões e Novo Terminal, bem como os gastos associados à promoção estratégica deste investimento crucial para o Porto de Leixões.

Nos quadros seguintes apresenta-se a execução do rácio da Eficiência Operacional face ao previsto para 2025 no PAO 2025-2027 e relativamente à execução de 2024, calculado de forma geral e de acordo com o indicador autorizado para medir a Eficiência Operacional da APDL, conforme Despacho n.º 1244/2019 SET de 14 de outubro de 2019.

Unid: euros

EFICIÊNCIA OPERACIONAL - artigo 140º do DLEO 2025	2025 Exec.	2025 Orç.	2024 Exec.	2025(Exec.)/2024 (Exec.)		2025 (Exec.)/2025 (Orç.)	
				Δ Absol.	Var. %	Δ Absol.	Var. %
Gastos operacionais (GO)	43 308 183	46 060 329	41 557 544	1 750 639	4%	-2 752 145	-6%
(1) CMVMC	4 453 350	2 379 004	1 851 836	2 601 515	140%	2 074 346	87%
(2) FSE	17 373 345	22 170 490	19 915 042	-2 541 697	-13%	-4 797 145	-22%
(3) Gastos com o pessoal	21 481 488	21 510 834	19 790 666	1 690 822	9%	-29 346	0%
(4) Impactos nos gastos decorrentes de disposições legais (discriminar e fundamentar, se aplicável):	0	0	0	0	-	0	-
(5) Gastos operacionais ajustados (1)+(2)+(3)-(4)	43 308 183	46 060 329	41 557 544	1 750 639	4%	-2 752 145	-6%
(6) Volume de negócios (VN)	74 453 663	74 750 293	70 209 821	4 243 842	6%	-296 630	0%
Vendas	3 890 290	1 340 365	1 090 868	2 799 422	257%	2 549 925	190%
Prestações de Serviços	70 563 373	73 409 928	69 118 953	1 444 420	2%	-2 846 555	-4%
Outros Rendimentos que concorrem para o VN (discriminar e fundamentar, se aplicável)	0	0	0	0	-	0	-
Indemnizações Compensatórias (se aplicável)	0	0	0	0	-	0	-
(7) Impactos no VN decorrentes de disposições legais (discriminar e fundamentar, se aplicável):	0	0	0	0	-	0	-
(8) Volume de negócios ajustado (6)+(7)	74 453 663	74 750 293	70 209 821	4 243 842	6%	-296 630	0%
(9) Peso dos Gastos/VN = (5)/(8)	58,17%	61,62%	59,19%	-	-1,0 p. p.	-	-3,5 p. p.

Unid: euros

EFICIÊNCIA OPERACIONAL	2025 Exec.	2025 Orç.	2024 Exec.	2025(Exec.)/2024 (Exec.)		2025 (Exec.)/2025 (Orç.)	
				Δ Absol.	Var. %	Δ Absol.	Var. %
Outro indicador aprovado pelas Tutelas nos termos do n.º 3 do artigo 140.º do DLEO 2025							
a) Efeito anualização das Dragagens	-160 482	111 387	1 152 044	-1 312 526	-114%	-271 869	-244%
b) Efeito Gastos das UNs deficitárias comparticipados por OE ou FC	847 487	1 000 000	1 869 687	-1 022 199	-55%	-152 513	-15%
c) Efeito Gastos ocasionais de elevado montante	0	0	0	0	-	0	-
(5) Gastos operacionais ajustados (1)+(2)+(3)-(4)	42 621 177	44 948 942	38 535 813	4 085 364	11%	-2 327 764	-5%
(8) Volume de negócios ajustado (6)+(7)	74 453 663	74 750 293	70 209 821	4 243 842	6%	-296 630	0%
(9) Peso dos Gastos/VN = (5)/(8)	57,25%	60,13%	54,89%	-	2,4 p. p.	-	-2,9 p. p.

O peso dos gastos operacionais no volume de negócios, considerando os efeitos referidos acima, fixou-se nos 58,16% reduzindo-se face ao ano anterior (-1,0 p.p.).

Conforme previsto no número 5 do artigo 140º do DLEO 2025, a APDL solicitou autorização para o aumento dos gastos operacionais corrigidos da taxa de inflação sem habitação apurada pelo Instituto Nacional de Estatística, I.P., relativa ao ano de 2024, a qual foi concedida através da DUE 07/04/2025 e do Despacho n.º 133/2025-SETF de 04/02/2025 (em anexo), o que pode ser verificado no quadro acima.

De seguida, apresenta-se em complemento a seguinte informação:

Unid: euros

Informação adicional	2025 Exec.	2025 Orç.	2024 Exec.	2025(Exec.)/2024 (Exec.)		2025 (Exec.)/2025 (Orç.)	
				Δ Absol.	Var. %	Δ Absol.	Var. %
(1) Gastos com o pessoal				0	-	0	-
i. (-) Gastos relativos aos órgãos sociais	416 259	483 421	369 550	46 709	13%	-67 162	-14%
ii. (-) Efeito do cumprimento de disposições legais (discriminar, se aplicável)				0	-	0	-
iii. (-) Acordo tripartido 2025-2028 sobre a valorização salarial e o crescimento económicoa)				0	-	0	-
iv. (-) Valorizações remuneratórias decorrentes da aplicação de Regulamentos/IRCT	135 942	135 942	106 208	29 734	28%	0	0%
v. (+) Efeito do Absentismo				0	-	0	-
vi. (-) Efeito das indemnizações pagas por rescisão (exceto por mútuo acordo)a)				0	-	0	-
(2) Gastos com pessoal sem os impactos i. a vi				0	-	0	-
(3) Gastos com deslocações e alojamento	74 989	93 410	53 865	21 125	39%	-18 421	-20%
(4) Gastos com ajudas de custo	56 932	35 650	30 508	26 424	87%	21 282	60%
(5) Gastos associados à frota automóvel	326 330	387 261	349 494	-23 164	-7%	-60 931	-16%
(6) Encargos com contratação de estudos, pareceres, projetos e consultoria	224 733	424 870	267 467	-42 733	-16%	-200 137	-47%
(7) Total dos gastos (3) a (6)	682 985	941 191	701 333	-18 349	-3%	-258 206	-27%
(8) N.º de Viaturas (operacional)	50	50	50	0	0%	0	0%
(9) N.º de viaturas (não operacional)				0	-	0	-

3. Recursos Humanos e Massa Salarial

	2025 Exec	2025 Orç.	2024 Exec	2025/2024	
				Δ Absol.	Var. %
N.º Órgãos Sociais (OS)	9	9	9	0	0,00%
N.º Cargos de Direção (CD)	11	11	11	0	0,00%
N.º Trabalhadores (sem OS e sem CD)	273	278	277	-4	-1,44%
Número Total de RH (OS+CD+Trabalhadores)	293	298	297	-4	-1,35%
Número de Trabalhadores/N.º CD	26	26	26	0	-
Gastos com Pessoal /Total (OS+CD+T)	73 316	72 184	66 638	6 678	10,02%

MASSA SALARIAL GLOBAL (euros)	2025 Exec	2025 Orç.	2024 Exec	2025/2024	
				Δ Absol.	Var. %
Massa Salarial Global	15 728 495	16 396 994	15 207 837	520 658	3,42%
Massa Salarial sem efeitos de volume (caso se tenha verificado um aumento ou diminuição líquida do n.º de trabalhadores)	15 722 927	16 391 426	14 840 539	882 388	5,95%

Grupo Profissional	Situação a 31/12/2024	Movimentos de Pessoal em 2025					Situação a 31/12/2025
		Saídas (reformas/outros)	Trabalhadores ausentes por mobilidade/ cedência/licença	Contratações para substituição de saídas	Novas contratações*	Entradas ao abrigo do ... (normativo legal, despacho, etc.)	
	(1)	(2)		(3)	(4)	(5)	(6) = (1)-(2)+(3)+(4)+(5)
Órgãos Sociais (OS)	9						9
Cargos de direção (s/ OS)	11						11
Categoria GP1 (Técnico Superior/Oficial Mar.Merc/Assessor)	118	1	1				116
Categoria GP2 (Técnico)	4						4
Categoria GP3 (Adjunto Exploração)	1						1
Categoria GP3 (Assistente Administrativo)	3						3
Categoria GP3 (Adjunto Técnico)	8						8
Categoria GP4 (Desenhador)	2						2
Categoria GP4 (FTOBPORT)	4	1			1		4
Categoria GP4 (MESTRAFLOC)	18						18
Categoria GP4 (MOTMARIT III, II, I)	16						16
Categoria GP4 (OPCOMPUT)	3						3
Categoria GP4 Tec.Apoio Inform.)	2						2
Categoria GP4 (OPRADARTELC)	13						13
Categoria GP5A (AGEXPLOR)	3						3
Categoria GP5A (ELECTRIC)	2						2
Categoria GP5A (MECANIC)	1						1
Categoria GP5A (OPEQPORT)	5						5
Categoria GP5A (TECADM)	22						22
Categoria GP5A (TECAUXILIAR)	5	2			1		4
Categoria GP5B (LUBRIFIC)	1						1
Categoria GP5B (MARINH)	20	1			1		20
Categoria GP6 (AUXSERVIÇOS)	0						0
Categoria GP6 (TELEF-RECECION)	1						1
Categoria GP6 (MOTLIGEIRO)	0				1		1
PILOTOS	25	5			3		23
Total (OS+CD+Trabalhadores)	297	10	1	0	7	0	293
Impacto nos gastos com pessoal	-	0,00 €	-	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
* Despacho n.º 133/2025-SETF							

4. Plano de Investimentos

Unid: milhares de euros

Plano de Investimentos	PAO 2025	Executado 2025							Desvio (PAO vs. Executado)	Observações/ medidas
		Total	Fontes de Financiamento							
			Auto financiamento	Orçamento de Estado	Endividamento	Fundos Comunitários	PRR	Outros		
Cais flutuante PL	0	349	349						349	
Defensas Porto de Leixões	600	1.052	1.052						452	
Reabilitação torre VTS	0	121	121						121	
Reabilitação de edifícios e espaços	110	263	263						153	
Portaria Principal Porto Leixões	255	405	405						150	
Reordenamento Cais do Ouro	0	29	29						29	
Implementação do novo assinalamento VND	767	1.354	11	1.344					587	
Defensas e cabeços VND	0	39		39					39	
Reabilitação da ponte móvel da marina de VC	0	104	4	100					104	
Docagens e reabilitação de lanchas	520	1.295	1.295						775	
Sistema de informação geográfica	30	48	48						18	
Infraestruturas de TIC	1.204	1.400	1.400						196	
Restantes Investimentos	52.778	20.677	9.188	1.474	3.603	6.411			-32.101	
Valor total do investimento	56.263	27.136	14.165	2.957	3.603	6.411	0	0	-29.127	

O desvio verificado entre o previsto para 2025 e o efetivamente realizado decorre, essencialmente, do atraso na concretização dos investimentos em 2024, o que arrastou a sua execução para 2025, originando um nível de execução não antecipável aquando da elaboração do Plano de Atividades e Orçamento.

5. Contratualização de Serviço Público

Não aplicável, atendendo que a APDL não celebrou quaisquer contratos-programa, contratos de prestação de serviços público ou de interesse económico geral celebrados com o Estado.

6. Gestão do Risco Financeiro

A APDL não tem contratualizado qualquer instrumento de gestão do risco financeiro. Para os investimentos relevantes, atuais e futuros, a APDL recorre às seguintes fontes de financiamento:

- Subsídios comunitários para alavancar os seus investimentos;
- Fundos próprios resultantes da sua atividade de exploração;
- Linha de financiamento Banco Europeu de Investimento, com aval do Estado, no valor de 40 milhões de euros, renegociado em 2018 (empréstimo inicial de 70 milhões de euros), cujo prazo de utilização terminou em maio de 2019, com apenas uma utilização de 20 milhões de euros, com uma taxa de juro fixa a 10 anos (2,54% ao ano até novembro de 2021). A taxa de juro fixa foi revista para 0%, com efeitos desde maio de 2022;
- Linha de financiamento do Banco Europeu de Investimento, com aval do Estado, no valor de 60 milhões de euros contratualizado a 25 de maio de 2023, pelo prazo

de 20 anos. Em agosto de 2023 procedeu-se ao primeiro desembolso no valor de 12,5 milhões de euros, com uma taxa fixa, revista a cinco anos, de 3,082%;

- Linha de financiamento no Banco BPI, S.A. no valor de 37,5 milhões de euros, com uma taxa de juro variável associada à Euribor a 12 meses, acrescida de spread de 0,797%.

Em novembro de 2025, a APDL procedeu à amortização total antecipada de um financiamento junto do Banco BPI, S.A., no montante de 17,5 milhões de euros, com taxa de juro variável indexada à Euribor a 6 meses, acrescida de um spread de 0,7%, sendo que o capital em dívida ascendia, à data, a 12.031.250,00 €.

Anos	2021	2022	2023	2024	2025
Dívida	13.560.000	67.420.000	76.552.500	72.083.333	55.555.000
Encargos Financeiros	345.338	679.175	2.182.875	2.966.192	2.183.955
Taxa Média de Financiamento	2,74%	1,74%	3,03%	3,92%	3,14%

7. Limite de Crescimento do Endividamento

Quanto à taxa de variação do endividamento remunerado, identificada no quadro abaixo, foi calculada pela variação do endividamento e do capital social, expurgando o montante de novos investimentos:

Un: 1000 euros

Passivo Remunerado	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	Δ € 2025 vs. 2024
Financiamentos obtidos									
Passivo não corrente	15.720	14.660	13.560	12.420	64.053	72.083	66.493	52.072	-14.421
Passivo corrente	1.020	1.060	1.100	1.140	3.368	4.469	5.591	3.483	-2.108
Capital	51.035	51.035	51.035	51.035	51.035	51.035	51.035	51.035	0
Novos Investimentos	0	0	0	0	99.638	35.903	10.870	4.382	-6.488
Variação do Endividamento	-1,4%	-1,5%	-1,6%	-1,7%	-70,9%	-22,6%	-12,0%	-17,0%	

Variação do Endividamento = $((52.072 + 3.483 - 66.493 - 5.591) + (51.035 - 51.035) - 4.382) / (66.493 + 5.591 + 51.035) = -17,0\%$

Un: 1000 euros

Novos Investimentos	2025
Melhoria das Acessibilidades Marítimas	4.382

8. Princípio da Unidade de Tesouraria do Estado

A APDL tem todas as suas aplicações financeiras a prazo junto do Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública - IGCP, E.P.E., em cumprimento das normas legais fixadas. Contudo, no âmbito da sua gestão financeira corrente torna-se necessário manter algumas disponibilidades à ordem na Banca Comercial.

Face ao disposto no número 6 do artigo 105º da Lei n.º 82/2023 de 29 de dezembro (LOE 2024), a APDL, ao abrigo do número 7 do artigo 91º do Decreto-Lei 17/2024 de 29 de janeiro, conjugado com o número 3 do artigo 28º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de Outubro, solicitou a dispensa parcial do cumprimento do Princípio da Unidade de Tesouraria do Estado para os anos de 2024 e 2025, no sentido de ser autorizada a manutenção das disponibilidades à ordem na Banca Comercial até ao limite de 10% do valor de recebimentos anuais de clientes. O pedido foi aprovado pela Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública – IGCP, E.P.E. através da Informação n.º 0305/2024 de 13 de maio de 2024.

No quadro seguinte são reportadas as disponibilidades e aplicações financeiras no IGCP durante o ano de 2025:

Unid: Euros

IGCP	1.º Trimestre	2.º Trimestre	3.º Trimestre	4.º Trimestre
Disponibilidades	6.937.533	5.854.004	4.721.228	3.593.680
Aplicações financeiras	21.393.457	26.489.259	31.305.917	17.500.524
Total	28.330.990	32.343.263	36.027.146	21.094.204

O quadro abaixo evidencia as disponibilidades na Banca Comercial durante o ano de 2025:

Unid: Euros

Banca Comercial	1.º Trimestre	2.º Trimestre	3.º Trimestre	4.º Trimestre
BANCO BPI, SA	437.385	256.479	632.750	279.695
BANCO COMERCIAL PORTUGUES, SA	373.643	527.062	1.074.667	404.338
BANCO SANTANDER TOTTA, SA	132.980	74.235	197.456	45.921
CAIXA ECONOMICA MONTEPIO GERAL	58.645	5.122	16.529	28.626
CAIXA GERAL DE DEPOSITOS, SA	22.569	93.726	160.644	71.287
NOVO BANCO, SA	1.166.386	673.942	794.457	548.365
Total	2.191.607	1.630.567	2.876.503	1.378.232
Juros auferidos	0	0	0	0

9. Prazo Médio de Pagamento (PMP) e “Arrears”

- a) Prazo Médio de Pagamentos a Fornecedores nos termos da RCM nº 34/2008, de 22 de fevereiro, com as alterações introduzidas pelo Despacho nº 9870/2009, de 13 de abril:

PMP	1ºT 2024	2ºT 2024	3ºT 2024	4ºT 2024	1ºT 2025	2ºT 2025	3ºT 2025	4ºT 2025	Δ 2025 vs 2024	
									dias	%
PMP a Fornecedores	41	43	43	33	31	28	31	37	4	12,1%

Na tabela abaixo, elencam-se as faturas com os montantes mais relevantes que foram rececionadas na APDL em janeiro de 2026 e que foram pagas dentro dos prazos previstos.

Fornecedores	Valor líquido	Data da fatura	Data de receção da fatura na APDL	Data de pagamento da fatura	Prazo de pagamento em dias
FUTURE PROMAN, S.A.	364.880,00 €	30/12/2025	12/01/2026	05/02/2026	24
AHLERS LINDLEY, LDA	349.000,00 €	18/12/2025	06/01/2026	29/01/2026	23
ATLANTINIVEL CONSTRUÇÃO CIVIL LDA	304.813,13 €	29/12/2025	05/01/2026	05/02/2026	31
Total	1.018.693,13 €				

Deste modo, expurgando as faturas com data de emissão de 2025 e com receção na APDL em janeiro de 2026, no montante total de 3.184.253€, conclui-se que a APDL apresenta, em dezembro de 2024, o Prazo Médio de Pagamento de 37 dias.

O Complexo de Apoio ao Cais de Gaia, avaliado em 10.328.000€, que estava contabilizado na rubrica Propriedades de Investimento no ano 2023, foi reclassificado para a rubrica Ativos Fixos Tangíveis. A APDL entende que este complexo é parte integrante da sua operação, fazendo, como tal, parte dos seus ativos tangíveis. Verificou-se, assim, no exercício de 2024, um aumento dos ativos fixos tangíveis por transferência de rubricas, não estando este movimento sujeito a movimento financeiro, ou seja, este valor não se refletiu na conta de fornecedores de investimento. Expurgando o efeito desta reclassificação, o Prazo Médio de Pagamento seria, em 2024, de 41 dias, o que representaria uma diminuição de 4 dias em 2025.

- b) Mapa da posição a 31/12/2025 dos Pagamentos em Atraso, nos termos do DL 65-A/2011, de 17 de maio.

Os valores em mora há mais de 90 dias e há menos de 360 dias, respeitam a faturas que a APDL não aceita por entender que os fornecimentos não foram realizados ou estão incompletos, ou as faturas contêm linhas com erros relativas aos preços unitários ou quantidades. Apesar do n.º 1 do artigo 3 do DL 65-A/2011 referir que deve ser considerado apenas o “valor global das dívidas certas, líquidas e exigíveis que permanecem por pagar após 90 dias...”, por questão de maior transparência, se reporta estas dívidas que se encontram contabilizadas.

Dos valores em mora há mais de 360 dias, e que na data de aprovação deste documento ainda se encontram em aberto, destaca-se o montante de 29.409,69 € da Dourocais, a aguardar encontro de contas pois a entidade à data de 31/12/2025 deve à APDL o montante de 5.859.491,35€.

Unid: euro

Dívida Vencida (>90 dias)	PAGAMENTOS EM ATRASO				
	Valor das dívidas vencidas de acordo com o art. 1.º do DL 65-A/2011 conjugado com o n.º 2 do artigo 4.º do DL 127/2012				
	2025				2024
	90-180 dias	180-360 dias	> 360 dias	Total	Total
1 - Aq. de Bens e Serviços	254.043,62 €	4.019,18 €	195.518,90 €	453.581,70 €	346.323,88 €
2 - Aq. de Capital	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
3 - Total dívida vencida >90 dias (1+2)	254.043,62 €	4.019,18 €	195.518,90 €	453.581,70 €	346.323,88 €
4 - Situações excluídas (n.2 art.4 DL 127/2012)	254.043,62 €	4.019,18 €	195.518,90 €	453.581,70 €	343.599,43 €
4.1 - Obrigações de pagamento objeto de impugnação judicial até que sobre elas seja proferida decisão final e executória	0,00 €	0,00 €	29.409,69 €	29.409,69 €	29.409,69 €
4.2 - Situações de impossibilidade de cumprimento por ato imputável ao credor	254.043,62 €	4.019,18 €	166.109,21 €	424.172,01 €	314.189,74 €
4.3 - Montantes objeto de acordos de pagamento desde que o pagamento seja efetuado dentro dos prazos acordados	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
5 - PAGAMENTOS EM ATRASO (3)-(4)	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	2.724,45 €

Pagamentos em atraso nos termos do n.º 1 do artigo 40.º da LOE 2024	Saldo
1 - Pagamentos em atraso 2024 (>90 dias) ¹	2.724,45 €
2 - Pagamentos em atraso 2025 (>90 dias) ¹	0,00 €
3 - Pagamentos em atraso (2-1)	-2.724,45 €
4 - Dotações orçamentais em 2025 ²	0,00 €
5 - Saldo (3+4)	-2.724,45 €

1 - Nos termos do artigo 1.º do DL n.º 65-A/2011.

2 - Apenas aplicável às entidades públicas reclassificadas.

10. Estatuto do Gestor Público

a) Objetivos de Gestão

Através de Deliberação Social Unânime por Escrito de 6 de janeiro de 2026, foi eleito o Conselho de Administração para o mandato 2026-2028, no âmbito da qual foi fixada a obrigação de apresentação de proposta de objetivos de gestão, estando em fase de análise pela ETF.

Em relação aos objetivos de gestão para o ano 2025, havia sido efetuada uma proposta de Contrato de Gestão para o mandato 2023-2025 do Conselho de Administração. Nessa proposta de Contrato de Gestão, foram sugeridos os objetivos de gestão a atingir pelo Conselho de Administração da APDL para o mandato 2023-2025, o qual não chegou a ser aprovado.

Contudo, apresenta-se de seguida o respetivo grau de cumprimento:

Objetivos Estratégicos

Indicador	Métrica	Tipo	Ponderador	Execução acumulado a dezembro 2025	Meta	Desvio
Rácio Eficiência Operacional (%)	Gastos Operacionais / Volume de Negócios (considerando os efeitos calculados no âmbito do PAO 2025-2027)	Não binário	10,00%	57,25%	60,13%	-2,9 p.p.
Resultado Líquido (€)		Não binário	10,00%	13 682 001	9 853 316	38,9%
Alavancagem Financeira (%)	Dívida Total / Ativo Total	Não binário	5,00%	9,1%	13,0%	-3,9 p.p.

Objetivos Setoriais

Indicador	Métrica	Tipo	Ponderador	Execução acumulado a dezembro 2025	Meta	Desvio
Grau de Execução do Investimento do Quebra-Mar	% execução dos valores previstos no PAO 2025-2027	Não binário	12,50%	34,80%	100,00%	-65,2 p.p.
Potência de energia renovável instalada	Instalação de painéis fotovoltaicos de produção de energia	Não binário	12,50%	0	1000 MW	-

Objetivos Específicos

Indicador	Métrica	Tipo	Ponderador	Execução acumulado a dezembro 2025	Meta	Desvio
Movimento total	Número total de toneladas movimentadas nos portos de Leixões, Viana do Castelo e Douro	Não binário	3,57%	14 386 426	15 370 300	-6,4%
Operacionalidade dos sistemas JUP, 3PL e Bâsculas (Meta: 3PL 99%; JUP 99% e Bâsculas 95%)	Tempo de atividade dos sistemas JUP, 3PL e Bâsculas / tempo total (=0) se metas ultrapassadas nos 3 sistemas; (=1) se metas atingidas em 3 sistemas; (=2) se metas atingidos em 2 sistemas; (=3) se metas atingidos em 1 ou 0 sistemas	Não binário	3,57%	0	1	-100,0 p.p.
Grau de realização do investimento orçamentado no PAO	Volume de investimento realizado / volume de investimento orçamentado	Não binário	3,57%	47%	75%	-27,6 p.p.
Grau de realização do investimento participado (fundos comunitários e Capítulo 50º OE) orçamentado no PAO	Volume de investimento realizado / volume de investimento orçamentado	Não binário	3,57%	45%	100%	-54,8 p.p.
Grau de cumprimento dos prazos de emissão de parecer na plataforma SIRJUE	(N.º de pareceres emitidos dentro do prazo legal / N.º total de pedidos de parecer recebidos) x 100	Não binário	3,57%	100%	100%	0,0 p.p.
Índice de formação	Média de horas de formação por trabalhador	Não binário	3,57%	23,2	15,0	54,9%
Cumprimento dos objetivos dos processos Sistema de Gestão da Qualidade	Número de indicadores dentro da meta definida sobre o total de indicadores definidos	Não binário	3,57%	69,4%	65%	4,4 p.p.

Outros Objetivos

Indicador	Métrica	Tipo	Ponderador	Execução acumulado a dezembro 2025	Meta	Desvio
Inquérito de satisfação de clientes	Resultados do inquérito (respostas correspondentes aos níveis 3, 4 e 5)	Não binário	20,00%	83,0%	75,0%	8,0 p.p.
Dividas vencidas há mais de 90 dias (€)	Atrasos nos pagamentos ("arrears") conforme definidos no artigo 1.º DL n.º 65- A/2011 de 17 de maio	Não binário	5,00%	0	70 000	-100,0%

b) Artigo 32.º e 33.º do Estatuto do Gestor Público

Os membros do Conselho de Administração, ou de qualquer outro órgão social, não dispõem de cartão de crédito da empresa, nem lhes foram reembolsadas quaisquer despesas de representação de natureza pessoal.

Membro do CA	Gastos com Comunicações (€)		
	Plafond mensal Definido	Valor Anual	Observações
João Pedro Moura Castro Neves	80	949,53	
Cláudia de Amorim Castro Soutinho	80	922,53	
Joaquim Pereira Gonçalves Silva	80	960,00	

Membro do CA	Gastos anuais associados a viaturas (€)				Observações
	Plafond mensal Combustível e Portagens	Combustível	Portagens	Total	
João Pedro Moura Castro Neves	502,13	5.063,88	961,68	6.025,56	25% valor Desp. Repres.
Cláudia de Amorim Castro Soutinho	401,71	4.291,72	528,74	4.820,46	25% valor Desp. Repres.
Joaquim Pereira Gonçalves Silva	401,71	3.663,24	1.157,22	4.820,46	25% valor Desp. Repres.

c) Despesas não documentadas ou confidenciais

A APDL cumpriu com o disposto no n.º 2 do artigo 16º do RJSPE, não tendo ocorrido a realização de quaisquer despesas não documentadas.

11. Contratação Pública

A APDL cumpre com a aplicação do regime jurídico do CCP, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, e estabelece a disciplina aplicável à contratação pública e ao regime substantivo dos contratos públicos que revistam a natureza de contrato administrativo, na sua versão atual.

Durante o ano de 2025 foi celebrado 1 contrato de valor igual ou superior ao limiar de 5 milhões de euros, designadamente o contrato de Fornecimento, Instalação e Comissionamento de um Sistema OPS (16MVA) para o Terminal de Cruzeiros no Porto de Leixões, tendo o mesmo sido submetido a visto prévio do Tribunal de Contas.

Em 2025, foram lançados através da Plataforma Eletrónica (VortalNEXT) e através de e-mail os seguintes procedimentos [1]:

- 22 Concursos Públicos, dos quais 2 foram cancelados;
- 155 Procedimentos no âmbito do disposto no artigo 11.º CCP – Setor dos Transportes, dos quais 90 ajustes diretos, 65 consultas prévias; e

- 5 Procedimentos ao abrigo do Regime Geral, todos ajustes diretos.

Foram ainda publicitados no portal da internet dedicado aos contratos públicos (base.gov.pt) a celebração de 74 Ajustes diretos, 65 Consultas Prévias e 22 concursos Públicos, na sequência de procedimentos lançados pela APDL.

[1] Nos termos do CCP não é obrigatório o lançamento de Ajustes Diretos e Consultas Prévias através de Plataforma Eletrónica.

12. Informação Complementar

a) Sistema Nacional de Compras Públicas (SNCP)

A APDL aderiu como Entidade Voluntária ao SNCP através de contrato de adesão celebrado em 17/02/2012. Desta adesão, como entidade voluntária, em 2025 não foi tramitado nenhum processo de contratação centralizada.

b) As diligências tomadas e os resultados obtidos no âmbito do cumprimento das recomendações do acionista emitidas aquando da última aprovação dos documentos de prestação de contas (se aplicável);

Na Assembleia Geral realizada em 11 de julho de 2025, através do Diploma n.º 19/2025-SETF/SEI, o representante do Acionista formulou um conjunto de recomendações, apresentando-se de seguida informação relativa às diligências desenvolvidas pela APDL, com vista ao cumprimento das referidas recomendações.

- Dar cumprimento às orientações da tutela financeira do Estado no que concerne ao crescimento da massa salarial;

A APDL cumpriu as orientações da tutela relativamente aos aumentos para o Setor Empresarial do Estado, fixando o aumento em 56,58€ para salários até 2631,62€ e 2,15% para vencimentos superiores a 2631,63€, não tendo a massa salarial ultrapassado o limite de 4,7%.

Relativamente à proposta em negociação salarial de atribuição de uma BR a 01/07/2025, esta não se concretizou.

- Atendendo a que o último Relatório de Diferenciação Salarial por Género da APDL data de 2021, e considerando o prazo de atualização previsto legalmente e a relevância da matéria no âmbito das boas práticas de governação e da promoção da igualdade de género, proceder à atualização do referido relatório, com base em dados mais recentes;

A APDL realizou, em 2025, o Relatório de Diferenciação Salarial por Género com os dados referentes ao ano de 2024, o qual pode ser consultado diretamente no site da empresa, através do endereço <https://www.apdl.pt/empresa/governo-da-sociedade/>.

- Embora a obrigatoriedade de apresentação de Demonstração Não Financeira (DNF) não se aplique à APDL, por esta não ultrapassar o número médio de 500 trabalhadores em 2024, nos termos do artigo 66.º-B do CSC, recomenda-se ao Conselho de Administração a elaboração e divulgação voluntária da DNF a partir do exercício de 2025

(inclusive), estruturada de acordo com as boas práticas internacionais (nomeadamente o referencial GRI Standards).

Na sequência das alterações aos requisitos da Diretiva (UE) 2022/2464, decorrentes do pacote *Omnibus*, apenas passam a estar abrangidas pela obrigação de relato de sustentabilidade as empresas com mais de 1.000 trabalhadores e um volume de negócios superior a 450 milhões de euros. As restantes entidades poderão recorrer à norma de relato de sustentabilidade de aplicação voluntária para pequenas e médias empresas (VPME).

Assim, com a publicação do pacote *Omnibus* em fevereiro de 2026, a APDL deixará, nesta fase, de estar sujeita à obrigatoriedade de aplicação da CSRD.

Não obstante, a APDL mantém o desenvolvimento dos trabalhos orientados para o cumprimento das orientações do Acionista, nomeadamente no que respeita à concretização da análise de dupla materialidade. Embora esta análise já não seja atualmente obrigatória, continua a revestir-se de utilidade relevante para a APDL, na medida em que contribui para a definição de prioridades, assegura coerência ao relatório e prepara a organização para futuras exigências, quer por parte do Acionista, quer no âmbito de financiamento ou da UE.

Nestes termos, para o Relatório de Sustentabilidade de 2025 está a ser desenvolvido o relatório voluntário proporcional, à luz do *Omnibus*, tendo como referência as normas GRI, com um enfoque particular nas dimensões ambiental, de segurança, integridade e estratégia, evidenciando que a APDL se encontra preparada e alinhada com as melhores práticas, ainda que fora de um quadro de obrigatoriedade legal.

c) Não aplicável, uma vez que não houve reservas na Certificação Legal de Contas.

d) Não aplicável, uma vez que não houve auditorias do Tribunal de Contas nos últimos três anos.

e) As medidas implementadas no âmbito da adaptação progressiva dos sistemas de reporte e dos processos internos, de modo a assegurar que, caso a empresa ainda não se encontre sujeita à obrigação de apresentação do relato de sustentabilidade, venha a cumprir essa exigência nos prazos legalmente estabelecidos pela Diretiva comunitária Corporate Sustainability Reporting Directive (CSRD).

Tal como referido na alínea b), a APDL encontra-se em fase de preparação do Relatório de Sustentabilidade de 2025, o qual integrará o relatório voluntário proporcional (norma VPME), à luz do *Omnibus*, tendo como referência as normas GRI, com um enfoque particular nas dimensões ambiental, de segurança, integridade e estratégia, evidenciando que a APDL se encontra preparada e alinhada com as melhores práticas, ainda que fora de um quadro de obrigatoriedade legal.

A norma VPME encontra-se direcionada para pequenas e médias empresas e nesse sentido, os seus requisitos de divulgação são mais simplificados do que as normas ESRS e normas GRI. Neste contexto, a APDL beneficia de uma transição particularmente

facilitada, na medida em que uma parte substancial da informação exigida pela VPME já é atualmente reportada ao abrigo do referencial GRI.

13. Quadro-Síntese do Cumprimento das Orientações

Ponto	Cumprimento das Orientações	Cumprimento	Indicar Pág. Relatório Gestão
		S/N/N.A.	
1	Execução do PAO		149
	Metas a atingir constantes no PAO		
	Investimento	N	
	Resultados	S	
	Nível de endividamento...	S	
	Execução do orçamento carregado no SIGO/SOE	S	
	Autorizações Concedidas	S	
2	Eficiência operacional e gastos operacionais	S	149
3	Recursos humanos e Massa Salarial		Erro! Marcado r não definido.
	Indicação da evolução dos RH	S	
	Identificação e disponibilização do Despacho autorizador de aumento dos RH (se aplicável)	S	
	Evolução da massa salarial (sem efeito de volume)	S	
4	Plano de Investimentos	S	154
5	Contratualização de Serviço Público		154
	Indicadores, metas e execução	N.A.	
	Compensações recebidas	N.A.	
6	Gestão do Risco Financeiro	S	154
7	Limites de Crescimento do Endividamento	S	155
8	Princípio da Unidade de Tesouraria do Estado		156
	Disponibilidades e aplicações centralizadas no IGCP	S	
	Disponibilidades e aplicações na Banca Comercial	S	
	Juros auferidos e entregues em Receita do Estado	N.A.	
	Identificação do Despacho autorizador do excecionamento (se aplicável)	S	
9	PMP a fornecedores e arrears		157
	Evolução do PMP	S	
	Pagamentos em atraso	S	
10	Estatuto do Gestor Público		159
	Objetivos de gestão	S	
	Não utilização de cartão de crédito	S	
	Não reembolso de despesas de representação pessoal	S	
	Valor máximo das despesas associadas a comunicações	S	
	Valor máximo de combustível e portagens afeto mensalmente às viaturas de serviço	S	
	Despesas não documentadas ou confidenciais	S	
11	Contratação Pública		161

Ponto	Cumprimento das Orientações	Cumprimento	Indicar Pág. Relatório Gestão
		S/N/N.A.	
	Aplicação das Normas de contratação pública pela empresa	S	
	Aplicação das normas de contratação pública pelas participadas	N.A.	
12	Informação Complementar		162
	Contratos submetidos a visto prévio do TC	S	
	Adesão ao Sistema Nacional de Compras Públicas	S	
	Diligências tomadas sobre recomendações do acionista na última aprovação de contas	S	
	Diligências tomadas sobre as reservas emitidas na última CLC	N.A.	
	Auditorias do Tribunal de Contas	N.A.	
	Medidas implementadas para o cumprimento do relato sobre sustentabilidade (CSRD).	N.A.	
13	Sistematização Informação		165

ANEXOS

Abreviaturas

Abreviatura	DESIGNAÇÃO
AICEP	AGÊNCIA PARA O INVESTIMENTO E COMÉRCIO EXTERNO DE PORTUGAL
APDL	ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DO DOURO, LEIXÕES E VIANA DO CASTELO, S. A.
APLOG	ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE LOGÍSTICA
APP	ASSOCIAÇÃO DOS PORTOS DE PORTUGAL
BEI	BANCO EUROPEU DE INVESTIMENTO
CEDIC	CERTIFICADOS ESPECIAIS DE DÍVIDA DE CURTO PRAZO
CEF	<i>CONNECTING EUROPE FACILITY</i>
CEF – T	<i>CONNECTING EUROPE FACILITY- TRANSPORT</i>
CGA	CAIXA GERAL DE APOSENTAÇÕES
CIIMAR	CENTRO INTERDISCIPLINAR DE INVESTIGAÇÃO MARINHA E AMBIENTAL
CIRC	CÓDIGO DO IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO DAS PESSOAS COLETIVAS
CLPQ	CONCURSO LIMITADO PRÉVIA QUALIFICAÇÃO
CNC	COMISSÃO DE NORMALIZAÇÃO CONTABILÍSTICA
CPC	CONSELHO DE PREVENÇÃO DA CORRUPÇÃO
CPLP	COMUNIDADE DE PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA
DIM	<i>DIREÇÃO DE INOVAÇÃO E MODERNIZAÇÃO</i>
DIW 2020	DOURO INLAND WATERWAY 2020
EBIT	<i>EARNINGS BEFORE INTEREST AND TAXES</i>
EBITDA	<i>EARNINGS BEFORE INTEREST, TAXES, DEPRECIATION AND AMORTIZATION</i>
e-Impact	<i>E-FREIGHT IMPLEMENTATION ACTION</i>
GT	ARQUEAÇÃO BRUTA (<i>GROSS TONNAGE</i>)
IAPMEI	INSTITUTO DE APOIO ÀS PEQUENAS E MÉDIAS EMPRESAS E À INOVAÇÃO
IGCP	AGÊNCIA DE GESTÃO DA TESOURARIA E DA DÍVIDA PÚBLICA
IHT	ISENÇÃO DO HORÁRIO DE TRABALHO
IP	INFRAESTRUTURAS DE PORTUGAL, S. A.
JUL	JANELA ÚNICA LOGÍSTICA
JUP	JANELA ÚNICA PORTUÁRIA
LSW	<i>LOGISTIC SINGLE WINDOW</i>
MAR	MODELO DE AVALIAÇÃO DE RISCOS
MIE	MECANISMO INTERLIGAR EUROPA
MIE-T	MECANISMO INTERLIGAR EUROPA - TRANSPORTES
PAO	PLANO DE ATIVIDADES E ORÇAMENTO
PLPL	PLATAFORMA LOGÍSTICA DO PORTO DE LEIXÕES
PREVPAP	PROGRAMA DE REGULARIZAÇÃO EXTRAORDINÁRIA DOS VÍNCULOS PRECÁRIOS
PVC	PORTO DE VIANA DO CASTELO
RIS	RIVER INFORMATION SERVICES
RJTFP	REGIME JURÍDICO DOS TRABALHADORES DA FUNÇÃO PÚBLICA
SDL	SILOS DE LEIXÕES
SGQ	SISTEMA DE GESTÃO DA QUALIDADE
SNCP	SISTEMA NACIONAL DE COMPRAS PÚBLICAS
SST	SAÚDE E SEGURANÇA NO TRABALHO
TCGL	TERMINAL DE CARGA GERAL E GRANÉIS DE LEIXÕES, SA
TCL	TERMINAL DE CONTENTORES DE LEIXÕES, SA

Abreviatura	DESIGNAÇÃO
TCN	TERMINAL DE CONTENTORES NORTE
TCS	TERMINAL DE CONTENTORES SUL
TEU	<i>TWENTY-FOOT EQUIVALENT UNIT</i>
VCP	VIA DE CINTURA PORTUÁRIA
VND	VIA NAVEGÁVEL DO DOURO
VTs	<i>VESSEL TRAFFIC SERVICES</i>
VUC	VALOR DE USO CONTINUADO